



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

**OFICINAS RAP PARA ADOLESCENTES: PROPOSTA
METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL
EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Fábio Tomasello

Brasília – DF

2006



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

**OFICINAS RAP PARA ADOLESCENTES: PROPOSTA METODOLÓGICA DE
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

Fábio Tomasello

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica.

Orientadora: Maria Inês Gandolfo Conceição

Brasília – DF

2006

Este trabalho foi apresentado Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Drª Maria Inês Gandolfo Conceição.

Banca Examinadora

Profª Drª Maria Inês Gandolfo Conceição
Universidade de Brasília (Presidente)

Profª Drª Maria Aparecida Penso
Universidade Católica de Brasília (Membro Externo)

Profª Drª Maria Fátima Olivier Sudbrack
Universidade de Brasília (Membro Interno)

Profª Drª Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Universidade de Brasília (Suplente)

*Quando a canção se fez mais forte, mais sentida;
Quando a poesia fez folia em minha vida...*
Peninha

Agradecimentos

Agradecer talvez seja a parte mais difícil de toda a dissertação, pois recordar de todas as pessoas, fatos, encontros, escolhas, palavras, etc., que hoje me fizeram estar aqui, vivendo este momento, se revela uma tarefa árdua para quem faz questão de ser justo com todos.

Como não poderia deixar de ser, agradeço à força misteriosa que nos impele adiante, a qual a linguagem humana já ousou reduzir a significantes como Deus, Pai, Consciência Cósmica, God, O “Cara Lá de Cima”, Buda, Alá, entre tantos outros. Sem você... Ééé...(Bem, se eu não consigo definir o que você é sendo você tão presente, quem dirá entender o que seria no caso de tua ausência! De qualquer forma, muito obrigado!)

Agradeço ao dono do navio que trouxe meus avós da Itália, possibilitando assim que eu viesse a nascer nessa terra abençoada.

Agradeço imensamente aos meus pais Therezinha e Sebastião, que me ensinaram que honestidade e amor ao próximo garantem noites de sono tranquilo; que esforço e determinação são peças-chaves para alcançar o que se deseja; que morar na periferia e estudar em escola pública não impede ninguém de ser bem sucedido; e que eu não deveria acreditar em tudo que passa na TV, como isso foi importante! Talvez eu nunca os tenha dito obrigado da maneira que vocês merecem. Valeu mãe! Valeu pai! Pela paciência, pelo amor, pelo perdão e pelo troco do pão.

Às minhas irmãs... por serem minhas irmãs.

Agradeço à Tia Marlene, minha professora do primário, por ter me ensinado o B-A-BÁ, sendo assim responsável direta por tudo isso que iscrivi. Opa! Quer dizer, escrevi!

A querida amiga Tania Inessa, hoje colega de profissão, por ter me apresentado a Psicologia, quando o que eu queria era tocar guitarra.

À Drika, Tereréu, Mari, Jubasam, Cris, Diogo, Flavinho e todos os outros amigos que compartilharam comigo os anos maravilhosos da graduação.

À professora Helenice Hanna (PPB), por ter me ensinado que ser cientista e ser gente não são coisas, necessariamente, incompatíveis.

À professora Lúcia Pullino (PED), que me permitiu experimentar a mistura entre Psicologia e Arte, lá no Projeto “Bem-me-quer”.

À todos os colegas com quem convivi no PRODEQUI, em diferentes momentos, Aldo, Bárbara, Iza, Tereza, Jú Santos, Carla Dalbosco, Olga. Um abraço especial a minha amiga Sandra Eni, pelas dicas, reflexões, orações, incentivos, pelo café e tudo o mais compartilhado! (sim, Sandrinha, formamos uma ótima dupla).

À Doralice e todos da SENAD, por acreditarem no meu trabalho e na minha pessoa, e por toda a força que me deram e ainda dão.

Agradeço à professora Liana Fortunato Costa, essa pessoa linda, que dentre tantas contribuições, ainda me acolheu para um plantão de dúvidas em pleno dia de jogo da seleção, durante a última copa. Isso é que é amor à causa! Muito obrigado Liana.

Um obrigado também às professoras Maria Cláudia S. L. Oliveira e Maria Aparecida Penso, por se disponibilizarem a também refletir comigo esse estudo.

De maneira mais que especial:

Agradeço a professora Maria Inês Gandolfo Conceição, que mais que minha orientadora, foi amiga, companheira, incentivadora, parceira neste projeto desde o início, lá no Fênix, compartilhando as dores e as delícias. Inês, valeu o acolhimento, o voto de confiança, a compreensão dos meus limites, os puxões de orelha e tudo o mais.

Agradeço à Professora Doutora Maria Fátima Olivier Sudbrack, minha “madrinha acadêmica”, por ter me apresentado formalmente à complexidade, por ter confiado em mim e me permitido ousar na aplicação de outros conhecimentos dentro da prática psicológica. Foi com isso que eu pude me entregar por inteiro a essa profissão. Fátima, sem você com certeza eu não chegaria até aqui.

Agradeço ainda ao pessoal da SEAS – Dr. Paulo Olivieri, Gilson Braga, Valmir. À direção do CAJE, nas pessoas de Dr. Iolete e da Heloísa. Aos coordenadores do Núcleo de Acompanhamento Técnico, Rubens DePollo, Cláudia Márcia e Cláudia Parisé, que acreditaram em mim e permitiram que essa experiência tivesse início. A Maria de Fátima Esteves Dutra, que possibilitou sua conclusão. Aos colegas técnicos com quem compartilho o dia-a-dia da instituição, em especial à Simone, que tanto me incentivou.

Aos adolescentes que participaram da oficina, construindo junto comigo todo esse conhecimento. Valeu pela confiança que depositaram, por terem me permitido adentrar o mundo de vocês, pelo vínculo que criamos e pela amizade que resistiu ao fim do trabalho, ao encerramento da medida, perdurando até hoje. Que as idéias que trocamos não se percam jamais. Um salve a vocês guerreiros!

Obrigado ao Otto, meu melhor amigo. Companhia muda e fiel durante as noites intermináveis de análise dos dados. Valeu por ter ficado deitado aos meus pés! Foi importante me lembrar que não estava sozinho.

Por fim, um imenso obrigado à Suki, que viveu ao meu lado a angústia desta etapa, com resignação, carinho e muito amor, enquanto realizávamos construções em outras esferas de nossas vidas. Não posso me esquecer de Luísa, minha filhota, que aguardou educadamente o nascimento desta dissertação para só então vir ao mundo, me permitindo concentração total na reta final. Lua, papai agora é todo seu!

Resumo:

Pautado no pensamento complexo e na abordagem psicossocial de fenômenos como exclusão social, este estudo propõe o atendimento a adolescentes autores de ato infracional por meio de técnicas derivadas do psicodrama e utilizando a música rap como ferramenta projetiva, com o intuito de verificar a utilidade deste estilo musical enquanto instrumento de expressão acerca da realidade psicossocial vivida por adolescentes em conflito com a lei. Para a realização do estudo foi utilizada a metodologia qualitativa, sendo os dados coletados através de oficinas de rap nas quais os participantes construíam suas histórias de vida na forma de letra de música, que foram analisadas através do método construtivo-interpretativo. Participaram do estudo três adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação em uma instituição do Distrito Federal. Os resultados possibilitaram o levantamento de questões clínicas acerca de cada participante e a construção de zonas de sentido no discurso dos jovens, que apontam a complexidade das relações entre pobreza e baixa auto-estima, habituação ao ilícito, precocidade no envolvimento infracional, valorização do status social em detrimento da ética, transgeracionalidade e inexorabilidade do crime, banalização da violência, sentimento de impotência, subversão dos valores morais, habituação às armas-de-fogo, a figura da mãe como único referencial positivo de afeto e a necessidade de transformação, revelando o valor das oficinas rap enquanto ferramenta clínica alternativa no atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: pensamento complexo, exclusão social, ato infracional, psicodrama, música rap.

Abstract:

Guided by the complex thinking and by the psychosocial approach of the social phenomenon of exclusion, this study proposed a kind of assistance for these adolescents who are authors of infractional acts, consisted on projective techniques derived from the psychodrama and which used rap music style as a tool of expression of the psychosocial realities of these adolescents in conflict with the law. To produce these studies, a qualitative methodology of research was conducted and data were collected during the rap workshops in which the participants constructed their own histories of life in the form of lyrics which were analyzed by the constructive interpretative method. The participants of the study were three adolescents who were doing their socioeducational sentence of being confined in an institution of Distrito Federal (named CAJE). The results showed the possibility of producing clinical questions about each of the participant's histories and the construction of zones of sense in the adolescents discourse which indicated the complexity among the poverty and the self-esteem, the familiarization to the illegality and the precocity of infractional involvement and the criminal inexorability of the destine, the feeling of impotence, the moral values subversion, the habituation with guns, the mother figure as the only positive affective reference and the necessity of transformation, showing the value of the rap workshops as an alternative clinical tool for the assistance of adolescents in conflict with the law.

Key words: complex thinking; social exclusion; infractional act; psychodrama; rap music.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – O cenário do drama: contexto histórico, social e político e seus egos- auxiliares.....	23
1.1 -Matizes sociais: histórico das atribuições de papéis.....	24
1.2 - Da exclusão à deslegitimação.....	29
CAPÍTULO II – Os atores e seus papéis.....	32
2.1 - Teoria de papéis: uma leitura psicodramática.....	32
2.2 - Papéis sociais, subjetividade e identidade.....	34
2.3 - O protagonista: o adolescente em conflito com a lei.....	36
2.3.1 - Adolescência: da exploração das margens ao ato infracional.....	36
2.3.2 – Protagonistas e antagonistas da violência agonística.....	40
2.3.2 – Privação de liberdade: da expiação dos pecados à medida socioeducativa.....	42
CAPÍTULO III – A ação dramática: a via da complexidade como alternativa.....	48
3.1 - A clínica do ato infracional.....	48
3.2 - Experiências alternativas e precursoras às oficinas de rap.....	53
3.2.1 - Oficina de idéias.....	53
3.2.2 – Oficinas do Projeto Fênix.....	55
3.2.2.1 – Oficinas Psicopedagógicas.....	55

3.2.2.2 – Oficinas Temáticas.....	56
3.2.2.3 – Oficinas R.A.P.....	58
3.3 – O rap enquanto linguagem da periferia.....	59
3.3.1 - Como o rap pode ajudar?.....	61
CAPÍTULO IV – Método.....	62
4.1 – Objetivo e questões norteadoras.....	62
4.2 - Ciência e Pós-modernidade.....	63
4.3 - A Escolha da Metodologia.....	66
4.4 - Contexto Institucional.....	70
4.5 - Os Participantes.....	71
4.6 - Contexto de Pesquisa.....	72
4.6.1 - Consentimento para a pesquisa.....	72
4.6.2 - As oficinas.....	73
4.6.3 – Base empírica do estudo.....	78
4.6.4 - Método de Análise.....	79
CAPÍTULO V – Apresentação dos Resultados.....	81
5.1 - Apresentação dos casos.....	85
5.1.1 – Caso ROB.....	85
5.1.1.1 – História contada.....	85
5.1.1.2 – História cantada.....	87
5.1.2 – Caso TAI.....	91
5.1.2.1 - História contada.....	91
5.1.2.2 - História cantada.....	93
5.1.3 – Caso MAR.....	99

5.1.3.1 - História contada.....	99
5.1.3.2 - História cantada.....	101
CAPÍTULO VI – Análise e Discussão dos Resultados.....	104
6.1 – Escuta clínica das letras de rap: identificando os indicadores.....	104
6.1.1- Venha se por no meu lugar.....	104
6.1.2 - O teste é forte.....	121
6.1.3 - Vida de correria.....	138
6.2 – Dando voz ao adolescente: a emergência das zonas de sentido.....	147
6.2.1 - A pobreza como catalisadora da tristeza.....	147
6.2.2 - O bem <i>versus</i> o mal: o maniqueísmo definindo papéis e contra-papéis.	151
6.2.3 – “Narciso ao avesso”: a baixa auto-estima e a auto-vitimização.....	152
6.2.4 - “Não importa”: a permissividade e a habituação ao ilícito.....	154
6.2.5 - A precocidade no envolvimento infracional.....	157
6.2.6 - O “ter” para “ser”.....	159
6.2.7 - A transgercionalidade do crime.....	164
6.2.8 - “Queira Deus”: impotência e passividade na busca por mudanças.....	167
6.2.9 - Subversão dos valores morais.....	169
6.2.10 - A deslegitimação do outro e o desejo de vingança.....	172
6.2.11 - A inexorabilidade do crime.....	175
6.2.12 - Convivendo com o perigo: a habituação às armas-de-fogo.....	176
6.2.13 - Banalização da violência: a morte como meio legitimado de resolução de conflitos.....	180
6.2.14 - A escalada infracional dos jovens.....	182
6.2.15 - Mãe como único referencial de afeto.....	184
6.2.16 - Necessidade de transformação.....	185

CAPÍTULO VII – Considerações Finais.....	188
Referências.....	195

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dinâmica do pensamento complexo.....	49
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das atividades feitas nas oficinas (número da oficina, tema, objetivo e etapas seguidas).....	75
--	-----------

Quadro 2. Descrição dos encontros: data de realização, participantes presentes e observações.....	82
--	-----------

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, em seus mais de quinhentos anos de história, não conseguiu até hoje apresentar soluções efetivas para a questão do abismo existente entre os códigos de leis que normatizam as diferentes relações sociais, através dos direitos e deveres neles estipulados, e que, em princípio, deveriam aplicar-se a todos os brasileiros, e a realidade cotidiana de milhares de crianças e jovens excluídos dessa sociedade descrita nas cartas.

Nesse período histórico, diversas mudanças ocorreram no campo das leis e da política, tendo a nação passado do estado de colônia para uma condição autônoma, do império à república, promulgado diferentes Constituições (a última em vigor há 18 anos), sido administrada por democratas, ditadores, civis, militares, empresários, latifundiários, sociólogos, metalúrgicos, etc.; vivido sob a égide do nacionalismo, do protecionismo, da globalização, do pensamento de direita, de centro e por último de “esquerda”.

Entretanto, a complexidade imbuída neste país de fronteiras continentais, composto por diferentes culturas e tradições (portugueses, “índios” ou nativos da América, africanos, espanhóis, holandeses, italianos, alemães, japoneses, árabes e outras culturas do oriente médio, etc.) mostrou, até o presente momento, severas resistências à idéia de tratar o corpo social como algo unitário, privilegiando determinadas tradições, culturas e interesses em detrimento de outras.

As políticas públicas nunca conseguiram absorver a parte que anteriormente chamava-se de “minorias” e que hoje compreende-se tratar de uma parcela majoritária da população. Essa parcela vem, ao longo da história, sobrevivendo de forma marginal, sem emprego, assistência à saúde, educação, habitação ou quaisquer outros elementos básicos para a vida em sociedade, organizando-se em uma espécie de sociedade paralela àquela tida

como padrão, em favelas e bolsões de miséria, sustentando-se no dia-a-dia por meio de mendicância, ou da apropriação indevida de patrimônio alheio.

Nesse paralelismo, outros códigos de valores regem as relações sociais. O cotidiano é pautado na busca pela sobrevivência, pelo imediatismo, pela lei do mais forte, do mais “safo”. E nesta sociedade “alternativa” os códigos e leis oficiais - o Estado - chegam quase que exclusivamente para a repressão ou para remediar problemáticas que ameaçam fugir ao controle e atingir a sociedade “oficial”. Como exemplo mais recente temos a questão do crime organizado em São Paulo, ou a “guerra civil” nos morros cariocas, que vem acontecendo desde o século passado, mas que ainda não foi assumida e tratada como tal pelas autoridades competentes.

Hoje temos diante de nós um quadro dramático, para não dizer terrível, no qual os valores sociais se desvirtuaram de tal forma, que a criminalidade deixou de ser uma estratégia de sobrevivência para tornar-se um estilo de vida cultuado e desejado por grande parte da juventude pertencente a essas comunidades paralelas.

Esses jovens são frutos de gerações anteriores que estiveram expostos a esta realidade, e que, portanto, não foram capazes de repassar aos descendentes os valores sociais e éticos leigamente tidos como “universais”, afinal eles próprios não conviveram com esta ética.

Concomitantemente, o desenvolvimento da tecnologia vem promovendo o surgimento de “fórmulas de felicidade instantânea”, que são democraticamente divulgados nos meios de comunicação de massa, mas que, não são acessíveis a todos, principalmente, àqueles que, sequer, contam com a certeza do alimento no prato. Ironicamente, os jovens pertencentes às classes mais sofridas são os mais suscetíveis aos apelos do consumismo,

provavelmente, porque eles, como ninguém, sentem a urgência de alcançarem um quinhão de felicidade.

Habitados ao imediatismo esses jovens não projetam no futuro e na construção paulatina de uma ascendência social o meio de alcançar o um padrão ideal de consumo, conseqüentemente, de felicidade, segundo os valores da sociedade liberal-capitalista. Até mesmo porque, não se precisa muito para reconhecer que as possibilidades de ascensão social pautadas na ética do trabalho digno são mínimas, numa sociedade que presa a política do “jeitinho”, dos “mensalões”, do “você sabe com quem está falando”, em outras palavras, da sonegação, corrupção e impunidade para aqueles que detêm um certo poder ou autoridade.

Os jovens, vivendo a plenitude de sua adolescência, subjetivam estas questões, pautam sua identidade nos valores do imediatismo, do quantitativo, da ostentação a qualquer preço, tendo o crime como solução inexorável para o alcance de seus objetivos.

O remédio aplicado a esse mal foi, até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a de “vigiar e punir”, segregar esses adolescentes em instituições carcerárias maquiadas sob a denominação de *Abrigos*, *Centros de Atendimento*, entre outros. Com o ECA, a privação de liberdade passou a ser o último recurso a ser utilizado com esses jovens, tendo em vista que essa lei preconiza a proteção integral das crianças e adolescentes, considerando-os como pessoas em desenvolvimento. Esta medida socioeducativa, antes de um caráter punitivo, tem o objetivo de controlar os passos destes jovens, para que possam ter acesso garantido a seus direitos à saúde, à educação, à profissionalização e ao acompanhamento técnico e suporte psico-pedagógico-social, e que, dificilmente conseguem fora da medida.

Entretanto, como atestam estudos nesta área, (Conceição, Tomasello e Perereira, 2003; Penso, Gusmão e Ramos, 2003), a execução de tal medida fica comumente à cargo de entidades, instituições e profissionais que pouco compreenderam o significado dos termos “pessoa em desenvolvimento”, “sujeito de direitos” e “proteção integral”.

As políticas públicas muitas vezes até se pautam nestas referências, como não poderia deixar de ser, afinal, o ECA é uma lei promulgada pelo Congresso Nacional, porém, como se dirigem àquela parcela da população anteriormente descrita, cuja condição inicial é de exclusão social ou inclusão marginal, não existe muito empenho em acompanhar a execução de tais medidas.

Os jovens atendidos permanecem, em sua maioria, excluídos, subjugados à atuação alienante de tais instituições, que sufocam a emergência de quaisquer sinais de autonomia e vontade própria. Suas subjetividades são desconsideradas em nome de uma normatização, que não prevê trabalhar com a diversidade, com complexidade, e sim, com metodologias objetivas, lineares, simplificadoras, sabendo de onde se parte e onde se quer chegar e tendo como referência o “modelo padrão” de sociedade. Esse modelo existe para essa parcela da população como algo distante, que não pertence a sua realidade. Em alguns casos chega até a ser associado ao “inimigo”, “aquilo contra o qual se dirige sua raiva”.

Como esperar que os jovens aceitem e acolham pacificamente esse modelo imposto com o qual não possuem identificação?

Se as políticas públicas de atendimento aos adolescentes infratores desejam verdadeiramente atingir os objetivos aos quais se propõe, faz-se imprescindível dar voz a esses adolescentes, permiti-los assumirem o papel de sujeito de seu desenvolvimento.

Neste contexto foi que surgiu a demanda deste trabalho. A partir de um projeto-piloto inserido em outro mais amplo intitulado “Atendimento Psicossocial de Adolescentes

em Medida Socioeducativa do Distrito Federal”, posteriormente rebatizado de “Projeto Fênix”. O “Fênix” foi o resultado de uma parceria entre três atores distintos, porém com um objetivo comum, oferecer aos adolescentes envolvidos com a justiça um atendimento que se aproximasse verdadeiramente daquele que é preconizado pelo ECA. Os três atores eram o Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas da Universidade de Brasília – PRODEQUI/UnB, a Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – VIJ/TJDFT, e a Secretaria de Estado de Ação Social do Governo do Distrito Federal – SEAS/GDF. A proposta consistia em disponibilizar, aos adolescentes encaminhados pela VIJ e seus familiares, atendimentos em diferentes campos, Psicologia, Assistência Social, Pedagogia, Medicina, entre outros, de forma a inseri-los nas redes sociais de proteção, fortalecendo a família e seu papel fundamental no acompanhamento do desenvolvimento dos jovens. Durante uma das etapas deste projeto surgiu a necessidade de um trabalho que pudesse despertar nos adolescentes a demanda pela participação nos atendimentos, para que estes não viessem apenas em função da determinação judicial. Era importante que esse trabalho fosse acessível aos jovens, envolvesse elementos pelos quais eles se interessassem, em outras palavras, que falasse a linguagem deles. Da experiência que tínhamos acreditamos que o rap poderia funcionar adequadamente como este objeto intermediário. Com a parceria fundamental da Professora Doutora Maria Inês Gandolfo Conceição, ousamos experimentar e deu certo. Descobrimos que através do rap os adolescentes se dispunham a estar contando suas histórias de vida, suas experiências com universo infracional, com as drogas, os pares, a família, a polícia, a justiça.

Posteriormente, já como membro do corpo psicossocial de uma instituição encarregada de executar a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, veio a

oportunidade aperfeiçoar e experimentar essa metodologia em um contexto de privação de liberdade.

Necessitando de um modelo de atendimento que me oferecesse, enquanto psicólogo, a possibilidade de construir vínculos verdadeiramente terapêuticos com os jovens atendidos, de forma a conseguir acesso ao universo subjetivo destes jovens e conhecer suas histórias de vida, para que minha intervenção junto a eles fosse mais efetiva dentro dos objetivos da medida, compreendi que a oficina R.A.P. (Regatando a Auto estima e a Proteção) seria esse instrumento.

Esta dissertação é o resultado dessa experiência, realizada entre julho de 2004 e janeiro de 2005. O estudo teve um duplo objetivo. O primeiro foi o de disponibilizar aos adolescentes um espaço dialógico para que pudessem compartilhar suas experiências de vida, de forma a co-construir novas compreensões sobre as mesmas, avaliando aspectos positivos e negativos e formas alternativas de solução de seus problemas. Esta experiência me permitiria analisar e compreender como o rap poderia ser utilizado como recurso terapêutico com o público em questão. O segundo objetivo era apreender qual a compreensão que estes jovens têm acerca de si mesmos, como eles si descrevem, descrevem sua realidade, quais os elementos presentes qualitativamente em seu discurso e em sua vida. Isto porque acredito que somente conhecendo esses jovens seria possível propor qualquer ação efetivamente socioeducativa.

Bem, a proposta era relativamente ambiciosa, porém minha motivação era de igual proporção, senão maior. Confiante na orientação da Professora Inês, e com o aval e o apoio da coordenação do Núcleo de Atendimento Técnico daquela instituição, realizei meu intento.

A fundamentação teórica que guiou esta busca está exposta nos três capítulos iniciais desta dissertação. O primeiro capítulo apresenta o “cenário do drama”, contribuindo para a compreensão de como se definem os papéis sociais, e de como a valorização cultural de alguns deles relega os outros à condição de “não-legítimos”, por meio da exclusão social.

O segundo capítulo nos fala sobre a teoria dos papéis de acordo com a abordagem psicodramática; de como o exercício de papéis sociais contribui nos processos psicológicos de subjetivação e de construção da identidade. Por último apresenta o papel central deste drama: o adolescente em conflito com a lei, com base nos conceitos de *margem* e *desvio* de Jaques Selosse (1997).

O terceiro capítulo apresenta como é compreendida a restrição de liberdade pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo Pensamento Complexo. Relata algumas experiências no trabalho com adolescentes autores de ato infracional, que utilizaram metodologias alternativas, como jogos, psicodrama e a música rap. Por fim, pontua a função social do rap e como o ele pode contribuir para um trabalho terapêutico com adolescentes privados de liberdade;

Já o quarto capítulo apresenta uma proposta metodológica qualitativa; sustentada em uma perspectiva pós-moderna de ciência. Também é explicitado os objetivos deste estudo, o contexto no qual ele foi realizado, a metodologia das oficinas de rap que permitiu a construção dos dados; e ainda, são descritos a base empírica do estudo e o método de análise das informações.

No quinto capítulo são apresentados os resultados obtidos, quais sejam as histórias de vida dos adolescentes participantes, contidas nas letras de rap por eles escritas.

O sexto capítulo refere-se à leitura das letras de rap e às questões clínicas que delas emergem, bem como, à identificação dos principais elementos presentes no discurso dos

adolescentes, que atuaram como indicadores para a construção das zonas de sentido apresentadas em seguida. Estas zonas de sentido revelam a complexidade das relações entre **pobreza e baixa auto-estima, habituação ao ilícito, precocidade no envolvimento infracional, transgeracionalidade e inexorabilidade** do crime, **banalização da violência**, entre outros.

Por fim, o sétimo capítulo pontua o valor do rap enquanto instrumento de acesso à subjetividade de adolescentes envolvidos com a justiça, funcionando assim como suporte ao trabalho clínico. As informações que ele fornece permitem ainda a elaboração de ações voltadas ao atendimento das demandas desses adolescentes, contribuindo na efetivação de políticas públicas para este setor e no alcance do caráter socioeducativo das medidas aplicadas.

CAPÍTULO I – O cenário do drama: contexto histórico, social e político e seus egos- auxiliares

Para compreender a realidade do adolescente em conflito com a lei é preciso contextualizar o tema em sua dimensão histórica, política e social, o que fatalmente nos remete ao tema da violência e da exclusão social. Tomando a linguagem psicodramática, o cenário seria composto pelos contextos grupal e social que aqui se traduzem pelas dimensões histórica, política e social e que criam o contexto propício à emergência do tema (violência e exclusão) e do protagonista (adolescente em conflito com a lei). Por sua vez, o ego-auxiliar é aquele “*elemento necessário à compreensão do processo interpessoal que se desenvolve no cenário*” (Menegazzo, Tomasini & Zuretti, 1995, p.77), isto é, os demais autores que ajudam no desenrolar o drama.

(...) a realidade social não é um conjunto de dados objetivos, nem de fenômenos que em si mesmos possam ser classificados como bons ou maus. Essas categorias de valores com as quais classificamos os eventos (inclusive a infração e a delinqüência) são partes do processo social construído, dinâmica e dialeticamente, de forma articulada a algumas esferas de referência: o ‘contexto social’ onde se desenvolvem as condições materiais de existência; a ‘cultura’ por meio da qual a experiência vivida encontra seu reconhecimento no meio social; e a ‘linguagem’, que permite elaborar, comunicar, compartilhar e interpretar os fenômenos da realidade (Njaine & Minayo, 2002, p.286).

1.1 -Matizes sociais: histórico das atribuições de papéis

O desenvolvimento do sistema de produção, que permitiu o progresso da humanidade sob diversos aspectos, trouxe consigo transformações nas relações que estruturam os papéis sociais. Nas sociedades cuja sobrevivência era baseada no extrativismo e na caça, no período das primeiras comunidades humanas, o trabalho de subsistência nas tribos era dividido entre seus membros. O determinante para a divisão de papéis estava ligado a questões como gênero e vigor físico. Após o domínio das técnicas agrícolas pelo homem e o advento do feudalismo, a minoria proprietária da terra – os senhores feudais – passaram a controlar a maioria – vassalos, escravos – que dependiam dos primeiros para sua sobrevivência. Os papéis passaram a ser diferenciados (e distribuídos) a partir da *posse* da terra. Com o desenvolvimento da tecnologia industrial, o poder passou a ser exercido por aqueles que possuíam as máquinas. A maior parte das pessoas possuía apenas sua força de trabalho. Nesta etapa, as assimetrias acentuaram-se ainda mais. O escravo, enquanto mercadoria negociável, tinha o seu valor comercial e, portanto, a sua perda causava certo prejuízo a seu dono, que, precisava mantê-lo em condições de utilizar sua mão-de-obra. Para tanto, dava-lhe abrigo e alimentação (mesmo que, na maioria das vezes, de forma precária). Com o fim da escravidão e o surgimento do trabalho assalariado, foi o trabalhador que se tornou responsável por sua subsistência, afinal, o contratante poderia pagar àquele que lhe produzisse mais e com menos despesas, aumentando assim, seu lucro. Foi o surgimento da economia liberal, competitiva, excludente, na qual somente os mais aptos sobrevivem. Como descreve Guareschi (1999):

Com a Revolução Industrial uma nova relação surgiu: algumas pessoas passaram a ser donas do capital, isto é, das máquinas e das fábricas. Proclamou-se, então, a “liberdade” do trabalhador: O que o proprietário contratava não eram mais as pessoas, como na escravatura ou no feudalismo, mas era o “trabalho” das pessoas, supostamente, só trabalhava quem quisesse. As pessoas eram livres para trabalhar ou não. Mas não se perguntava como as pessoas que não fossem trabalhar poderiam viver. Quais então, as relações que passaram a ser centrais em tal formação social, ou em tal modo de produção? Entre as pessoas houve uma cisão profunda: algumas se tornaram donas, proprietárias; outras passaram a oferecer a única coisa que possuíam: o trabalho. (Guareschi, 1999, p. 143).

Por último, com o desenvolvimento das novas tecnologias, que redimensionaram e transformaram mais uma vez os meios de produção:

As pessoas são simplesmente excluídas do trabalho, da produção. Evidentemente, não estamos dizendo que o trabalho acabou. O que acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora. (...) A sociedade em geral e o mundo do trabalho, em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impossibilitam, por princípio, o acesso de grande parte das pessoas ao mundo do trabalho. (...) A isso se chama exclusão... (Guareschi, 1999, p.144).

Hoje, na maior parte das sociedades globalizadas, existe um matiz populacional que não encontra no mercado formal de trabalho um meio regulamentado de sobrevivência. A

esse fenômeno Paugam (1999) dá o nome de *desqualificação social*, que ele define como sendo: “*Um movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população*” (Paugam, 1999, p. 68).

Seguindo este raciocínio, se a força de trabalho é um elemento que ajuda a definir os papéis sociais, estar fora do mercado formal de trabalho é, em princípio, estar fora de outros tipos de relações, como por exemplo, relações de consumo. Em uma sociedade na qual o *padrão de consumo* está associado à *qualidade de vida*, estar *incluso* em matizes sociais estabelecidas como ideais; numa cultura na qual *ter* é condição *sine qua non* para *ser*, não estar em um trabalho formal, não estar no padrão de consumo ideal, é o mesmo que não ocupar lugar ou não desempenhar um papel mais valorizado neste contexto cultural. É também não alcançar o usufruto de direitos trabalhistas, garantidos aos trabalhadores formais, como férias remuneradas, carga horária definida, aposentadoria, etc. Demo (1998), afirma que estar inserido no mercado de trabalho continua sendo uma questão central nos dias de hoje. E ainda, “*embora a exclusão esteja estreitamente ligada à solidão e à desagregação social, o emprego continua preponderante para definir a condição social do indivíduo*” (Paugam citado por em Demo, 1998, p. 13).

Se o indivíduo não participa do mercado de trabalho, poderia então ser identificado, qualificado, ou melhor, desqualificado como “desocupado” (para não dizer “vagabundo”), e a partir desta rotulação, ser visto como *potencialmente ofensivo à sociedade*. É Paugam (1999) também quem afirma que a precariedade da vida profissional está correlacionada com uma diminuição da sociabilidade. No entanto, é fato que, por mais que não tenham reconhecidas sua cidadania, estas pessoas são pessoas de fato, existem, necessitando de condições básicas para sua sobrevivência. Desta forma, ou passam a depender da caridade

alheia, e aí entra o Estado¹ como principal provedor destas condições, ou buscam na informalidade, que em muitos casos corresponde à criminalidade, o meio de prover seu sustento. Robert Castel em seu artigo *Os marginais da história*, descreve como “(...) ‘integrados’ os indivíduos e os grupos inscritos nas relações de produção de riqueza e do reconhecimento social. Seriam “excluídos” aqueles que não participariam, de nenhuma maneira, a essas relações de troca reguladas.” (Castel, 1998, p. 55).

Mas para Castel (1998), entre esses extremos, haveria uma “*gama de posições intermediárias*” (p.55). Seriam as posições localizadas à *margem*. Aquelas situadas na fronteira entre o estar incluído no grupo padrão e o estar excluído. Segundo o autor, o termo marginal, em uma perspectiva histórica, “*remete às populações cujo modo de vida é marcado pela vagabundagem, mendicância, criminalidade e os ofícios infames*”. (Castel, 1998, p. 56). Essa posição marginal corresponde a uma espécie de “*integração perversa*” ao meio social (Guareschi, 1999, p. 149). Assim, não poder prover seu próprio sustento corresponde a não alcançar o padrão de vida identificado culturalmente como ideal. É um fato socialmente desonroso. Dentro desta condição humilhante, da qual o indivíduo dificilmente sairá, tendo em vista questões políticas, relações de poder e outras, ele passará, com o tempo, da *fase de dependência* a uma outra, caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais.

Cessam os tipos de ajuda, num movimento em que as pessoas enfrentam problemas em todos os setores da vida. Elas saem das malhas da proteção social e

¹ Contemporaneamente representado, em diversos casos, por entidades não-governamentais, filantrópicas, assistenciais, de caráter eminentemente político ou religioso. A transferência da execução destas ações a estas entidades, uma espécie de *privatização do social* financiada pelo Estado, é também um aspecto importante a ser pensado enquanto elemento envolvido na definição do atual quadro das políticas sociais no Brasil, principalmente se pensarmos em termo de mercado.

deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização. (Paugam, 1999, p. 76).

Para Selosse (1997)², embrenhar-se na marginalidade e ultrapassar sua fronteira é adentrar o campo do *desvio*. O autor define como “desviantes” aqueles que não possuem vínculos para retê-los ou cujos vínculos são muito rijos, arraigados, sem elasticidade ou muito sufocantes para que eles possam utilizá-los para tecer seu próprio “envelope de vida pulsional” (p.218).

Com o passar do tempo e a sucessão das gerações, a população marginal recorre à assistência do estado ou ao mercado informal como fonte de subsistência. As regras, modelos, códigos éticos que fundamentam as relações sociais do matiz-padrão, que regulamentam os vínculos da população que está à margem, já não lhes dizem respeito, não afetam nem estruturam a camada populacional que está, por longo período, à margem. Estes tornam-se *desviantes* em seus valores sociais e éticos, quem sabe até *patológicos* em suas condutas. Estas idéias do autor parecem localizar a gênese da transgeracionalidade do crime.

² Este conceito, bem como outros desse autor que aparecerão ao longo do texto, são originalmente datados de 1988, ano em que foram proferidos em conferência realizada na Associação Francesa de Centros Médicos Psicopedagógicos. A data de 1997 refere-se ao ano de sua publicação escrita em uma coletânea organizada por Pain e Loick. Mantivemos esta data em referência à fonte utilizada neste estudo.

1.2 - Da exclusão à deslegitimação

As diferenças existentes entre os que estão incluídos no matiz dominante e os excluídos deste, tornam estas classes mutuamente alheias uma a outra. O *outro* pertence a um *universo* muito distante, passa a ser um estranho, o *estrangeiro* de Lévi-Strauss.

Cabe ressaltar que essa distância ocorre, na maioria das vezes, num espaço simbólico. Isto porque, no meio urbano, pobres e ricos ainda compartilham, de certa forma, o mesmo espaço geográfico. O estrangeiro está bem aí ao lado. *“Transitam pelos mesmos caminhos os ônibus e os carros luxuosos com seu único ocupante. Não é preciso possuir renda para freqüentar todos os lugares da cidade, mas o modo de freqüentação é especializado segundo a renda e o status.”* (Mello, 1999, p. 133).

Essa autora afirma ainda, que:

Como a dimensão da cidade não propicia aproximações demoradas, que permitam o nascimento de identificações, o nosso Outro na cidade é sempre um desconhecido. Na perspectiva da psicologia social, ou reconhecemos no Outro um semelhante, e nesse caso conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós, ou não reconhecemos no outro um semelhante. Para as classes dominantes é difícil reconhecer um igual nas personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade não há muita distância. Da desigualdade reconhecida como inferioridade, e do desconhecimento ao temor, do ponto de vista psicológico, não há, também, grande distância. O medo à desordem e à perda da vida e das propriedades, um grande descrédito na polícia e na justiça podem transformar a insegurança e o temor difusos em acusações contra

segmentos sociais reconhecidos como desiguais, ou seja, não são portadores da mesma humanidade que reconheço em mim e nos meus iguais. (Mello, 1999, p. 135).

Assim o sendo, instala-se uma relação conflituosa entre esses diferentes. O outro passa ser uma ameaça. *“As pessoas, obrigadas a um convívio diuturno com o desconhecido, e com um desconhecido ameaçador, sucumbem às tensões, exageram os conflitos, defendem-se com mais violência”* (Mello, 1999, p. 135).

Neste processo de diferenciação ocorre a inferiorização do outro, que acaba por tornar-se não-legítimo, e sofrer uma desumanização que, segundo Jodelet (1999, p. 64), *“autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos”*. Assim sendo, se o outro sofre é porque merece; é o resultado de sua inadaptação ao meio social. E se este for para a sociedade uma ameaça, talvez seja melhor que sofra; que restaure seus erros, pague seus pecados. À “sociedade” compete realizar ações que visem “incluir-los”, “corrigindo-os”, “educando-os”, “ressocializando-os”.

Mas não é apenas o pobre/marginal/desviante, com seu olhar de cobiça e suas armas em punho, que ameaça ou violenta o rico. Esse sentimento de pavor é recíproco. As pessoas excluídas do mercado de consumo sentem-se humilhadas, feridas, violentadas pela ostentação daqueles que podem usufruir dos *“objetos de desejo”*. Pois esses objetos, bens materiais, poder ou prestígio, não estão ao alcance de todos, embora sejam universalmente exibidos nos diversos meios de comunicação de massa (Mello, 1999, p. 134). Mais do que simplesmente não poder comprar ou possuir os bens materiais, a violência fundamental nesse fenômeno é a de não poder ser reconhecido como sujeito pelos modelos sociais. Pior do que não ter o conforto e o estilo de vida, maciçamente expostos em campanhas publicitárias, é não ser sequer reconhecido como pessoa, cidadão, um *igual*. Esse é o ponto

nevrálgico de toda a violência que antes acompanhávamos a distância pelo noticiário e agora somos obrigados a conviver com ela no dia-a-dia, nas esquinas, ruas, e na pior hipótese dentro de nossas casas, quando ela nos toma de assalto.

É esse processo de *exclusão social* que cria uma *massa marginal* na população. Massa essa que irá interagir com os demais elementos a partir desse espaço que lhe coube, desempenhando o papel que lhe foi reservado. Isso porque a exclusão só pode ser entendida enquanto processo relacional.

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através do afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. Decorrendo de um estado estrutural ou conjuntural da organização social, ela inaugurará um tipo específico de relação social. Sendo o resultado de procedimentos de tratamento social, ela se inscreverá em uma interação entre pessoas ou entre grupos. (Jodelet, 1999, p. 53)

Sumarizando, “Faz parte da legitimação do poder atuar na complexidade de opiniões e posturas frente ao real, buscando, no entanto, ressaltar sua visão de mundo” (Njaine & Minayo, 2002, p.286).

CAPÍTULO II – Os atores e seus papéis

2.1 - Teoria de papéis: uma leitura psicodramática

A teoria psicodramática dos papéis toma o conceito de papel do teatro e o leva a todas as situações da vida. Seu processo de desenvolvimento inicia-se no nascimento e continua por toda a existência do indivíduo e sua participação na sociedade. O primeiro papel a aparecer é o papel psicossomático, ao redor do qual se associam e integram vínculos operacionais que seqüencialmente dão origem ao “eu fisiológico”. Em seguida, emergem os papéis fundantes que se agrupam e formam o “eu psicodramático”. Estes ajudam a criança a experienciar sua psique. Os papéis sociais, por sua vez, constituem o “eu social”. Os vínculos operacionais e de contato entre esses aglomerados de papéis (psicossomáticos, psicodramáticos e sociais) darão origem ao “eu total integrado” (Menegazzo & cols., 1995).

Os papéis ou *“unidade de experiência sintética em que se fundiram elementos privados, sociais e culturais”* (Moreno, 1975, p. 238) são aprendidos e desempenhados durante cada processo evolutivo ontogenético, quando estamos imersos em momentos originários de vincularidade. Assim, os aspectos tangíveis do eu aparecem nos papéis como função dos denominadores coletivos e suas diferenciações individuais. O papel social de um indivíduo revela a manifestação de um conjunto de outros papéis subjacentes, tais como papéis psicossomáticos fundantes, familiares que encontram-se a ele submetidos (Menegazzo & cols., 1995).

Uma aproximação às origens da construção social do papel de adolescente em conflito com a lei passa necessariamente pela compreensão de como a sociedade se

organiza sociometricamente quanto à atribuição e distribuição de papéis. Estes papéis, por sua vez, irão determinar a extensão e o domínio do exercício de poder de alguns e destituir outros dessas benesses, repelindo-os para esferas externas aos estratos sociométricos dominantes. Aos repelidos ou rejeitados, por sua vez, cabe o desempenho de papéis consoante com seu *status* sociométrico e com o desempenho complementar de papéis. A complementação de papéis sociais é um movimento que gera o átomo social (Moreno, 1974), ou seja, o núcleo de todos os indivíduos com quem uma pessoa está afetivamente relacionada.

Foi quando concluí que “toda pessoa, da mesma forma que é foco de numerosas atrações e repulsas, também aparece como foco de numerosos papéis, relacionados aos papéis de outras pessoas. Toda pessoa, da mesma forma que tem um conjunto de amigos e um de inimigos em qualquer época de sua vida, também conta com uma gama de papéis e enfrenta contrapapéis (...)”. (Moreno, 1983, p. 23).

Todos os papéis são complementares ou contra papéis, ou seja, são unidades de ação realizadas em ambiente humano ou na expectativa de inter-relação (Gonçalves, Wolff & Almeida, 1988).

A proximidade e a intensidade geram laços entre os indivíduos, que demonstram uma dinâmica relacional grupal única e específica, resultante da troca de conteúdos conscientes e inconscientes. Estes conteúdos compartilhados por um grupo social formam parte do que Moreno (1972) denominou de co-consciente e co-inconsciente. São eles, a matéria prima para a construção do tecido sociométrico, no qual estão contidas as bases dos códigos de convivência, das trocas afetivas e o projeto dramático grupal. No caso

específico dos adolescentes em conflito com a lei, estes reeditam a dinâmica macrossocial da luta pelo estatuto sociométrico privilegiado em seus respectivos contextos, gerando um novo tecido visto como “marginal” – rótulo determinado pelo ponto de onde se os avista.

2.2 - Papéis sociais, subjetividade e identidade

González-Rey (2002), define subjetividade como sendo um “*sistema complexo de significações e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana*” (p. 36/37). Para ele, esta se define ontologicamente como “*diferente dos elementos sociais, biológicos, ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de desenvolvimento*” (p. 37). Dentro desta relação, subjetividades *individual* e *social* influenciam-se mutuamente, “constituem dois níveis que se integram na definição qualitativa do subjetivo”. Assim sendo, o sujeito se define não somente a partir de caracteres hereditários ou predisposições inatas, bem como, não é um bojo vazio no qual o mundo externo vai depositando suas marcas. “*A subjetividade é um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento, sensível à qualidade de seus momentos atuais, o qual tem um papel essencial nas diferentes opções do sujeito*”. (González-Rey, 2002, p. 37).

Mas, mesmo não sendo a subjetividade mero produto do meio, este continua sendo um dos aspectos determinantes na constituição do sujeito, exatamente por ser um dos elementos integrantes do *sistema processual*. E sendo assim, o papel desempenhado pelo sujeito dentro de seu contexto, será de suma importância para a constituição de sua subjetividade, e vice-versa.

Anteriormente discutimos a questão do pertencer ou não a uma determinada classe, a um matiz social, e qual o valor social agregado aos que estão fora deste matiz. Bem, se a estes indivíduos é socialmente reservado o papel de excluídos, e se o papel social é determinante na configuração da subjetividade, por mais que não queiramos nos deter na linearidade e sim buscar a complexidade, fica óbvio que, para o sujeito, acatar este papel e interagir com o social a partir dele acaba sendo a saída mais imediata. Difícil seria lutar contra tudo isso, e tentar participar do corpo social por outra via que não a da “integração perversa”.

Assim sendo, o sujeito que não tem assegurado, aquilo que a própria Carta Magna do país declara como sendo “direito fundamental do cidadão”, passa a compreender-se dentro de suas relações como um desviante do modelo-padrão de cidadania. Essa é sua identidade, pois ele se identifica com aquilo que está mais próximo. Se ele pertence ao matiz dos desviantes será com essas características que ele irá se identificar, e será de acordo com o papel de desviante que irá atuar.

Esta questão da identificação, ou melhor, a busca da identidade é atualmente um dos imperativos da modernidade contemporânea. Segundo Sawaia (1999), a identidade:

É um conceito político ligado ao processo de inserção social em entidades complexas, hierarquizadas e excludentes (...). O clamor pela identidade é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios (p. 124).

A autora coloca a dimensão política dentro do conceito de identidade. O processo de identificação não ocorre simplesmente pela aproximação dos elementos comuns e

afastamento dos diferentes, mas, também, pelo estabelecimento de valores para cada um destes. Assim, aquilo com o qual me identifico, muitas vezes, tem um valor mais elevado do que aquilo com o qual não me identifico. Ora, se a configuração das identidades está ligada ao jogo de forças e disputas de poder, é de se esperar que haja conflitos entre identidades, ou entre sujeitos que se desconsideram, que não reconhecem o outro como um semelhante mas, pelo contrário, como um opositor ou concorrente, como possa talvez querer o pensamento liberal, tão dominante em nossa cultura. A violência, como já fora dito, é o instrumento mais comum, e muitas vezes considerado legítimo, de resolução destes conflitos.

2.3 - O protagonista: o adolescente em conflito com a lei

2.3.1 - Adolescência: da exploração das margens ao ato infracional

O senso comum acerca das concepções de adolescência recai na falha que consiste em naturalizar seu caráter problemático e não levar em conta as diferenças abissais entre os contextos socioeconômicos e culturais nas quais elas se produzem: ser adolescente pode representar ter comportamentos, expectativas de futuro, exigências sociais e formas de participação culturais muito distintas e em conformidade às diferentes condições de inserção/exclusão social (Oliveira, 2004). Ser adolescente de classe socioeconômica privilegiada é bem diferente de ser adolescente da periferia.

A adolescência é compreendida pela maioria dos teóricos como uma fase de transição, entre a infância e a vida adulta, na qual ocorrem inúmeras mudanças em vários aspectos da vida do indivíduo – o biológico, o psicológico, o afetivo, etc. Como em toda e

qualquer transição, faz-se necessária uma adaptação ao novo, uma reordenação. É dentro deste aspecto que Maurício Knobel, por exemplo, fala de uma situação na qual a pessoa, em determinado momento de sua vida, reformula os conceitos que tem sobre si mesmo, deixando se ver como criança e passando a se projetar enquanto adulto (Aberastury e Knobel, 1981); e que Erikson (1976), denominará como processo de *crise de identidade*. Por identidade podemos entender, aqui, o conjunto de papéis sociais multideterminados que orientam as possibilidades de comportamento do indivíduo.

Entretanto, apesar de ser um processo sofrido pelo indivíduo, não se pode descontextualizá-lo, bem como ignorar as relações que o mesmo estabelece com seu meio social. Portanto, deve-se entender o jovem como um elemento incluso em um sistema de relações pessoais, um indivíduo que desempenha um papel dentro de um grupo, comumente a família, no qual, várias expectativas são criadas em relação a esse desempenho, conseqüentemente, em relação a esse jovem. Assim sendo, mais que uma experiência de transformação individual, a adolescência é um período de mudanças vivido por todo o círculo familiar, compondo assim uma das etapas do ciclo de vida da família.

Faz-se importante considerar que essas mudanças, das quais aqui se fala, esta “crise”, se manifesta por meio de experimentações, de explorações, de comportamentos de busca nos quais, muitas vezes, o jovem desafia as normas ou regras instituídas pela família, pela comunidade, pela cultura e etc., em uma constante busca por sua identificação, sua subjetividade. Selosse (1997), considera como “*condutas de exploração da margem*”, aquelas através das quais os jovens “*utilizam um espaço de transição e de negociação para efetuar as ligações e re-ligações próprias à adolescência, a fim de estabelecer novas ligações consigo mesmo e com novos objetos libidinais (...)*” (p.217). Quanto ao conceito de margem, o autor coloca esta como sendo:

(...) ao mesmo tempo, o campo da ilusão e o espaço de tensão que permite descobrir e testar a elasticidade, a diversidade e a finalidade das mudanças da adolescência, na medida em que conferem sentido psíquico e social, ao tempo e ao espaço (...) é o campo propício às experiências, à criatividade e à efervescência sexual, (Selosse, 1997, p. 217).

Este conceito de margem nos remete à idéia de permeabilidade, contenção, limite, proteção. Como uma membrana citoplasmática celular, ela separa o meio interno do externo, e ao mesmo tempo em que resguarda o conteúdo interior, possibilita a troca com o que está fora, transformando o que está dentro.

Pensando no adolescente, podemos entender a vivência da margem como sendo uma etapa ou um movimento de ampliação em um duplo aspecto: individual e social. No aspecto individual corresponde ao movimento de exploração de seus sentimentos, de suas “certezas” em relação ao mundo, seus valores morais, etc. No aspecto social é a ampliação de seu círculo de relacionamentos da família para outros grupos sociais (pares, escola, igreja, etc.), que exigem do adolescente o desempenho de novos papéis e a ressignificação dos papéis até então constituídos.

Neste movimento de exploração do novo, muitas vezes ocorre o desafio às normas, a desobediência às regras. O processo de estabilização da personalidade ocorrerá somente por meio de condutas que, em certo grau, podem ser entendidas como patológicas, mas que devem ser consideradas normais quando ocorrem nesta fase da vida (Aberastury e Knobel, 1981). Por sua vez, *“As marginalidades juvenis podem ser consideradas condutas de exploração, de tentativa e erro, que utilizam um espaço de transição e negociação para*

efetuar as ligações e re-ligações próprias à adolescência” (Selosse, 1997, p 217). Quanto à solução desta questão, o autor coloca ainda que a saída será bem sucedida se o adolescente *“elaborar sua angústia face à sua problemática identitária”*; ou estará fadada ao fracasso *“se o jovem se mantiver prisioneiro da difusão do seu eu na multiciplidade de seus personagens”*. (p. 218).

Por outro lado, é preciso ser crítico diante de posturas que consideram a rebeldia, a contestação e a desobediência como algo normal e intrínseco à adolescência. Tais concepções podem escamotear eventos conflitivos relevantes e podem conduzir a determinismos que nem sempre contribuem para a compreensão do fenômeno. Por exemplo, algumas condutas transgressivas do adolescente ou *acting out* podem ser compreendidos como busca de limites ausentes em seus contextos familiares, refletindo assim a necessidade de uma interdição que supra a ausência da função paterna (Sudbrack, 1992a, 1992b).

Assim sendo, se esta conduta patológica, que até um certo grau pode ser considerada normal, adquire uma dimensão maior pode tornar-se verdadeiramente uma patologia e aí de marginal passa a ser desviante. Para Selosse (1997, p. 218), *“os desvios consistem em dinamismos de condutas que derivam da trajetória da busca de referências espaciais, que perdem sua orientação, que se chocam por falta de referências”*.

Então aquele jovem que da *“experimentação”* passa ao uso abusivo ou à dependência química de substâncias entorpecentes; aquele que da *“pichação”*, que demarca o espaço compartilhado pelos amigos da vizinhança, passa à formação de quadrilha e/ou o envolvimento com o crime organizado; ou ainda, aquele que dos desentendimentos e discussões na porta da escola passa ao homicídio, está extrapolando os limites da margem e aventurando-se pelo campo do desvio. *“No desvio, o jovem sem espaço de continência,*

busca referência nas suas experiências coletivas, sob a forma de interações críticas, que resultam na intrusão dos bens do outro” (Sellose, 1997, citado por Póvoa, 2003, p. 24).

O adolescente que adentra este campo, na maioria das vezes, como em toda e qualquer espécie de fenômeno que foge à norma, passa a ser tachado de desviante, e passa a ser discriminado, excluído do círculo dos *bons cidadãos*. Ele passa a carregar a culpa pelo mal que fez ou pode fazer, afinal, “ele é quem não se adaptou”; “ele é quem se desviou do caminho certo”. É necessário então, isolá-lo, “tratá-lo”, para que ele seja “melhorado” e retorne ao convívio social como um cidadão “de bem”, em condições de compartilhar da “sociedade de todos”.

2.3.2 – Protagonistas e antagonistas da violência agonística

Etimologicamente, “o termo *protagonista* foi tomado do teatro grego e significa (...) *aquele que se oferece à ação em primeiro lugar, aquele que se oferece para sofrer e morrer a serviço dos outros*” (Menegazzo & cols, 1995, p. 172). Por sua vez, *antagonista* “é o elemento ou a pessoa que desempenha o papel que confronta ou se opõe ao objetivo do protagonista, numa ação determinada. É ele que desempenha o papel complementar oponente, que enfrenta o protagonista na ação dramática” (Menegazzo & cols, 1995, p.21).

Quando o tema é a violência, instaura-se uma verdadeira polêmica quanto ao papel exercido pelo jovem em sua produção. Seria ele apenas uma vítima – como evidenciam as estatísticas sobre o quadro da violência juvenil no Brasil – ou seria o principal responsável pela sua produção – como denunciam os adeptos da redução da idade penal?

O quadro retratado pelos dados dos estudos feitos pela Unesco (2004) sobre a situação da violência e os jovens do Brasil, nos faz concluir com pesar que os jovens brasileiros - principalmente os de classes socioeconômicas menos favorecidas - são as principais vítimas da violência na atualidade, gerando um fenômeno endêmico alarmante e calamitoso de “mortalidade juvenil”. Por outro lado, a sociedade e a mídia focalizam quase que exclusivamente os eventos envolvendo jovens como principais promotores de atos violentos.

Sudbrack e Conceição (2005) analisam essa questão do papel dos jovens na violência, reconhecendo os dois lados do interjogo de papéis nos quais os adolescentes se revezam ora como protagonistas, ora como antagonistas, ou seja, eles não são sempre as vítimas da violência, mas são muitas vezes os próprios agressores. As autoras ressaltam a importância de não responsabilizar exclusivamente o Estado pelo quadro atual de violência, propondo o envolvimento de *“toda a sociedade na resolução dos problemas de violência, criar parcerias em uma perspectiva tática de enfoque multidisciplinar e interinstitucional, em uma abordagem que envolva verdadeiramente as redes sociais”* (Sudbrack & Conceição, 2005, p. 188). As autoras discorrem sobre as origens remotas da violência – reconhecendo não se tratar de um fenômeno atual, mas que acompanha a humanidade desde os primeiros relatos bíblicos – e sobre o vínculo indissociável entre violência e poder.

As autoras analisam a questão para além da reconhecida perspectiva da violência estrutural, propondo uma leitura mais apurada do quadro no qual, na grande maioria das vezes, o jovem vem apenas reagindo a uma violência reiterada e previamente impingida ou a um ciclo de violências instaurado muito precocemente em sua vida.

Esta dimensão transgeracional da construção de pessoas violentas nos reporta à hipótese muito atual na literatura e muito presente em nossas pesquisas: a perspectiva de que a violência é um fenômeno co-construído na sociedade através de um padrão relacional que pode se consolidar e perpetuar na história dos indivíduos, das famílias, dos grupos das instituições e mesmo de comunidades inteiras (Sudbrack & Conceição, 2005, p.191).

Em suma, reconhece-se que o adolescente não é sempre a vítima e nem sempre o algoz. Tampouco é apenas o produto, mas também, é o produtor de sua própria história. No entanto, é preciso ter uma visão crítica diante de discursos perversos e ideológicos, nos quais subjaz uma dupla mensagem: o adolescente é “assujeitado” (apenas mais uma cifra nas estatísticas) quando é a vítima da violência e é “sujeito” (sobre o qual incidem duras penalidades) quando é o algoz.

2.3.3 – Privação de liberdade: da expiação dos pecados à medida socioeducativa

A forma com a qual a sociedade trata o fenômeno do desvio, segue a tradição do paradigma cartesiano que, indubitavelmente, ainda é preponderante no pensamento ocidental. Assim, o tratamento dispensado aos adolescentes autores de *ato infracional*³ coloca esses em uma condição de não-sujeitos, a partir de um rotulo de desviantes da *norma*, que permite à sociedade, senhora de todos os direitos, segregá-los em instituições corretivas, privando-os de sua liberdade. Essas instituições, derivadas dos antigos abrigos

³ Conduta descrita como crime ou contravenção penal. ECA, Art. 103

religiosos do Brasil-colônia que atendiam às crianças abandonadas ou delinquentes (Conceição, Tomasello & Pereira, 2003), hoje aplicam o que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em seu artigo 121 descreve como Medida Socioeducativa de Internação. Essa medida é aplicada quando o ato cometido pelo adolescente é feito através de grave ameaça, por reiteração no cometimento de outras infrações graves, ou por descumprimento reiterado e injustificável de uma medida anteriormente imposta, como prevê o artigo 122 (Schelb, 2005)

Terra (1999, p.7), afirma que *“a privação de liberdade, com duração determinada, prevista por Lei e através de sentença judicial, é a forma específica pela qual o Direito Penal objetivo concretiza o princípio da reparação equivalente, no âmbito da noção de castigo”*. Ou seja, a privação de liberdade está associada à idéia de reparação de dano causado, ou ainda, de expiação da culpa através do castigo.

Tal idéia, conforme colocado acima, carrega em suas bases o que Morin (1991) chama de “o grande paradigma do Ocidente” ou o paradigma cartesiano. Esse paradigma fundamenta-se na disjunção que coloca de um lado o “cidadão de bem”, aquele que cumpre no espaço público todas as normas e os valores sociais vigentes e, portanto, é merecedor de gozar do seu direito à liberdade, e do outro lado o “delinqüente”, aquele que infringiu tais normas e, portanto, perde seus direitos até que sua culpa esteja expiada.

Mas o ECA, concebido a partir do entendimento do homem como um ser de direitos, dispõe em seu artigo 3º, que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e

facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Schelb, 2005, p. 13)

Ou seja, é o adolescente uma pessoa em desenvolvimento, como o próprio artigo 121 atesta, e sendo assim, talvez não possua a exata noção dos seus atos (Tomasello, Conceição & Pereira, 2003).

Dessa forma, o ECA rompe com o pensamento cartesiano e passa a entender o adolescente não como o “errado”, em oposição ao “cidadão modelo”, mas a partir de um metaponto-de-vista (Morin, 1991), que inclui o próprio meio social como responsável pela conduta deste adolescente e pela forma de ele estar no mundo. Conforme dito anteriormente, o desvio ocorre a partir da falta de referências ou vínculos que balizem o comportamento do adolescente. O Estatuto se norteia por uma perspectiva de reeducação do jovem, adotando uma postura conceitual dentro do entendimento da necessidade de trabalhar as dificuldades deste, contribuindo para a mudança de seu comportamento (Terra, 1999).

A execução das mesmas fica, na maioria das vezes, a cargo de instituições de origem religiosa que concebem o adolescente como uma alma perdida e pecadora necessitada de salvação (Marques, 2000), ou ainda, carregam o ranço da ditadura militar, que prende e castiga em nome de uma ordem social ou da segurança nacional. Tais instituições apesar, de se proporem a cumprir o ECA, trabalham sob a égide do paradigma disjuntivo, que não engloba o desvio, discriminando o desviante, culpabilizando-o por seu comportamento e objetivando transformar o “delinqüente” no “bom cidadão”, através de uma pedagogia opressora que coloca o jovem como objeto de suas ações e não como sujeito ativo de sua transformação.

Neste contexto, a medida que deveria ser socioeducativa não atinge os seus objetivos, e os jovens que por elas passam acabam por reiterar, cometer novamente atos infracionais, muitas vezes, mais graves que o primeiro. Entre os fatores que levam a isso pode-se destacar a ineficiência dos programas implementados que desconsideram os próprios jovens, não ouvindo o que eles têm a dizer, quer seja por palavras, ou através do próprio ato delituoso (Tomasello, Conceição & Pereira, 2003). O sociólogo Durkheim (1981) já havia constatado de suas análises que, nos diferentes contextos sociais, os ritos de punição aplicados aos transgressores têm menos a intenção de castigar o transgressor do que o da exemplaridade, reafirmando a lei. Portanto, posicionar o adolescente como sujeito de seu desenvolvimento é de fundamental importância para que as ações voltadas a auxiliá-lo neste processo alcancem o êxito desejado.

Mas as ações realizadas pelas instituições de atendimento aos adolescentes não refletem unicamente o paradigma de *causa-efeito* que norteia seu funcionamento. Elas refletem o conhecimento que coordena todo o processo de funcionamento da sociedade *ocidental-tecnicista-capitalista-cristã*.

Ultrapassar o pensamento disjuntivo é condição *sine-qua-non* para que se realize uma sociedade mais igualitária, não num sentido de homogeneidade, mas sim de aceitação da heterogeneidade. Para tanto, Morin propõe uma revolução paradigmática. Em seu Método IV ele afirma que:

Uma revolução que afeta um grande paradigma modifica os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura e da noosfera. É uma transformação do modo de pensamento, do mundo do pensamento e do mundo

pensado. Mudar de paradigma é, ao mesmo tempo, mudar de crença, de ser e de universo. (Morin, 1991, p. 204).

Mas não basta aprovar um código de leis para que todo o resto mude. Mesmo que esse código represente a vanguarda de um pensamento que é inclusivo e que responsabiliza a sociedade e seus dirigentes pelo que acontece a cada um de seus cidadãos. É necessário que a própria sociedade absorva esse pensamento. Mas essa absorção não ocorre de modo simples, *“uma revolução paradigmática ataca enormes evidências, lesa enormes interesses, suscita enormes resistências”* (Morin, 1991, p. 205).

Muitas vezes a mídia tem sido a grande disseminadora do estigma vivido pelo adolescente em conflito com a lei: *“freqüentemente, as matérias jornalísticas acabam por ser um ingrediente poderoso a mais na construção da violência que sofrem os jovens, sobretudo pela carga de discriminação e preconceito que veiculam”* (Njaine & Minayo, 2002, p.286). Por outro lado, existem focos de ameaça às conquistas jurídicas que se apresentam na forma de manifestações veiculadas pela mídia policialesca que insuflam a sociedade em movimentos que andam na contramão dos avanços legais conquistados pelo ECA:

Hoje, a vigência do ECA é ainda muito precária (...). Recente documento do Unicef denuncia que a maior parte dos princípios do Estatuto não atinge 14 milhões de crianças e jovens com menos de 18 anos no Brasil. (...) Mais problemática de todas as questões, no entanto, é a condição da criança e do adolescente em conflito com a lei. Há um movimento de grupos sociais

politicamente poderosos trabalhando para redução da idade penal, mesmo sabendo da gritante contradição que significa o atendimento carcerário e repressor a eles prestado nos internatos. Trata-se de parte do processo de dominação sociopolítica que, na sua hegemonia, cerceia o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em sua maioria, já discriminados desde o nascimento. (Njaine & Minayo, 2002, p.286).

CAPÍTULO III – A ação dramática: a via da complexidade como alternativa

3.1 - A clínica do ato infracional

De acordo com o que foi dito anteriormente, o termo *ato infracional* designa o comportamento de um adolescente que se *desvia* dos comportamentos aceitos socialmente, e se assemelha ao que seria tido como crime se fosse cometido por um adulto.

Se associarmos ao conjunto de comportamentos que são socialmente aceitos, compreendidos como normais, o adjetivo “saudável”, poderemos, em contraposição, associar ao comportamento desviante, ao ato infracional, o adjetivo “doentio” ou “patológico”.

Por sua vez, se tomarmos o ato infracional como uma patologia, poderemos supor que haja também um tratamento a ser aplicado, não diretamente ao ato, mas à pessoa que o praticou e/ou ao contexto que viabilizou tal prática, de forma a prevenir a recorrência de tal patologia. O mais importante seria não desconsiderar a complexidades dos fenômenos, buscando pseudo-soluções lineares de causa-efeito.

Conforme já sugerido, no trabalho com adolescentes é necessário posicioná-los como sujeitos de seu desenvolvimento, entendendo-os como seres individuais que estão inseridos em uma sociedade, em uma cultura. Se esse desenvolvimento pessoal ocorre guiado por um pensamento complexo, inclusivo, a sociedade formada por esses indivíduos virá a ser, em princípio, inclusiva. E a cultura que permeia a ambos será a da complexidade, retornando assim ao pensamento complexo.

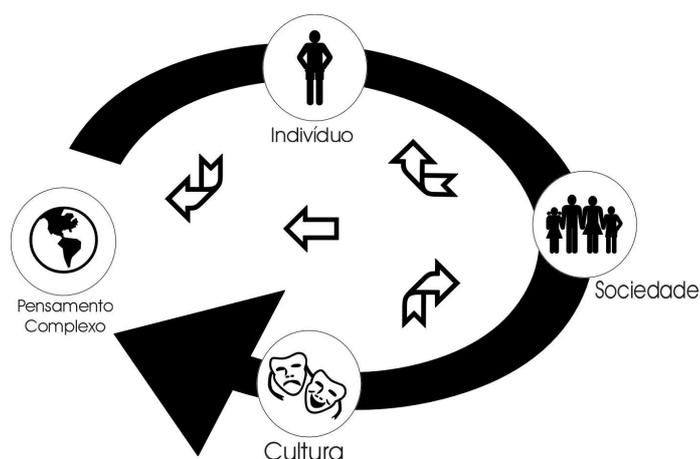


Figura 1 - Dinâmica do Pensamento Complexidade

Mas como deve ser então esse atendimento oferecido aos adolescentes? Qual a metodologia a ser utilizada? Como fazer deles sujeitos, para que possam sair da condição de excluídos, de marginais; para que possam re-significar o seu papel no mundo?

Antes de tudo, é necessário ouvir esses jovens, permitir a eles se expressarem, exporem sua compreensão acerca do meio no qual estão inseridos, pois a compreensão do meio acerca destes adolescentes já se sabe, é a de desviantes da norma.

Se for para ouvi-los, deixar que falem, é porque se reconhece o valor da linguagem enquanto instrumento terapêutico. Em o Método III – O conhecimento do Conhecimento – Morin aborda no capítulo 5, Computar e Cogitar, questões relativas ao pensamento e à linguagem. Ele afirma que:

(...) a linguagem permite e garante a intercomunicação, e que, ao mesmo tempo em que garante o funcionamento do maquinismo social, permite a transmissão, a

correção, a verificação dos saberes e informações, assim como a expressão, a transmissão e a troca de sentimentos individuais (Morin, 1986, p.114).

Dentro da Psicologia Clínica, esse poder da linguagem de permitir a comunicação e a troca de sentimentos individuais é o instrumento imprescindível do processo terapêutico. No campo racional, a construção verbal atua como promotora de um concatenamento de idéias que leva o sujeito a melhor compreender os fatos. No campo das emoções, devido ao fato de serem as palavras símbolos (significantes) que descrevem fenômenos, eventos, objetos e, como tais, carregarem em si significados, ao “manipularem” verbalmente esses significantes os pacientes estariam simultaneamente manipulando os significados. Assim, ao expressarem seus sentimentos através dos símbolos verbais, os sujeitos externalizam seus afetos, revivendo-os, e abrindo possibilidades de novas resoluções. Isso parece estar consoante com o pensamento de Morin:

A linguagem permite igualmente traduzir o vivido, isto é, os sentimentos, as emoções e paixões. A dialética dispõe da aptidão para desenvolver não só uma complexidade do abstrato, não só uma complexidade do concreto, não só uma complexidade do vivido, mas uma lógica do abstrato → concreto → vivido, em que o pensamento pode ir e vir do mais concreto, singular, vivido ao mais abstrato, universal, racional, e assim uma complexidade propriamente pensante que, embora saída da complexidade da máquina cerebral, não lhe é redutível. A partir daí, o ser humano pode tentar pensar o seu próprio vivido e a sua singularidade, ao mesmo tempo em que se põe problemas gerais quanto à sua situação na sociedade, na vida e no mundo (Morin, 1986, pp. 116).

Esta possibilidade de ressignificação dos fenômenos e da situação do ser na *sociedade, na vida, no mundo*, é possível graças à capacidade que a linguagem possui de ser, ao mesmo tempo, *individual, comunicacional e comunitária*, pois é esse trânsito entre o pessoal e o coletivo que permite a junção, disjunção, revalorização e/ou a interpretação diferenciada dos significados carregados pelas palavras. Esse pensamento condiz com o de Fairclough (1992), que afirma ser a linguagem um *processo social*. Para ele existe um relacionamento dialético entre linguagem e sociedade, sendo que ambas interagem e se determinam mutuamente. O discurso é entendido por ele como sendo composto por três dimensões: a *prática social*, que representa a ação do sujeito no mundo; a *prática discursiva*, que envolve a produção, a distribuição e o consumo do texto; e o *texto*, que é o produto final, escrito ou falado, da prática social. Os efeitos desse discurso seriam os de construção da identidade e das relações sociais. As palavras exerceriam assim a função de *objeto intermediário*, como escrito na teoria do psicodrama. Esse objeto pertenceria à uma terceira parte na vida de um indivíduo (entre o interno e o externo), uma região intermediária da experimentação, para qual contribui tanto a realidade interna quanto a vida externa. Por pertencerem ao interno, esses objetos correspondem ao próprio indivíduo mas, por também pertencerem ao externo, eles têm a possibilidade de serem compartilhados, compreendidos por outros.

E é por este prisma que a linguagem pode ser utilizada no trabalho com adolescentes infratores. Pois quando o jovem passa a narrar sua história de vida, dialogando com um terapeuta que escuta essa história e a compreende não só pelo ângulo da sociedade vítima dos atos do adolescente, mas, também, pelo ângulo do adolescente vítima dos maus

tratos dessa sociedade, é que é possível o afloramento de um terceiro ângulo que não o do adolescente, não o da sociedade, mas o da relação adolescente/violência/sociedade.

Esse terceiro ângulo de visão é o *terceiro excluído* (Morin, 1991) da lógica analítico/sintética, mas incluído no pensamento complexo. A partir dessa metavisão da relação adolescente infrator/sociedade é que será possível uma re-significação do papel de cada um desses elementos na determinação do outro, e a reorientação das ações necessárias ao estabelecimento de uma sociedade menos excludente, ou de uma forma alternativa de inclusão do adolescente que não seja a violação das normas.

Mas cabe ressaltar que, dentro da medida socioeducativa, essa metavisão da relação adolescente infrator/sociedade não pode ser buscada focando exclusivamente o jovem. É necessário alcançar-se essa metavisão junto aos técnicos e demais profissionais executores das medidas. Afinal, eles são os representantes do aparelho social presentes nessa relação e, como elemento dela, também precisam sair da lógica cartesiana.

Sendo assim, o trabalho do psicólogo clínico que tenha por objetivo alcançar o êxito na aplicação da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, auxiliando os adolescentes a sair do “desvio” e retornar para dentro da “margem”, pode utilizar-se da linguagem e do pensamento complexo para a co-construção de um conhecimento compartilhado entre os elementos envolvidos nesse processo, permitindo a todos uma metavisão do mesmo, e a partir daí, uma transformação na relação estabelecida.

3.2 - Experiências alternativas e precursoras às oficinas de rap

Algumas experiências de atendimento psicossocial a adolescentes em situação de risco nas quais se utilizam ferramentas diferentes das tradicionais, vêm sendo relatadas na literatura. Estas metodologias buscam formas alternativas de atender a demanda já a partir de compreensões mais complexas sobre adolescência, drogadição e atos infracionais, de forma a envolver outros pontos da rede social dos jovens, como família e escola, por exemplo. Essas diferentes formas de intervenção caracterizavam-se por utilizar abordagens participativas e grupais, trabalhando dentro de uma perspectiva sistêmica e com base no pensamento complexo, integrando diferentes teorias e técnicas, articulando várias áreas do conhecimento científico. Destacamos aqui algumas destas experiências que serviram como referência para a elaboração deste *estudo-intervenção*.

3.2.1 - Oficina de idéias

As *oficinas de idéias* realizadas por Penso, Gusmão e Ramos (2003) relatam uma experiência de atendimento psicossocial a adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de semi-liberdade. Seu objetivo mais amplo era facilitar as condições de promoção da qualidade de vida, bem-estar e saúde mental dos adolescentes participantes, a partir de ações que possuíam cunho tanto preventivo quanto interventivo. Segundo as autoras, o nome advinha do entendimento de que o trabalho deveria funcionar como um espaço que possibilitasse “*novas formas de interpretação da realidade vivida*” (p. 192). O grupo possuía caráter aberto, permitindo a entrada de novos participantes. Em função de

cada encontro encerrar em si mesmo a temática desenvolvida, a variação na composição dos grupos não prejudicou o andamento do trabalho. Os objetivos específicos das oficinas foram citados: (1) ajudar os jovens a compreender o caminho percorrido até chegarem ao cumprimento de uma medida socioeducativa; (2) construir um sentido para esta medida dentro da vida destes jovens; (3) investigar suas vivências no momento presente; (4) auxiliá-los na compreensão de como o tempo na medida poderia ser aproveitado de maneira produtiva no futuro; (5) possibilitar a construção de uma perspectiva de vida. A metodologia do trabalho baseou-se na metodologia sociodramática de Moreno, e seguia as etapas: (1) **aquecimento**, momento no qual os participantes verbalizavam suas experiências de vida, de criminalidade e de enfrentamento da lei; (2) **ação dramática** que envolvia o desenvolvimento de atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, exibição de filmes, dinâmicas de grupo, encenações e/ou exercícios relacionais; (3) discussão e **elaboração sociopsicológica** das situações ocorridas no encontro. Foram realizados 31 encontros com duração aproximada de 2h e 30min cada um. Participaram, ao todo, 44 adolescentes. Entre as reflexões às quais as autoras chegaram, destacam-se: (1) a compreensão sobre a importância do *vínculo de confiança e de autenticidade* desenvolvido com os jovens; (2) a compreensão sobre a importância do papel de *espaço transicional* a ser exercido pelas instituições que desenvolvem as medidas socioeducativas, de forma a contemplar em seu trabalho os níveis de sanção, reeducação e reparação interna e que, segundo elas, atualmente não têm ido além do caráter punitivo.

3.2.2 – Oficinas do Projeto Fênix

As oficinas relatadas a seguir, ocorreram no contexto do Projeto Fênix - Promoção Psicossocial de Adolescentes envolvidos com drogas no contexto de medidas socioeducativas - realizado em parceria entre a Universidade de Brasília, a Vara da Infância e da Juventude do DF e a Secretaria de Ação Social do GDF, realizado durante o período de 2002 a 2003. Em tal projeto participaram profissionais de diferentes áreas, integrando diferentes teorias e técnicas, articulando várias áreas do conhecimento científico. Entre os seus objetivos encontrava-se o envolvimento dos elementos constituintes da rede social do adolescente que atuavam em seu processo de desenvolvimento e de subjetivação

3.2.2.1 – Oficinas Psicopedagógicas

De acordo com Oliveira (2003), as instituições escolares ainda representam um dos principais elementos da rede social que contribuem nos processos de subjetivação e de desenvolvimento dos adolescentes. Portanto, a dimensão educacional não poderia ficar ausente do Projeto Fênix. Durante sua vigência, algumas propostas intervenção psicopedagógicas foram realizadas por meio de oficinas que incluíam atividades lúdicas como confecção de origamis⁴ e jogos interativos. Por se tratarem de metodologias alternativas no trabalho com adolescentes autores de atos infracionais, estas oficinas também funcionaram como referência para a elaboração do presente estudo.

Oficina de origami – tinha como objetivo estimular a habilidade motora e a criatividade por meio da construção de esculturas de papel dobrado, possibilitando

⁴ O origami é uma técnica artesanal de confecção de esculturas a partir da dobradura de folhas de papel..

benefícios como: (1) desenvolvimento de habilidades comportamentais, (2) aprendizagem cooperativa, (3) desenvolvimento de habilidades matemáticas, (4) desenvolvimento cognitivo, e (5) fortalecimento do sentimento de grupo, que segundo Oliveira (2003), foi a característica que mais sobressaiu dentro do trabalho.

Oficina de jogos de regras – o objetivo desta atividade foi “*explorar e incentivar o questionamento, planejamento e reformulação de ações, com base nos domínios de estrutura de regras associadas a cada sistema de jogo*” (Oliveira, 2003, pp. 300-301). Foram utilizados jogos simples de domínio público, como *Jogo da Velha* e *Jogo da Pirâmide*.

Oficina de RPG (Role Playing Game) – O RPG consiste em um jogo cooperativo que se apóia na construção narrativa de histórias vividas por personagens que são desempenhados pelos participantes. Segundo Oliveira (2003), “*ele favorece o reconhecimento das estruturas simbólicas da cultura, podendo se diferenciar delas, reconfigurá-las no plano imaginário e, potencialmente, resignificá-las*” (p. 303). Ainda para esta autora: “*esse movimento propicia a transformação de si e do contexto, a partir de alternativas de subjetivação emergentes no jogo, (...) constituindo assim, um mediador privilegiado dos processos de tomada de consciência reflexiva da realidade*” (p. 303).

3.2.2.2 – Oficinas Temáticas

Conceição, Tomasello e Pereira (2003) relatam a experiência das *oficinas temáticas* que consistiu no atendimento psicossocial a adolescentes em conflito com a lei. Seu objetivo foi “*promover um espaço de continência no qual os adolescentes pudessem falar abertamente de suas vivências, seus conflitos e anseios*” (p. 206). Assim, poderiam alcançar

uma compreensão de seus projetos de vida e mobilizar os recursos de proteção disponíveis, a fim de enfrentar as situações de risco presentes no cotidiano. Foram realizadas sete oficinas com os seguintes temas: (1) visão de mundo do adolescente; (2) saúde e sexualidade; (3) adolescência e drogas; (4) diversão e lazer; (5) família e amigos (6) projeto de vida e (7) confraternização final. Os encontros tinham periodicidade semanal e participavam deles uma média de 24 adolescentes divididos em dois grupos. Cada oficina tinha duração de 3h, e aconteciam em uma sala dentro das dependências da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A metodologia do trabalho baseou-se em técnicas psicodramáticas. As sessões eram conduzidas por uma dupla de terapeutas, e contemplavam as seguintes etapas: (1) aquecimento; (2) dramatização; (3) compartilhamento e (4) processamento técnico. Para os autores, o objetivo do trabalho foi alcançado e os adolescentes se apropriaram do espaço oferecido, sentindo-se à vontade para expor sua realidade, permitindo o alcance de reflexões sobre essa realidade. Entre essas reflexões destacam-se: (1) a ambigüidade presente nas atitudes dos jovens, que consecutivamente reclamam da intervenção da justiça em suas vidas e solicitavam constantemente um controle, um limite para suas ações; (2) a falta de conscientização dos jovens sobre a importância da formação escolar; (3) a incompatibilidade entre o uso sistemático de drogas e a inserção no mercado de trabalho; (4) a necessidade de propiciar um ambiente contextualizado em trabalhos dessa categoria. A simples disponibilização de um aparelho de som tocando discos de música rap durante as oficinas transformaram o espaço da VIJ em um ambiente acolhedor para os jovens; (5) a necessidade de utilização de critérios sociométricos na composição dos grupos; e (6) a importância do *contrato* realizado entre jovens e coordenadores antes do início dos trabalhos, pois é nesse contrato que se definem as regras de funcionamento das oficinas e se

especifica o que é permitido e o que não é permitido, moldando assim a interação entre todos os participantes.

3.2.2.3 – Oficinas R.A.P.

Outro trabalho realizado no contexto do projeto Fênix, as *oficinas RAP* (Tomasello, Conceição & Pereira, 2003), consistiam em um trabalho de reflexão sobre o envolvimento dos jovens com as drogas, com os delitos e com a justiça, que tinha como objetivos: (1) fazê-los repensar seus atos, compreender os encaminhamentos e medidas aplicados, além de auxiliá-los na elaboração de um projeto de vida; (2) construir conhecimento acerca da realidade psicossocial destes adolescentes de forma a embasar futuros trabalhos voltados ao mesmo público. A metodologia utilizada fundamentava-se em técnicas psicodramáticas e de trabalhos com grupo, adaptadas à linguagem musical do rap. Cada encontro era coordenado por um trio de profissionais (psicóloga/músico/estagiária de psicologia), e contemplava três etapas: (1) aquecimento através de dinâmicas de grupo; (2) composição das letras que descreviam as histórias de vida de cada jovem e (3) o compartilhar das produções com o grupo. Em um segundo momento, já com as letras finalizadas, passou-se para a elaboração das bases rítmico-musicais que acompanhariam as letras. Participaram do trabalho, ao todo, cinco adolescentes previamente selecionados pela equipe psicossocial do Projeto Fênix. Os encontros ocorriam quinzenalmente em uma sala do Centro de Desenvolvimento Social de Brasília e duravam aproximadamente 2h cada um. A análise das letras revelou que os temas recorrentes no discurso dos jovens coincidiam com suas experiências cotidianas, podendo ser agrupadas nas seguintes categorias: (1) envolvimento com as drogas; (2) influência do contexto; (3) criminalidade; e (4) as ações do Estado. Os

autores concluíram que a metodologia utilizada na oficina possibilitou o acesso às experiências de vida dos adolescentes, revelando-se como um eficaz instrumento de trabalho. Esta foi a experiência precursora que inspirou a metodologia do presente estudo.

3.3 – O rap enquanto linguagem da periferia

RAP, em seu sentido estrito, significa *Ritmo e Poesia* (Rythm And Poetry, no idioma original) e diz respeito a um estilo musical surgido nos guetos ou bairros de negros norte-americanos, como Bronx, Brooklin e Harlen em Nova Iorque, no qual se declamam versos, normalmente de estrutura simples e rimas pobres, sobre uma base musical rítmica oriunda, geralmente, de um *toca discos*. Silva e Soares (2004), o conceituam como uma:

(...) criação tecnológica feita a partir de elementos acústicos e fragmentos de diversos outros padrões musicais, com batidas rítmicas influenciadas principalmente pelo funk, começou como música para dançar o break e servir de base rítmica para uma improvisação poética que tem como conteúdo principal o protesto social e o retrato da vida dos jovens negros de periferia envolvidos no movimento hip-hop. (Silva & Soares, 2004, p. 1).

Guedes (2003) aponta que o movimento hip hop⁵, em seu início, “*viabilizava uma expressão estética contra a opressão econômica e racial*” (p. 42). Assim sendo, o rap tem

⁵ O movimento hip hop é composto por três elementos, quais sejam: 1. o *rap*, que é a combinação de duas diferentes expressões: a poesia declamada por um MC (*master of ceremony*), sobre uma base rítmico-musical produzida por um DJ (*disk-jockey*); 2. o *breakdance*, que é a dança realizada por um B.BOY (*breakboy*) no

em sua origem a marca de ser uma forma de expressão de um segmento social específico que se encontra *à margem* de uma cultura forçosamente estabelecida, erudita, e não acessível a esta *margem*. Em outras palavras, o rap, em sua simplicidade, dispensa o academicismo de uma música mais rebuscada, sendo portanto acessível a quem não tem acesso às academias; e em sua poética atua como *porta voz* da realidade vivida por esta parcela da população.

O crescimento demográfico brasileiro e o conseqüente aumento nas áreas periféricas das grandes e médias cidades nas quatro últimas décadas, fez surgir nesta *periferia* uma espessa camada da população que não conseguiu ter acesso à cultura produzida e consumida nos grandes centros. O rap, enquanto linguagem, assumiu também no Brasil o seu papel de *porta voz* daqueles que estão, em vários aspectos, excluídos da “cultura dominante”. Os jovens destas comunidades utilizam-no como forma de se expressarem, se comunicarem, de se ouvirem e serem ouvidos.

Nas letras de rap, os autores comumente narram suas experiências de vida e o cotidiano de suas comunidades, o que viabiliza um processo de identificação naqueles que compartilham da mesma realidade, “*privação financeira, preconceito racial e social*” (Barbosa, 2005, p. 40), seja qual for a “quebrada”, o Bronx em Nova Iorque, Jardim Ângela em São Paulo ou Ceilândia, Distrito Federal.

3.3.1 - Como o rap pode ajudar?

ritmo do rap; e 3. o *grafite*, que é a expressão gráfica das idéias do movimento realizada com tinta tipo *spray* em paredes e muros da comunidade.

Em consonância com o já exposto, para efetivar-se o valor socioeducativo de uma medida aplicada a um adolescente autor de ato infracional é imprescindível posicionar este adolescente como sujeito dentro do processo. Para que isto ocorra, é importante conhecer este sujeito por meio do acesso ao seu universo particular. No caso dos jovens inseridos no contexto de *exclusão* e *marginalidade*, faz-se necessário conhecer e utilizar a sua linguagem, possibilitando uma maior compreensão deste universo e, conseqüentemente, permitindo uma atuação mais eficaz do profissional que se propõe a agir dentro dele.

A linguagem do rap, enquanto veículo de expressão da experiência cotidiana dos habitantes das zonas periféricas, que cria nesses habitantes a identificação entre suas histórias pessoais, mostra-se como um poderoso instrumento de trabalho para a exteriorização de tal universo.

Os jovens vêm no rap não apenas um meio de comunicação, mas uma forma de realização pessoal, tendo em vista que os cantores de rap são, para a maioria, ídolos e, conseqüentemente, modelos a serem seguidos. O rap traz para eles a sensação de pertencimento, de estarem utilizando um recurso próprio, valorizado por sua cultura.

Utilizá-lo no trabalho com adolescentes pode proporcionar aos participantes, exatamente essa sensação, fazendo fluir o vínculo destes com o trabalho.

CAPÍTULO IV – Método

*Quem sabe dialogar com a realidade de modo crítico e criativo
faz da pesquisa condição de vida, progresso e cidadania.*

Pedro Demo

4.1 – Objetivo e questões norteadoras

O objetivo do presente estudo é verificar a utilidade da musica *rap* como instrumento de expressão acerca da realidade psicossocial vivida por adolescentes em conflito com a lei.

Para tanto, buscou-se responder as seguintes questões norteadoras:

- Quais as principais temáticas que emergem nos conteúdos dos raps, principalmente quando se tratam de auto-narrativas?
- O que o rap pode revelar sobre a condição pessoal de seu compositor?
- Pode-se considerar a composição de raps de auto-narrativas um instrumento projetivo?
- Os conteúdos expressos em uma letra de rap podem funcionar como dado clínico para o psicólogo?

Constituíram a base empírica deste estudo, as construções narrativas escritas pelos jovens acerca de si mesmos, na forma de letras de rap, obtidas a partir de intervenções do pesquisador na forma de oferta de oficinas de rap para adolescentes em cumprimento de medida de internação. Também foram considerados os dados empíricos produzidos pelas observações feitas pelos coordenadores do trabalho ao longo dos encontros, além dos

relatórios avaliativos realizados pelos técnicos de referência⁶ de cada jovem dentro da instituição.

A motivação para a confecção do estudo foi a necessidade de desenvolver novas estratégias de atendimento a jovens envolvidos com a justiça que possibilitassem uma maior vinculação entre o profissional e o público atendido, assim como, a necessidade de reflexão por parte dos jovens, de sua trajetória infracional, como estratégia de proteção.

4.2 - Ciência e Pós-modernidade

Segundo Vasconcelos (2002), o *paradigma tradicional*, da ciência teve suas origens há cerca de 400 anos. A partir de um levantamento sobre os estudos de autores como Jeremy Rifkin, Fritjof Capra e Ivan Domingues, ela afirma que este paradigma, comumente denominado newtoniano ou cartesiano – mas que também teve influência de outros cientistas como Francis Bacon, Galileu Galilei e mais recentemente Augusto Comte – passou por modificações ao longo destes séculos, porém manteve intactas suas premissas fundamentais. Tais pressupostos seriam a **Simplicidade** – à qual estaria ligada a crença na análise das partes para compreensão do todo e na linearidade dos fenômenos; a **Estabilidade** – à qual estariam ligados a crença no determinismo, na previsibilidade, na reversibilidade e na possibilidade de controle dos fenômenos e da natureza; e a **Objetividade** – crença no conhecimento objetivo do mundo, que se tornaria critério para a cientificidade e colocaria a subjetividade entre parênteses.

⁶ Profissional da área de psicologia ou assistência social responsável pelo acompanhamento do jovem durante o cumprimento da medida. Periodicamente este técnico elabora um relatório avaliativo que descreve a evolução do jovem dentro da medida, considerando diferentes aspectos: educacional, técnico profissionalizante, disciplinar e histórico sócio-familiar.

Para a compreensão do que é um paradigma, ela cita Edgar Morin, que define paradigma como os *“princípios ocultos que governam nossa visão de mundo, controlam a lógica de nossos discursos, comandam nossa seleção de dados significativos e nossa recusa dos não-significativos, sem que tenhamos consciência disto”* (Morin citado por Vasconcellos, 2002, p. 34). Assim sendo, o paradigma da ciência moderna concebe o mundo, o universo, a natureza, a realidade como fenômenos concretos/objetivos, compostos a partir de estruturas simples que se relacionam de forma linear, e a busca pelo conhecimento desses fenômenos se dará por métodos que reproduzem está concepção.

Mas este modelo de pensamento não foi suficiente para dar respostas a todos os fenômenos, bem como, as respostas que encontrou não se mostraram suficientes. Diversos cientistas, principalmente nas ciências humanas e sociais, passaram a questionar o método científico moderno. Pedro Demo (2000), por exemplo, afirma, em relação ao conhecimento científico, que: *“Por mais que se queira lógica e experimental, a ciência trabalha não com a realidade diretamente, mas com ‘objeto construído’, isto é, com expectativa de realidade”* (p. 52). Com isso, o saber científico tradicional perde seu *status* de verdade absoluta. Ainda, de acordo com Demo (2000), *“o termo ciência é aplicado também a outras crenças e práticas não-européias, abrangendo todo esforço de produzir conhecimento sistemático acerca do mundo natural, bem como do social”* (p. 59).

Com isso, um novo paradigma vem emergindo e influenciando a busca pelo conhecimento na contemporaneidade. Esse paradigma pós-moderno, ou simplesmente “novo paradigma” como prefere Vasconcellos, oferece avanços relativos aos pressupostos do paradigma tradicional. Esses avanços, segundo a autora, seriam: a **Complexidade** no lugar da simplicidade, o quê possibilitaria o entendimento das inter-relações entre os fenômenos e não a causalidade linear, levando à necessidade de contextualização em

oposição à generalização; a **Instabilidade** no lugar da estabilidade, que implicaria na consideração da imprevisibilidade e da incontrolabilidade dos fenômenos; e a **intersubjetividade** no lugar da objetividade, reconhecendo que o conhecimento da realidade não ocorre de forma independente ao observador, e que o conhecimento dito científico procede de espaços consensuais entre diferentes sujeitos. Quanto a esta última, González-Rey (2002), afirma que:

Toda construção é um processo complexo, plurideterminado, que exige a maior perícia do pesquisador para definir indicadores relevantes sobre o que estuda, o que é impossível sem sua implicação ativa, não só com os resultados dos instrumentos, mas com os sistemas de relações que devem ser estabelecidos no andamento da pesquisa. (p. 55).

Assim sendo, podemos compreender que nesta nova corrente de pensamento, o cientista assume outro papel, deixando de ser aquele que observa, manipula, controla e descreve uma realidade exterior e independente de si, para atuar como alguém que busca compreender fenômenos complexos e integrados, nos quais ele próprio está implicado, e para os quais a lógica humana não contempla a totalidade. “*Diante deste ‘novo olhar’ científico, o pesquisador entende que conhecer não é descobrir o segredo do mundo, ou dar todas as informações sobre ele, mas dialogar com ele e respeitar suas diversas dimensões*” (Pereira, 2003, p. 130).

4.3 - A Escolha da Metodologia

Entendida a importância do pensamento pós-moderno para a ciência contemporânea, faz-se importante a utilização de uma metodologia congruente com esse pensamento. Uma ciência que não se posiciona como dona da verdade, exige métodos que respeitem a natureza dos fenômenos estudados.

A ciência é de tal modo arrogante em seu projeto de devassa analítica da realidade, que exige dela que se curve aos métodos, em vez de estes estarem a serviço da captação da realidade. Até certo ponto, a ciência inventou sua própria realidade, em seus laboratórios, que, por definição, cabe em seus métodos. (Demo, 2000, p. 71).

Com isso, as verdades oferecidas pela ciência tradicional serviriam, principalmente, à própria ciência e àqueles que dela se utilizam, de forma política, para a manutenção do *status quo* dentro das relações de poder (Foucault, 1979).

Sobre esta questão política, Demo (2000), coloca que:

Parte do desmonte que o pós-modernismo praticou no campo do conhecimento foi rejeitar referências universais, ou transcendentais, em nome da diversidade, complexidade e também multiculturalidade. A crítica voltou-se fortemente para pretensões ocidentais de validade científica, que, mais que abrigo das boas intenções do tratamento metodológico mais adequado para captar a realidade, são a muralha do poder para a proposta de ciência e tecnologia visceralmente

colonizadora da sociedade e da natureza, incluído-se aí também sua marca masculina preponderante. (p. 55).

Dissertando sobre a complexidade da realidade, que não coube na metodologia da ciência moderna, este autor firma que:

A realidade como tal, sendo complexa, apresenta-se multifacetada, extremamente prismática e escorregadia; a mente precisa simplificar para explicar, mas deve saber que está fazendo interferência formalizante, sempre, pelo menos em parte, estranha. (...) não é a realidade que tem que caber nos métodos, são estes que precisam saber captar a realidade, moldando-se a ela (Demo, 2000, p. 72).

O pesquisador necessita, assim, emancipar-se, produzir o próprio caminho que o levará ao conhecimento. O método por tanto deve viabilizar a descoberta deste caminho.

Conforme dito anteriormente, os participantes da pesquisa não estão nela como meros respondentes. Eles são elementos ativos dentro do sistema relacional e atuam no processo de pesquisa. De acordo com González-Rey (2002), o participante de uma pesquisa é um ser “*interativo, motivado e intencional, que adota uma posição em face das tarefas que enfrenta*” (p. 53), e que “*realiza verdadeiras construções implicadas nos diálogos dos quais se expressa*” (p. 55).

E assim sendo, o resultado da pesquisa será determinado, entre outras coisas, pelas interações dialógicas promovidas entre esse sujeito e o pesquisador. Isto porque:

Em sua condição social, o indivíduo é parte de sistemas de reflexões constituídos nos sistemas de significação e sentido subjetivo que caracterizam a subjetividade social. Esses sistemas representam um momento constitutivo das estruturas dialógicas em que se expressa o sujeito em suas diferentes instâncias sociais; no entanto eles não se impõem como determinantes externos destas estruturas dialógicas, mas são parte do sentido subjetivo que se constitui no diálogo. No desenvolvimento do sentido subjetivo de quaisquer dos momentos de existência social do sujeito, participam tanto os elementos da subjetividade social, quanto os da subjetividade individual, assim como os relacionados com os jogos de comunicação que se dão nos espaços de relação em que ele se expressa. (González-Rey, 2002, p. 38).

Portanto, a metodologia a ser utilizada em uma pesquisa que se proponha pós-moderna deve considerar que é exatamente este diálogo entre pesquisador e participante, que permite a construção do conhecimento acerca do fenômeno investigado.

Como o objetivo do presente estudo foi acessar a subjetividade dos adolescentes participantes das oficinas de rap e construir novas compreensões acerca da forma como estes jovens lidam com sua realidade, a metodologia de investigação qualitativa apresenta-se como a mais adequada neste processo de investigação. Isto porque, de acordo com o que afirma González-Rey (2002), a “*abordagem qualitativa no estudo da subjetividade volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivo a predição, a descrição e o controle*”. (p. 48).

Demo (2000) considera como sendo qualitativa, as seguintes metodologias:

(...) pesquisa participante, pesquisa-ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, análises de grupo, que, como vemos, abrigam horizontes bastante heterogêneos. Em parte, definem-se como metodologias alternativas, porque buscam salvaguardar o que a metodologia dura joga fora, por não caber no método, sendo isso por vezes o mais importante na realidade. Advindo geralmente esse gesto da parte das ciências sociais, existe o interesse em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes, também oriundos de pessoas simples (p.151).

Quando Pereira (2003), aborda a questão do uso de metodologias qualitativas nos estudos das realidades sociais que interferem diretamente nos processos de subjetivação, ela pontua que estas realidades “*manifestam-se como sendo mais qualitativas que quantitativas*” (p.131), tendo em vista que a relevância deste tipo de fenômeno não se encontra, obrigatoriamente, em consonância com sua mensurabilidade.

Quanto à instrumentação qualitativa, Demo (2000), aponta que “*A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando-se toda resposta fechada, dicotômica, fatal. Mais do que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação.*” (p.159).

Portanto, entendemos que a metodologia qualitativa está de acordo com a proposta das oficinas de rap, de serem simultaneamente um espaço terapêutico (de transformação) e

de pesquisa (ampliação do conhecimento). Com a utilização dela poderemos alcançar a profundidade dos fenômenos de forma a satisfazer esse duplo propósito.

4.4 - Contexto Institucional

O trabalho foi desenvolvido em uma instituição encarregada de executar a medida socioeducativa de internação⁷. Esta instituição é vinculada ao governo local e administrada por uma secretaria que atende a área social. Nela, os adolescentes recebem alojamento, alimentação, participam compulsoriamente de atividades escolares e de profissionalização, além de contarem com acompanhamento técnico de profissionais das áreas de psicologia ou assistência social. No projeto desta instituição está previsto o atendimento de 192 jovens. No período de realização da pesquisa havia em torno de 300 adolescentes internados. Estes adolescentes estavam distribuídos em 10 módulos que seguiam as seguintes características:

- Dois módulos para jovens com idade entre 12 e 15 anos ou com menor compleição física.
- Um módulo para adolescentes com idade entre 16 e 17 anos ou com maior compleição física.
- Um módulo de segurança para adolescentes com idade entre 12 e 17 anos em condição de risco à sua integridade física.
- Um módulo de segurança para adolescentes com idade entre 12 e 17 anos autores de atos-infracionais que envolvem crimes sexuais ou hediondos.

⁷ Art. 121 do ECA, que prevê a restrição de liberdade à adolescente autores de atos infracionais de maior gravidade, tais como atentado contra a vida; e/ou que cometeram reiteradamente atos infracionais de menor gravidade.

- Um módulo de isolamento para adolescentes com idade entre 12 e 17 anos em cumprimento de Medida Disciplinar⁸.
- Um módulo para jovens com idade entre 18 e 21 anos.
- Um módulo para jovens com idade entre 18 e 21 anos em condição de risco à sua integridade física.
- Um módulo de segurança para jovens com idade entre 18 e 21 anos autores de atos-infracionais que envolvem crimes sexuais ou hediondos.
- Um módulo para adolescentes do sexo feminino.

A distribuição dos adolescentes considera ainda as rivalidades existentes entre eles, bem como a comunidade de origem do jovem.

4.5 - Os Participantes

Os participantes foram adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação decretada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, alojados na instituição acima descrita. Ao todo participaram do grupo 10 adolescentes, com idades entre 16 e 18 anos, moradores de regiões suburbanas do Distrito Federal. A maior parte possuía histórico de repetência e abandono escolar. Os jovens estavam alojados em diferentes módulos da instituição e foram selecionados a partir de indicações dos técnicos de referências (psicólogos ou assistentes sociais), que acompanhavam suas medidas. Os critérios utilizados pelos técnicos para a indicação dos jovens foram:

- ter capacidade de abstração (para poderem trabalhar com metáforas);

⁸ Sanção imposta ao adolescente que descumprir as normas institucionais.

- gostar de *rap*;
- não possuir desentendimentos com nenhum dos outros integrantes do grupo.

Uma vez que as oficinas ocorreram dentro de um espaço institucional específico, estas se adequaram à cultura desta instituição, bem como, à sua dinâmica de funcionamento. Isso implicou, por exemplo, em receber eventualmente adolescentes atrasados no início dos encontros. Por sua vez, os grupos eram abertos, isto é, era comum o acolhimento de novos participantes ao longo do trabalho e, ainda, ocorriam mudanças nos horários e no local de realização das atividades.

4.6 - Contexto de Pesquisa

4.6.1 - Consentimento para a pesquisa

A inserção do pesquisador na instituição deu-se por meio de seu vínculo empregatício como técnico da mesma e, para a realização do presente estudo, obteve a autorização de seus superiores diretos para coletar os dados das oficinas e utilizá-los com fins acadêmicos, guardadas as devidas implicações éticas.

O consentimento dos participantes foi obtido durante o primeiro encontro, quando foram apresentados os objetivos da oficina e da pesquisa. Os jovens foram informados acerca da relevância do estudo e das questões éticas relacionadas à utilização do material produzido ao longo do trabalho. Foi dada aos jovens a opção de participarem ou não da pesquisa, sem que isso impossibilitasse sua participação nas oficinas, tendo em vista que

haveria seleção de alguns casos para o estudo. Nenhum dos participantes se opôs a participar das oficinas e/ou da pesquisa.

4.6.2 - As oficinas

Nas oficinas foi utilizada uma estrutura de trabalho baseada na metodologia do Psicodrama. Os encontros seguiam etapas semelhantes às de um encontro psicodramático, quais sejam, aquecimento inespecífico, aquecimento específico, dramatização e compartilhamento. Eram coordenados por uma dupla de psicólogos, funcionários da instituição, dentre os quais, o autor da presente pesquisa, e aconteciam em uma sala designada especificamente para este fim. Esta era uma sala ampla, ventilada, bem iluminada, com almofadas para a acomodação dos participantes. Os encontros tinham periodicidade semanal e duração aproximada de duas horas cada.

Cada encontro era composto pelas seguintes etapas:

1º Etapa: *aquecimento inespecífico*

Nesta etapa era realizado o *acolhimento* dos jovens. Eles eram convidados a relatar como estavam se sentindo, como haviam passado desde o último encontro, se havia alguma novidade que gostariam de compartilhar, se tiveram oportunidade de realizar eventuais tarefas que tenham sido deixadas no encontro anterior, etc. Era também o momento de maior descontração, no qual os jovens podiam falar livremente sobre qualquer assunto. O objetivo maior era promover um clima de entrosamento entre os participantes.

2º Etapa: *aquecimento específico*

Nesta etapa iniciava-se o trabalho com a *apresentação do tema* que seria desenvolvido naquele dia, aquecendo os participantes para o trabalho. A definição do tema trabalhado poderia ser feita pelo coordenador do grupo ou pelos participantes. Por exemplo, no dia em que o objetivo da oficina era a criação de um personagem, o coordenador explicava o que era um personagem e, em seguida, citava várias histórias ou músicas, solicitando que os jovens identificassem os personagens que protagonizavam as mesmas.

3º Etapa: *dramatização*

Nesta etapa era aplicada uma dinâmica de grupo ou jogo dramático que tratava do desenvolvimento do objetivo do encontro. Ainda no exemplo da criação do personagem aplicou-se uma dinâmica na qual os adolescentes deveriam listar características suas que comporiam o personagem que estavam criando. Após a listagem, era solicitado que desenhassem esse personagem a partir destas características.

4º Etapa: *compartilhamento*

Nesta etapa compartilhavam-se os produtos das tarefas realizadas. Os adolescentes eram convidados a exporem seus trabalhos, desenhos, textos ou músicas. Era dada a oportunidade de que os jovens falassem de suas impressões e sentimentos em relação às suas obras e dos colegas.

A realização dos encontros baseou-se no planejamento contido no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição das atividades feitas nas oficinas (número da oficina, tema, objetivo e etapas seguidas).

Nº.	Tema	Objetivo	Etapas
1º	Apresentação do trabalho	Promover a apresentação dos participantes e da metodologia das oficinas, destacando que o objetivo não era formar <i>rappers</i> e sim, oferecer um espaço de compartilhamento e de escuta tendo o rap como ferramenta de trabalho.	1ª. Acolhimento dos adolescentes e aplicação de dinâmica de apresentação. 2ª. Identificação dos três elementos contidos em qualquer história: tema, personagem, enredo. 3ª. Aplicação da dinâmica “o nome”, para a criação do personagem que representaria o próprio adolescente. 4ª. Avaliação das impressões dos jovens acerca da atividade.
2º	Interpretação de um rap (compreensão subjetiva da história narrada)	A partir de uma letra de rap, treinar a habilidade de interpretação e compreensão textual. A letra escolhida pelo coordenador foi “A vida é desafio” do grupo Racionais MC’s. A tarefa teve por propósito aquecer os jovens para a temática desenvolvida na letra.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Audiência da música e leitura da respectiva letra. Sublinhar os trechos que consideram mais significativos. 3ª. Compartilhamento dos trechos destacados e opinião sobre as escolhas e critérios de cada um. 4ª. Elaboração de uma compreensão comum ao grupo sobre as temáticas surgidas com a leitura da letra.
3º	Leitura de Jornais (compreensão de fatos cotidianos).	Possibilitar a discussão de fatos verídicos do cotidiano contidos em notícias de jornais; bem como, propiciar a apresentação das compreensões subjetivas acerca do contexto em que vivem.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Leitura de jornais com notícias sobre assuntos do cotidiano dos jovens, tais como, assaltos, homicídios, tráfico de drogas, conflitos judiciais, etc. Após a escolha do artigo, pede-se que façam um resumo bem curto sobre o que foi noticiado. 3ª. Compartilhamento das notícias, apresentação de resumo e opinião a respeito dos fatos lidos. Estimula-se a troca de opiniões sobre a notícia uns dos outros. 4ª. Avaliação do trabalho realizado no dia e o paralelo existente entre essas a história de vida do jovens.
4º	Agressor e vítima – duas vertentes	Possibilitar aos participantes experimentar a sensação vivida por todos os envolvidos numa situação de assalto por meio da técnica psicodramática de inversão de papéis.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Apresentação dos objetivos do encontro e montagem de duplas a partir de critérios sociométricos. 3ª. Dramatização de um assalto no qual uma dupla agia como vítima e outra como autor. Esses papéis eram trocados ao final da cena. 4ª. Compartilhamento dos sentimentos experimentados durante a realização da atividade.
5º	Construindo minha história de vida	Proporcionar o compartilhamento das histórias de vida dos jovens e iniciar a construção de suas narrativas.	1ª. Acolhimento dos jovens. 2ª. Solicitado que reflitam sobre a vida de seus personagens e apontem as principais características de sua história. O coordenador do grupo acompanha individualmente a escrita, conversando sobre estas características de sua vida, como se sente em relação a elas, como

			<p>elas contribuíram para que ele estivesse na atual condição de privação de liberdade, como poderia ter sido diferente, etc.</p> <p>3ª. Disponibiliza-se aos jovens a oportunidade de compartilhar as características de seus personagens, para entender quais os elementos comuns entre eles, que caracterizam a vida do jovem em conflito com a lei.</p> <p>4ª. Avaliação das atividades realizadas e com o planejamento do próximo encontro.</p>
6º 7º 8º 9º 10º 11º 12º	Construindo uma história em comum	<p>Construir uma história coletiva a partir de um elemento comum a todos os participantes, para perceber o quanto parecidas são suas histórias individuais.</p> <p>Exercitar a escrita da narrativa no formato de letra de rap, trabalhando elementos como métrica e rima.</p>	<p>1ª. Acolhimento dos adolescentes.</p> <p>2ª. Reflexão sobre os elementos comuns às histórias.</p> <p>3ª. A partir dos elementos identificados, escrever uma história compartilhada. A dinâmica consiste em sentarem-se em círculo, e passarem uma folha de papel na qual cada um escreve um trecho, repassando ao próximo.</p> <p>4ª. Leitura do material produzido para avaliação do grupo.</p>
13º 14º	Composição da base musical	<p>Criação da base musical para a letra que relata a percepção dos jovens acerca da experiência de estarem cumprindo medida de internação.</p>	<p>1ª. Acolhimento dos participantes.</p> <p>2ª. Reflete-se sobre a importância da base musical para a caracterização da história. Levantar quais elementos sonoros são pertinentes à história, tais como ritmo, timbres, instrumentos, melodia, etc.</p> <p>3ª. Composição da base.</p> <p>4ª. Avaliação da base e treino da música.</p>
15º	Ensaio geral.	<p>Ensaiar a execução da música.</p>	<p>1ª. Acolhimento dos participantes.</p> <p>2ª. Reflete-se sobre a importância do entrosamento e da sincronia de todos os participantes na execução da música.</p> <p>3ª. Ensaio da música.</p> <p>4ª. Compartilhamento das impressões sobre a atividade.</p>
16º	Ensaio e análise da composição feita coletivamente.	<p>Realizar uma reflexão sobre a apresentação feita para o grupo de mães. Analisar o conteúdo da narrativa grupal contido na letra. Ensaiar a música para a próxima apresentação.</p>	<p>1ª. Acolhimento dos participantes.</p> <p>2ª. Avaliação da apresentação realizada para um grupo de mães reunidas na instituição.</p> <p>3ª. Análise dos atos narrados na letra de rap elaborada coletivamente.</p> <p>4ª. Ensaio da música.</p>
17º	Assistindo a apresentação	<p>Assistir a filmagem da apresentação de dois participantes (TAI e ROD), em um evento ocorrido fora da instituição.</p>	<p>1ª. Acolhimento dos participantes.</p> <p>2ª. Comenta-se a apresentação realizada fora da instituição por dois participantes.</p> <p>3ª. Assiste-se a filmagem da apresentação.</p> <p>4ª. Compartilham-se as impressões dos participantes acerca da atividade.</p>
18º	Desconstruindo as	<p>Analisar a história de vida</p>	<p>1ª. Acolhimento dos participantes.</p>

	histórias de vida	narrada pelos jovens em suas letras individuais.	2ª. Relembra-se o objetivo das oficinas enquanto espaço de compartilhamento das histórias de vida. 3ª. Reflete-se sobre a narrativa de vida de um dos jovens descrita em uma letra. 4ª. Compartilham-se as impressões dos participantes acerca da atividade.
19º	Conquistando a confiança	Refletir sobre as possibilidades de realização de apresentações fora da instituição.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Apresentar a proposta de fazer apresentações fora da instituição. 3ª. Debate sobre os aspectos positivos e negativos dessas apresentações, riscos envolvidos para eles e para a instituição, atitudes necessárias para adquirir a confiança. 4ª. Criação conjunta de uma lista de atitudes que eles se comprometem a conquistar.
20º	Apresentação dos trabalhos e confecção de bases	Apresentar o andamento dos trabalhos a dois novos integrantes, bem como, apresentar estes ao restante do grupo. Compor as bases musicais para as letras de rap dos adolescentes.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Solicitar que os adolescentes apresentem o material realizado até o momento, sobre suas histórias de vida. 3ª. Auxiliar os que apresentem dificuldades em realizar a composição. Confeccionar as bases musicais para as letras que estejam concluídas ou avançadas. 4ª. Compartilhar as impressões dos participantes acerca da atividade realizada
21º	Análise da história de vida	Realizar a reflexão acerca da história de vida de um dos jovens descrita na letra de rap por ele composta.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Relembrar o objetivo das oficinas de enquanto espaço de compartilhamento das histórias de vida. 3ª. Refletir sobre a narrativa de vida de um dos jovens descrita na letra de rap. 4ª. Compartilhar as impressões sobre a atividade realizada.
22º	Elaboração das apresentações	Montar com os participantes um cronograma e uma pauta para as próximas apresentações na unidade.	1ª. Acolhimento dos participantes. 2ª. Apresentar a proposta de apresentações dos grupos de rap em eventos dentro das instituições. 3ª. Elaborar um cronograma de apresentações com a disponibilidade de horários da instituição. 4ª. Compartilhar as impressões dos participantes acerca da atividade realizada.

4.6.3 – Base empírica do estudo

A base empírica da pesquisa consistiu-se de dados primários coletados no período de execução dos trabalhos, quais sejam:

1) as **letras de rap** produzidas pelos participantes dentro do contexto das oficinas, que tinham como conteúdo as narrativas de suas histórias de vida. Neste estudo, apenas três das letras realizadas foram objeto de análise. Assim se procedeu porque, primeiramente, estas três letras foram produto direto das oficinas, elaboradas sob a instrução de retratarem o histórico de vida dos autores, e também, por considerar que estas três trazem conteúdos relevantes e suficientes para uma análise qualitativa dos dados.

Para subsidiar a compreensão dos casos foram trabalhados como dados secundários:

1. Os **registros de observação** preenchidos pelos coordenadores das oficinas, imediatamente após o término de cada encontro, em formulário próprio, o qual continha o número do encontro, data, tema, participantes, local de realização e observações. Após o encerramento dos encontros, os coordenadores discutiam o trabalho realizado, seus alcances, a participação dos jovens, etc. Em seguida as conclusões eram registradas por escrito, por um dos coordenadores.
2. As **anotações** sobre a evolução individual do adolescente ao longo das oficinas, preenchidos pelos coordenadores do trabalho. Essas anotações eram fruto da observação realizada pelos coordenadores acerca do envolvimento dos jovens com o trabalho, e continham informações sobre o comportamento dos jovens, assuntos que estes levantam, comentários que faziam, etc.
3. Síntese dos **relatórios avaliativos** de cada adolescente. Esse relatório é um documento da instituição que tem como função fornecer ao juiz da Vara da Infância

informações gerais sobre o adolescente, para que o mesmo possa embasar suas decisões acerca da medida aplicada ao jovem. Ele é elaborado pelo Técnico de Referência do adolescente, e contém um breve parecer sócio-familiar, psicossocial, escolar, disciplinar e profissionalizante.

4.6.4 - Método de Análise

Pautados na riqueza do material produzido e na necessidade de compreendê-lo em sua intensidade, optou-se pelo método construtivo-interpretativo proposto por González-Rey (2002).

Para o referido autor, a prática profissional do psicólogo é em si um campo fértil para a realização de estudos, pois segundo seu entendimento, a pesquisa e a atuação profissional não se separam. Ele afirma que:

As fontes da prática profissional (...) contribuem para o processo de produção do conhecimento não por sua integração em termos formais ao projeto de pesquisa, mas pela pertinência dos fatos e das idéias gerados em relação às necessidades do processo de conhecimento. (González-Rey, 2002, p. 103).

Fruto direto da intervenção psicossocial oferecida aos adolescentes por meio da oficina, as letras de rap guardam em si o resultado da construção narrativa que reflete a compreensão dos adolescentes a respeito de sua realidade, dentro de um determinado contexto e ao longo de um período de tempo. Sendo assim, eles fornecem muitas informações sobre seu autor e a captação destas informações se dará a partir da leitura feita

pelo pesquisador, transformando essas informações em dados para a pesquisa. Porém, não de acordo com conceito tradicional de dado, que segundo González-Rey (2002), “*tem profunda conotação objetiva em sua definição, pois trata-se de uma entidade objetiva que representa o objeto estudado, cuja procedência é empírica*”. (p. 107), mas conforme o entendimento que estes dados adquirem significado dentro do entendimento do pesquisador, não sendo, portanto, independente dele. “*O dado não se legitima de forma unilateral pelo que representa na relação com o objeto estudado, mas por sua ‘capacidade de diálogo’ com o pesquisador*” (González-Rey, 2002, p. 111).

De forma a distinguir essa informação que surge somente a partir da compreensão do pesquisador - que envolve assim o campo subjetivo-, daquela que se apreende direta e objetivamente, o autor propõe o conceito de *indicador* para designar a primeira.

O indicador só se constrói sobre a base de informação implícita e indireta, pois não determina nenhuma conclusão do pesquisador em relação ao estudado; representa só um momento hipotético no processo de produção da informação, mesmo que conduza à aparição de novos indicadores por meio das novas idéias do pesquisador associadas à construção dos indicadores precedentes (...) Pode-se defini-lo por um elemento ou por um conjunto de elementos (González-Rey, 2002, p. 112).

O desenvolvimento dos indicadores, a partir da relação dialógica estabelecida entre o pesquisador e seu o material de análise, conduziria ao desenvolvimento de conceitos e categorias sobre o fenômeno investigado. Essas novas categorias levariam a uma ampliação do conhecimento, que de forma recursiva, e permitiria a emergência de zonas de sentido acerca do sujeito.

CAPÍTULO V – Apresentação dos resultados

No Quadro 2 constam as informações sobre cada encontro em termos de ordem cronológica, data, composição do grupo, e um resumo das principais observações realizadas pelos coordenadores/pesquisadores dentro das atividades. Esses dados trazem informações sobre a metodologia utilizada para a realização dos encontros, que por sua vez, possibilitaram a coleta dos dados. Na seqüência serão apresentadas, individualmente, as sínteses dos os três casos selecionados para o estudo, seguidas da letra de rap escrita pelo jovem correspondente ao caso descrito, a qual foi composta sob a instrução de que narrasse sua história de vida. As informações contidas nas sínteses foram retiradas os Relatórios Avaliativos do adolescente autor da letra, bem como dos registros de observação e das anotações realizadas pelos coordenadores/pesquisadores.

Os adolescentes participantes das oficinas de rap serão aqui referidos por iniciais arbitrárias para garantir o anonimato e evitar suas identificações. Os participantes escolhidos para o estudo foram: ROB, TAI e MAR. As oficinas ocorreram no período de julho de 2004 a janeiro de 2005 e foram realizados os 22 encontros previstos.

Quadro 2. Descrição dos encontros: data de realização, participantes presentes e observações.

Encontro Data	Participantes	Observações
1° 29/07/2004	TAI ROB DIE	Os adolescentes foram receptivos à proposta e se mostraram ávidos em iniciar o trabalho de construção e apresentação dos raps. Alguns demonstraram habilidade de escrever letras e cantar. Não fizeram objeções quanto à participação na pesquisa.
2°	TAI	Na primeira etapa foram definidas as normas de

05/08/2004	ROB DIE	funcionamento das oficinas. Os adolescentes participaram ativamente e pareceram identificar-se com a história da letra. Destacou-se a forma desinibida com a qual os jovens comentaram suas experiências no universo infracional.
3° 12/08/2004	TAI ROB ROD	Houve a entrada de um novo participante, que demandou um trabalho de adaptação, apresentação dos membros e das regras. O novo membro foi bem acolhido pelo grupo. Por vezes houve conversas paralelas, mas foram facilmente reconduzidas aos objetivos do encontro.
4° 19/08/2004	TAI ROB ROD DIE	A partir das discussões do encontro, dramatizou-se uma cena de um assalto. Os adolescentes demonstraram dificuldades de representar uma vítima passiva, pois sempre reagem ao assalto. Este comportamento é qualificado por eles como o pior a se ter, pois nestes casos é quando eles atentam contra a vida da vítima, quando numa situação real de assalto. Os adolescentes manifestaram desejo de iniciar a escrita de seus raps. Ao final, escreveram alguns fatos importantes de sua história de vida para o próximo encontro.
5° 02/09/2004	TAI	Somente um adolescente pôde comparecer ao encontro por motivos decorrentes da rotina institucional. Ele havia realizado a tarefa solicitada e compartilhou com os técnicos fatos acontecidos em sua história de vida.
6° 09/09/2004	TAI ROB ROD	O tema escolhido foi a instituição na qual todos se encontram no atual momento de suas vidas. Os adolescentes que não compareceram ao encontro anterior vieram com suas histórias individuais escritas e aquecidos para a discussão. Com isso, a história coletiva ficou para o próximo encontro. Foi dada a oportunidade de cantarem os trechos que haviam composto sobre suas histórias individuais.
7° 16/09/2004	TAI ROB ROD	Os participantes elaboraram uma letra em comum a partir de suas experiências na instituição de internação, bem como, do sentimento oriundo das mesmas. A dinâmica aplicada consistia em se sentarem em círculo, e cada jovem escrever uma estrofe, passando a folha de papel para o jovem ao lado que prosseguia circulando a letra até a conclusão da história. Ao final do encontro a história ainda não estava terminada, ficando a conclusão para o encontro seguinte.
8° 21/09/2004	TAI ROB ROD	Houve mudança no dia dos encontros. Foi cogitada pelos coordenadores a possibilidade de entrada de novos integrantes, o que, em princípio, causou certa resistência nos participantes. A questão foi trabalhada e

		os jovens terminaram por concordar. Trabalhou-se mais na construção da história compartilhada.
9° 28/06/2004	TAI ROB ROD FRA MAR	Iniciou-se com a apresentação dos novos participantes, que foram bem acolhidos pelo grupo. Em seguida deu-se continuidade à construção da história coletiva. Os coordenadores perceberam uma maior falta de concentração na atividade, atribuindo-a à presença dos novatos.
10° 05/10/2004	ROD FRA MAR REN	Iniciou-se com a apresentação de um novo integrante que foi bem acolhido. Os participantes solicitaram ao coordenador que, antes de prosseguir com o trabalho de construção da história compartilhada, pudessem apresentar ao grupo os produtos de suas tarefas extra-oficina, isto é, a composição de suas histórias individuais. Esta atividade tomou a maior parte do tempo do encontro. Os adolescentes demonstraram entrosamento e dedicação aos propósitos da oficina.
11° 19/10/2004	ROB TAI REN ROD	Neste demandaram bastante tempo para falar sobre como estavam se sentindo neste atual momento de suas medidas. A atividade de composição da história em comum foi pouco desenvolvida.
12° 26/10/2004	REN ROB TAI GLE	Apresentou-se um novo participante que foi bem acolhido pelo grupo. Concluiu-se a letra composta em conjunto. Ao final foi dada a oportunidade de apresentarem as narrativas individuais ao grupo.
13° 09/11/2004	REN ROB TAI GLE ROD	Os adolescentes participaram entusiasmados com a atividade de criar a base musical da história que haviam escrito. Puderam vislumbrar a transformação do trabalho que haviam feito em um rap de verdade.
14° 16/11/2004	MAR ROB TAI GLE ROD	Finalizada a base musical da letra composta coletivamente. Os jovens participaram com entusiasmo e dedicação, demonstrando identificação e satisfação com o trabalho realizado.
15° 19/11/2004	MAR ROB TAI GLE ROD REN	Esse encontro extraordinário foi para que os jovens pudessem treinar a música a ser apresentada na instituição, destinada a um grupo de mães visitantes.
16° 23/11/2004	MAR ROD ROB GLE TAI	Os adolescentes manifestaram motivação e entusiasmo com o trabalho. Foram bem críticos em relação à apresentação realizada e manifestaram desejo de aumentar a quantidade de encontros. Foi ensaiada a música coletiva para uma apresentação agendada fora

		da instituição.
17° 07/12/2004	ROB ROD GLE	Os jovens manifestaram satisfação com a apresentação e os que não participaram demonstraram motivação e desejo de se apresentarem fora da instituição. Foram debatidas as conseqüências da evasão do adolescente TAI que não retornou de seu benefício de saídas sistemáticas ⁹ .
18° 14/12/2004	GLE MAR REN ROB ROD	Iniciada a análise das narrativas de vida compostas por eles. A escolhida pelo coordenador foi “Venha se por no meu lugar”, do jovem ROB. A discussão foi bastante aprofundada. Repassadas informações sobre o as próximas apresentações que os jovens realizariam.
19° 21/12/2004	GLE MAR REN ROB ROD	Adolescentes compareceram eufóricos devido à proximidade do natal. Manifestaram o desejo de contatar produtores para apresentarem seus raps. Definido um intervalo para o final de ano.
20° 04/01/2005	GLE MAR REN ROB ROD PER DIM	O grupo acolheu bem os novos integrantes e apresentaram aos mesmos suas letras. Em seguida iniciamos o trabalho de composição das bases de cada rap. Por ser essa uma tarefa individualizada, os jovens que aguardavam ficaram um pouco dispersos.
21° 11/01/2005	GLE MAR REN ROB ROD PER DIM	Para a análise foi escolhida pelos técnicos a letra “Manos Finados”, do adolescente MAR. Os adolescentes apresentaram muita resistência em realizar a tarefa, talvez em virtude do atraso no início do trabalho, o que fez com que os já presentes fossem se aquecendo para outras discussões. Apesar das dificuldades, os jovens frisaram que apesar de saberem que a vida do crime só leva à prisão ou à morte, eles trilham esse caminho por falta de opção, para realizarem seus desejos de consumo e de pertencimento e que só pensam nas conseqüências após serem presos. Para eles é melhor ser preso depois de curtir muito, que trabalhar feito escravo para ganhar R\$ 300,00. Quando na rua, a pessoa tem dinheiro, mulheres, drogas e armas.
22° 18/01/2005	GLE MAR REN ROB	Realizada a atividade de planejamento das próximas apresentações que o grupo pretende fazer dentro da instituição, para mostrar e cantar seus raps. Essas apresentações marcariam o encerramento da primeira

⁹ Antes de determinar o encerramento da medida de internação estrita, o juiz da Vara da Infância e da Juventude concede ao adolescente o benefício de saídas sistemáticas quinzenais e/ou semanais, com o intuito de promover o retorno paulatino do jovem ao corpo social.

	ROD PER DIM	etapa do trabalho, que era o da reflexão sobre a história de vida dos participantes.
--	-------------------	--

5.1 – Apresentação dos casos

5.1.1 – Caso: ROB

5.1.1.1 – História contada

Ao todo, constam cinco passagens do adolescente registradas na instituição, sendo a primeira delas aos 14 anos de idade por latrocínio (roubo seguido de morte). Após 45 dias foi liberado aos responsáveis. Cinquenta e um dias depois registrou outra entrada, desta vez por lesão corporal e ameaça. Mais 45 dias internado e novamente foi liberado aos responsáveis. Três meses depois, já com 15 anos, retornou à instituição, também por lesão corporal, e foi sentenciado a cumprir medida por tempo indeterminado. Ficou um ano e dois meses internado e foi encaminhado para Semiliberdade. Dois meses depois deu entrada por furto, sendo reencaminhado à Semiliberdade. Mais 11 dias e retorna à instituição por ter cometido um roubo, sendo novamente sentenciado por prazo indeterminado. Nessa última internação foi quando participou das oficinas de rap.

A família de ROB é formada por mãe, padrasto e cinco irmãos. Os seis filhos de sua mãe são frutos de três diferentes relacionamentos. O jovem não possui o nome do pai em seu registro de nascimento. Seu relacionamento com a mãe é considerado bom. Em seu histórico de vida ficou marcado o abandono do pai e o fato de ter sido criado pelo avô.

Na escola o adolescente concluiu o 3º ano do Nível Médio, sendo avaliado como assíduo, inteligente, educado, responsável e participativo.

Nas oficinas profissionalizantes apresentou bom desempenho, aproveitamento e excelente cuidado com material e equipamento, além de um relacionamento harmonioso com colegas e instrutores.

No geral, o jovem apresentou bom comportamento, não se envolvendo em ocorrências disciplinares dentro da instituição.

Nos atendimentos realizados dentro do projeto de oficinas de rap, o adolescente demonstrou muita identificação com o trabalho, portando-se de maneira interessada e dedicada, respondendo a todas as instruções dadas, e realizando todas as tarefas solicitadas. ROB afirmou ver no rap a possibilidade de compartilhar suas histórias com seus ouvintes, jovens como ele que, por ventura, venham a ter uma vida parecida. Ele acredita que esse compartilhamento pode contribuir com a formação de opinião dos outros jovens, influenciando-os e afastando-os do comportamento infracional. Apesar deste objetivo, o jovem reconhece que mesmo sempre tendo ouvido rap, as mensagens nunca foram determinantes em suas escolhas, conseguindo distinguir o “certo” do “errado”. Ele afirma que estas escolhas eram sempre guiadas pelo desejo de pertencimento e de consumo, que não eram condizentes com a condição sócio-econômica de sua família. O jovem afirmou que na comunidade onde cresceu, possuir arma de fogo era sinal de *status* entre seus pares. E quanto mais sofisticada a arma maior era esse *status*. Realizar ações mais ousadas, como assaltos a grandes lojas, fazia parte dos rituais de inclusão e pertencimento aos grupos. ROB apresentou aspectos de liderança dentro do trabalho das oficinas de rap., entretanto, grande parte dos jovens que integraram o grupo também apresentaram, o que, para ele não causou problemas. O jovem soube negociar as atividades, ouvir quando necessário e defender suas idéias de maneira adequada, sem gerar embates nos encontros. Ele é inteligente e calculista, agindo por vezes de forma manipulativa. O jovem apresentou

também certa frieza em seus sentimentos, que foi o que mais chamou a atenção em sua primeira passagem pela instituição, após o cometimento de um latrocínio no qual assassinou a vítima a pedradas. Ele afirma reconhecer os erros que cometeu, e que, os muros da instituição funcionam para conter suas ações, fazendo com que reflita sobre as mesmas. Mas diz que “na rua é diferente”, quando está livre, não pensa nas conseqüências que seus atos podem ter para si e para os outros. Lá, os determinantes de seu comportamento são outros, como o desejo de consumo, por exemplo.

5.1.1.2 – História cantada

Venha se por no meu lugar

Mil novecentos e oitenta e seis, início de dezembro.

No Hospital meu choro era motivo de sorriso

Pra minha mãe um sonho lindo, primeiro filho.

Pra sociedade o perigo, recém-nascido.

Discriminado por ser pobre, isso e aquilo.

Por quem só usa roupa da moda de estilista gringo.

Certidão de nascimento pai não declarado

Mãe que trabalha um mês inteiro por um mísero salário

Os pés descalços, na lama, no barro

E o resultado, um futuro premeditado

Acreditava nos meus sonhos com apenas dez anos
Que tempo bom, eu fazia vários planos
Aos onze más companhias, eu cheio de ousadia
Um pé-de-cabra e atitude abrem a porta da Maresia
Roupas novas vaidade dos pés à cabeça
Pensamentos mudados na mente só besteira
Cresci sem aprender a dar valor na vida
Só ouvindo deboche, má fé e olhar que intriga
Ao me ver sonhar, ninguém veio me apoiar
Só abriam a boca pra tirar as forças e criticar
Dentro de casa o sofrimento era estampado na parede
Ia dormir no chão se não fosse o tapete
Dava desgosto dormir passando frio
Sem cobertor, lençol era aquilo
Olhar pro armário zerado novinho
Mas infelizmente quase sempre vazio
Já era de se esperar, Office-boy de traficante
E mais pra frente, só contato pelo telefone
Muito dinheiro era o desejo, você me entende né?
Agora sim o sistema pode dizer o que quiser!
Só frevo louco, baile rap faz minha cara
Consideração pelos parceiros, pros cabrito só rajada
No meio do frevo eu escutei
“eu não falei que é sapeca, sai do mei!”

Cai do meu lado Jhonny, vai ter revanche
Considerava, era parceiro, se dizia até meu clone!
Cheguei em casa salvo, mas eu que era o alvo
A bala que era pra mim acertou o endereço errado
Pra mim mais um motivo, outro incentivo
Pra lotar o tambor e colar o dedo no gatilho
Os roubos se tornaram mais freqüentes, só fita quente
Já estou batendo de vinte no pente
Montado no dinheiro, drogas, armas, bem vestido.
Quando se está por cima, tem mulher e tem amigo
Dois mil e um, segue o destino negativo
Na sequência eu na delegacia, acusado por latrocínio
Agora cadê meus parceiros, a mina que me amava
Perdi tudo o que tinha, nem na mente sobrou nada.
Mas o tempo passa, o pesadelo acaba
Volto pra rua novamente com a mente desnorteada
De onde eu vim? Pra onde eu vou? O quê sobrou?
Tudo mudado na quebrada, foi o tempo que passou.
Já fui refém do desespero, de uma vida louca
Onde o crime era mais forte que os conselhos da coroa.
Via os sonhos se transformando em pesadelo
Marionete das drogas, persistia nos erros.
Até pensava que era lucro abandonei os estudos
Meti a cara no mundo e só atirei no escuro

Amigo pra incentivar a loucura nunca faltava
Minha mãe virava a noite preocupada e eu nem ligava
Discriminado por vizinhos e mães de alguns amigos
Pra elas um traficante viciando seus filhos
Só dono de bar que lucrava com minhas fitas
Roubava para beber entupindo o nariz de cocaína
Uma alegria falsa mas que eu acreditava
Na ilusão do estatus e respeito na quebrada.
Passos firmes, ao meu encontro um olhar triste
Outra mãe que vê um filho refém do crime
Me abraça, chora, conversa, fala, desabafa.
Quer me ver vencer na vida, sem dois pentes e uma quadrada
Seus conselhos, escutar até que eu tento
Mas devido a tanta droga meu raciocínio é lento
O pensamento fica tenso, eu tô atento a qualquer movimento
Fazer o quê se esse aqui é o meu jeito
Mas já vi mano como eu metido a vida louca
Ser peneirado na madrugada e amanhecer cheio de mosca
Ficou só em sonhos os planos pro futuro
Pular o muro é só atraso, o quê dá lucro é os estudos
Vantagem de verdade é liberdade, livre arbítrio
Não sinto nenhum orgulho por ter fama de bandido
Montado no dinheiro, drogas, armas, bem vestido.
Quando se está por cima, tem mulher e tem amigo

Mas dentro do presídio no domingo é esquecido

Sem visita, sem Cobal, sem notícia, sem sorriso

5.1.2 – Caso: TAI

5.1.2.1 - História contada

O adolescente teve início precoce na vida infracional, iniciando com uso de tóxicos aos 8 anos de idade. Ao todo constam quatro passagens de TAI registradas na instituição. A primeira entrada foi aos 13 anos, com uma passagem por roubo. Sete meses depois, ocorre sua segunda passagem, também por roubo. Mais 45 dias é registrada outra entrada, desta vez sem especificação, pela qual ele foi sentenciado a permanecer na instituição por tempo indeterminado. Cinco meses após a primeira sentença é deferida outra de igual teor relativa a outro processo. Após um ano e cinco meses de cumprimento de medida, o adolescente evade da instituição aproveitando-se do benefício de saída semanal. Dez dias após a evasão TAI retorna à instituição em outra ocorrência que envolveu assalto a mão armada e seqüestro. Passados quatro dias do seu retorno o jovem evadiu novamente, desta vez pulando as cercas que circunscrevem a casa. Após 20 dias é registrada outra entrada de TAI, desta vez por Mandato de Busca e Apreensão.

O jovem é um habitante da periferia de Brasília que possui uma família composta por mãe e quatro filhos, três homens e uma mulher, dos quais dois não residem na mesma residência por já estarem casados. Ele é o caçula da prole e não chegou a conviver com o pai, que foi assassinado quando TAI tinha um mês de idade. TAI não possui o nome dele em seu registro de nascimento. A renda familiar é pequena, dependendo de benefícios

sociais oferecidos pelo governo. A mãe demonstra comumente certa incapacidade de controle sobre o comportamento do filho, bem como de impor-lhe limites. Apesar disto, a relação entre os dois é de profunda afeição. TAI também mantém bom relacionamento com sua irmã. Entretanto, em sua trajetória pela instituição consta desmotivação e abandono por parte de sua família, que não acompanhou seu processo socioeducativo. Dois de seus irmãos possuem passagem na polícia por roubo e tráfico de drogas.

Quanto ao aspecto profissionalizante, o jovem demonstra pouco ou nenhum interesse em participar das oficinas oferecidas pela instituição, não tendo concluído nenhuma das quais se inscreveu.

No geral, até antes de sua primeira evasão, o jovem apresentou gradativa melhora em seu comportamento, envolvendo-se menos em ocorrências dentro da instituição e desempenhando-se relativamente bem nas atividades nas quais vinha se envolvendo.

Nos atendimentos realizados dentro do projeto de oficinas de rap, o adolescente demonstrou excelente engajamento, sendo bastante ativo dentro do trabalho, realizando sempre as tarefas solicitadas, trazendo contribuições aos encontros e questionando devidamente aspectos com os quais discordava, provando assim sua capacidade de dedicação e envolvimento em atividades de seu interesse. Nas apresentações que ocorreram dentro e fora da instituição, TAI participou de forma tranqüila e interessada, sem demonstrar timidez ou receio em mostrar-se como “adolescente infrator”. Após seu retorno de evasão, o jovem foi novamente inserido no grupo. Nos atendimentos individuais realizados neste período, o jovem manifestou sua vontade de fugir novamente pois, acreditava que, em função de seu comportamento, permaneceria internado os três anos previstos na lei, o que estava fora de seus planos. Quando questionado acerca de sua responsabilidade sobre tudo o que aconteceu, inclusive o afastamento de seus familiares, o

jovem respondia de forma evasiva, atribuindo a Deus a responsabilidade sobre o que já fez (afinal, “*se Deus quisesse, teria impedido*”), bem como sobre as mudanças que possam vir a ocorrer em sua vida (pois “*se Deus quiser dará um jeito dele me mudar*”). Este pensamento denota, entre outras coisas, imaturidade por parte do jovem, que não reconhece as tragédias pessoais como consequência de suas ações.

O adolescente apresentou poucas referências de limite e de autoridade, possuindo vários registros de ocorrência por agressão, tendo melhorado seu comportamento após seu ingresso nas oficinas RAP, segundo avaliação da psicóloga que o acompanhava.

5.1.2.2 - História cantada

O teste é forte

A vida é assim, perpétua e cabulosa
É bela como uma rosa mas o cheiro é de pólvora
Se uma imagem vale mais do que mil palavras
A minha cena é triste não tenho motivo pra risadas
Por mais que eu tente eu não consigo entender
Será que o ser humano nasceu só pra sofrer e morrer
Fazer o que se é uma pergunta sem resposta?
Por que quem vive na favela é sempre a mesma história
Ou vira bandido ou se envolve com as drogas
Porque aqui tem mais bares e bocas do que igrejas e escolas
Falta de iluminação faz a população virar presa fácil

Assaltos, homicídios, latrocínios estourados
Um tiro no escuro ilumina o cinco furo
A vítima baleada, no pânico, tenta pular o muro
Vários pipocos na sua nuca, caiu, só o presunto
Algumas horas depois o rabeção veio buscar o defunto
A família ainda não sabe da notícia
A essa hora tá dormindo enquanto eles fazem a perícia
Amanhã de manhã vai ao IML fazer o reconhecimento
Do seu filho que não tinha nem um mês, que era um ex-detento
É só sofrimento, a polícia chegou perguntando se tinha testemunha
Mas o medo faz o silêncio tomar conta da rua
Onde só se encontram ratos e olhares assustados
No meio disso tudo as crianças brincam com os cartuchos deflagrados
E quando deitam pra dormir sonham com uma Mini-USA e um carro blindado
Ele se espelha em quem tá mais perto disso eu tô ligado
E na escola fica preocupado com fome perde o interesse na matéria, é embaçado!
Ele não para de pensar
Se vai ter o que comer ou vai comer a mesma coisa no jantar
Pele de frango com sopa de feijão misturada no fubá
E acorda sem lanchar é foda!
Acho que é isso que vira revolta
Inteligência e coragem ele tem de sobra
Cê tá por fora do que ele é capaz
De fazer para ajudar os seus pais

Que já não agüentam, mais viver nessa situação

Com muito medo e preocupação

De seu filho virar traficante ou ladrão

E viver na prisão, então meu irmão

Tire você a conclusão.

O teste é forte, o sangue corre e espirra

Na mira de um cano eu quero ver quem não grila!

O teste é forte, o sangue escorre pelo chão

Cuidado pra não ganhar de aniversário um caixão!

Cada um tem sua vida e sabe muito bem o que fazer com ela

Mas muitos dão seu próprio sangue na guerra da favela

Eu fico triste ao ver aquela menina

Fazendo avião pro namorado que dona da bocada da esquina

Só tem dezesseis anos e já está grávida

Quando ele roda é ela quem leva a marafa

Ela está com por amor, inocência e dívida

A mãe cheirou, fumou e pagou com a filha

Se essa vida não é triste então me diga

Qual será o destino do filho que ela gera na barriga

Mal termina de crescer e já carrega uma vida.

Mas todo dia ela ajoelha e pede a Deus

Pra não dar ao seu filho o quê sua mãe lhe deu

Os tempos se passaram e o moleque cresceu

E quando fez nove de idade o seu pai morreu

Mas antes de fechar os olhos lhe deu um presente
Uma nove cromada com vinte balas no pente
E aquela mão tão pequena já empunhava uma arma
Ele jurava pra sua mãe que a morte do seu pai seria vingada
Não sorria pra ninguém, só andava com a cara fechada
Vivia calado e sozinho
Como podia um ódio tão grande reinar no coração de um menino
O teste é forte, o sangue corre e espirra
Na mira de um cano eu quero ver quem não grila!
O teste é forte, o sangue escorre pelo chão
Cuidado pra não ganhar de aniversário um caixão!
Quando fez dez de idade foi correr atrás
Dos assassinos safados que mataram seu pai
Botou a quadrada na cinta e montou na bicicleta
Ficou sabendo que na vinte tava tendo uma festa
Ele deu um rolé na quadra e telou o movimento
E já filmou os cabritos lá dentro bebendo
Ele desceu da bicicleta na frente da casa, e bateu palma
Naquele instante a sua vista só enxergava os cara
Quando abriram o portão ele entrou dando rajada
Todo corpo que caia, ele chegava e conferia
Com um tiro na cabeça, e pela primeira vez sorria
Depois daquele dia ele crescia, estilo psicopata.
Andava de cabeça erguida pois a glória de seu pai estava honrada

Os anos foram passando e ele se desenvolvendo
E sua ficha na delegacia só crescendo
Sua mãe, coitada, estava pronta pra morrer
Pois em uma de suas relações tinha pegado o HIV
E o moleque enjuriado não sabia o quê fazer
Mas uma noite como qualquer outra, algo iria acontecer
Ele estava na esquina fumando um “beque”
Esquematizando e preparando pra meter um 157
Quando sem querer, ele prestou atenção
Que um homem de terno caminhava em sua direção
Ele já “cisquitou”, e da cintura tirou seu velho amigo
-“Não atire por favor, eu sou pastor, e quero falar contigo!”
ele não entendia aquela situação
-“Será que esse cara é polícia disfarçado de irmão?”
Mas naquele momento alguma coisa tocou seu coração
Naquele instante aconteceu um imprevisto, ele teve uma visão
Viu uma luz fumegante sentada no trono
E vários anjos ao seu lado com harpas cantando
Chamando seu nome para a vida eterna
Ele disse que o reino dos céus por sua família espera
Disse também que sua família tinha laço com o diabo
Mas a partir daquele instante estava quebrado
E o seu coração estava purificado
E todo o ódio e rancor que estavam guardados

Ele tinha tirado pra ter uma nova vida
Longe dos crimes e das drogas ter uma nova família
E a partir daquele dia começou a ir à igreja
E em pouco tempo tudo em sua vida tinha mudado
Estava trabalhando e até comprou um carro
Só que percebeu que alguma coisa em sua vida estava faltando
Mas Deus em sua vida já tinha feito alguns planos
E uma menina muito linda a algum tempo estava observando
Quando terminou o culto ela o esperou na porta da igreja
Ela se apresentou e ele perguntou: -“O que você deseja?”
-“Estar ao seu lado o resto da minha vida.
Ser mãe dos seus filhos e fazer parte da sua família!
Eu nasci e cresci esperando por você nos momentos bons e ruins
E pode ter certeza que eu quero você só pra mim!”
E naquele instante ele percebeu
Tudo que ele pediu com fé ele recebeu
A vida é assim mano, pode acreditar
Tudo que pedir com fé, o Senhor vai te dar
Pois ele é nosso Pai,
o Senhor rei dos reis,
Dono da ouro e da prata e de tudo que respira
Prove do seu amor, mas não queira ouvir falar de sua ira.
O teste é forte, o sangue corre e espirra
Na mira de um cano eu quero ver quem não grila!

O teste é forte, o sangue escorre pelo chão

Cuidado pra não ganhar de aniversário um caixão!

5.1.3 – Caso: MAR

5.1.3.1 - História contada

Registram-se ao todo, seis passagens do jovem pela instituição. A primeira, por dano ao patrimônio, em setembro de 2002, pela qual foi sentenciado a prestar serviço comunitário através de doação de alimento. Setenta e cinco dias depois deu-se a segunda passagem, desta vez por roubo, em novembro de 2002, tendo sido liberado aos pais para aguardar julgamento. Passado menos de quatro meses, deu-se a terceira entrada, por furto, em março de 2003. Foi determinada a suspensão do processo e o jovem foi liberado aos pais para aguardar julgamento. Sete semanas depois registrou-se a quarta passagem, novamente por furto, em maio de 2003. Foi determinada a remissão do processo e novamente o adolescente foi liberado aos pais para aguardar julgamento. Em agosto de 2003, determinada pelo juiz sua internação cumulada com Medida Protetiva de inclusão em estabelecimento de ensino e em programa de atendimento a dependentes químicos, pelo ato cometido em sua segunda passagem. Como o adolescente encontrava-se em liberdade, só pode ser internado em novembro de 2003, quando deu sua quinta entrada na instituição, novamente por furto. Desta passagem também houve remissão do processo. O jovem evadiu da instituição de internação em outubro de 2003, registrando sua sexta entrada em janeiro de 2004, por mandato de busca e apreensão. Há ainda um registro datado de de

março de 2004, por dano ao patrimônio, ao qual foi determinada a remissão do processo e a continuidade da medida já em cumprimento.

A família de MAR é formada por ele, sua mãe, o atual companheiro desta e o irmão mais novo de MAR, além de uma tia materna e a filha desta. Segundo informações contidas no relatório técnico do jovem, sua mãe apresenta uma atitude superprotetora, o que, por vezes, se traduz em permissividade em relação aos comportamentos infratores deste, bem como, na minimização de suas responsabilidades. A mãe apresenta ainda um discurso racionalizado, incongruente com suas ações, o que denota uma atitude manipulativa por parte desta em relação à técnica.

MAR, ao longo da internação, mostrou-se desinteressado quanto às questões educacionais e de formação profissional. Já se encontrava afastado da escola mesmo antes de sua sentença. Na instituição chegou a ser suspenso das aulas por mal-comportamento.

O adolescente manteve péssimo relacionamento com os servidores e possui várias ocorrências disciplinares por desacato, ameaças e agressões verbais, denotando completa falta de limites e dificuldades em lidar com figuras de autoridade, bem como, dificuldades em obedecer a regras e normas.

Segundo a técnica que acompanhou o adolescente durante o cumprimento da medida, o único interesse efetivo demonstrado por ele foi quanto ao trabalho com o rap. O envolvimento com este trabalho foi avaliado como um fator que desencadeou uma melhora no processo socioeducativo do adolescente

Ao longo dos atendimentos realizados nas oficinas de rap, pode-se observar realmente um bom envolvimento do jovem com o trabalho. Sua participação, que era tímida nos primeiros encontros, evoluiu com o tempo, possibilitando a MAR sentir-se à vontade para falar sobre suas questões pessoais e sua experiência com o universo

infracional. Em um dos encontros, o jovem pontuou que conheceu vários jovens que morreram através de ferimentos causados por arma de fogo, em decorrência de desentendimentos com outros jovens. Isto para ele seria algo comum, tendo em vista que *“destino de ladrão é cadeia ou cemitério”*. Para o adolescente seria melhor *“arriscar-se na vida para ter o que quer, mesmo que por pouco tempo, do que optar por outra vida na qual se prive de realizar seus desejos (de consumo e de pertencimento), para ficar trabalhando”*.

5.1.3.2 - História cantada

Vida de correria

Aqui é assim, na periferia,

Moleque bem novo fazendo sua correria.

Aqui é assim, na periferia,

Moleque bem novo fazendo sua correria.

Pra tirar da miséria a sua família.

Não quer curtir no frevo com sua micharia

Quer virar patrão com sua correria

Mais rude com ele vai ser a periferia

Se começar a roubar pra sustentar sua família

Vai correr o risco de perder sua vida

E o moleque rodou, e no CAJE parou.

E depois de três meses ele voltou a ativa.

Colou com traficante mais respeitado da cidade
E prometeu a si próprio que nunca mais iria parar no CAJE.
Aqui é assim, na periferia,
Moleque bem novo fazendo sua correria.
Ele decidiu o que queria na vida
Colou com o patrão, braço direito na firma.
Desse dia em, diante só andava armado,
Uma “ponto quarenta” pra adiantar o seu lado.
De uns tempos para cá, o mano mudou.
Só andava de cyclone e carro importado.
Agora ele e o patrão só andavam lado-a-lado.
E o pivete cresceu, ficou de maior,
Começou na maconha, hoje é o rei do pó.
Matou mais de cinco, só anda sozinho.
Aqui na favela ninguém cruza seu caminho.
Mas um imprevisto estava por vir,
Armaram uma casinha e o moleque sozinho.
Ouviu um disparo e deu três tiros na reta,
Mas o disparo do cabrito acertou sua testa.
E o boato começou a rolar na favela.
Infelizmente chego no ouvido de sua velha.
Todo mundo chorou, e indignado ficou.
O irmão mais novo no mais velho se inspirou.
Fugiu de casa, foi morar com a tia.

E entro na vida de correria.

Tinha o mesmo sonho que irmão, virar um patrão.

Só o que ele queria era não acabar num caixão.

CAPÍTULO VI – Análise e Discussão dos Resultados

6.1 – Escuta clínica das letras de rap: identificando os indicadores

6.1.1- Venha se por no meu lugar

Mil novecentos e oitenta e seis início de dezembro

No hospital meu choro era motivo de sorriso

Pra minha mãe um sonho lindo, primeiro filho.

Pra sociedade o perigo, recém-nascido.

Discriminado por ser pobre, isso e aquilo.

Por quem só usa roupa da moda de estilista gringo

Temos nesta letra uma característica singular, o fato de ser narrada em primeira pessoa, assumindo o narrador o lugar de protagonista. Ele inicia a narrativa marcando o ponto de partida de sua história: 1986, ano de seu nascimento. A partir de então apresenta um discurso carregado em contrastes e antagonismos. O “*choro*” versus o “*riso*”, “*sonho lindo*” versus “*perigo*”, o “*pobre*” versus “*quem usa roupa da moda*”. O jovem carrega cada um desses elementos com um conteúdo **maniqueísta**, no qual um lado é identificado com características positivas e, o outro, negativas. Fica explícito na narrativa um **conflito** existente **entre** duas **classes** sociais: o pobre e o rico. O sonho está relacionado ao significado para sua mãe (a classe pobre); já o perigo se relaciona ao que ele representaria para a sociedade (classe rica). De forma direta, o autor valida sua posição e legitima seu discurso, apresentando-se como **vítima** de uma discriminação social impingida a ele pela sociedade que “*usa roupa da moda*”, colocando a questão do **consumo** como marco divisor

entre as duas classes. O que chama a atenção neste trecho é como o autor aponta como pertencente à sociedade somente aqueles que estão incluídos nas relações de consumo, estando ele, portanto, fora desta.

Esta questão do consumo como divisor de águas entre classes opostas pode ser entendida como uma projeção do pensamento do jovem que, ao longo dos atendimentos, já havia afirmado que seu comportamento infracional era guiado pelo desejo de consumo e de pertencimento, os quais não eram condizentes com as condições econômicas de sua família. O adolescente indica assim que se sentia discriminado por não estar incluso nestas relações de consumo. Essa exclusão denota uma violência simbólica de uma cultura que estabelece o consumo como baliza para a felicidade/realização pessoal.

Questões que podem emergir para um trabalho clínico, a partir desta leitura são: que fatos em sua história construíram esta “visão de mundo”? Quais as outras possibilidades de relação com a “sociedade” que não a do conflito? Como desconstruir essa visão maniqueísta dos fatos, de forma a diminuir o conflito entre os dois pólos? Como fazê-lo compreender seu papel ativo dentro das relações sociais? Que valores podem substituir o consumo como referencial de “felicidade”?

Certidão de nascimento pai não declarado

Mãe que trabalha um mês inteiro por um mísero salário

Os pés descalços, na lama, no barro

E o resultado, um futuro premeditado

O autor descreve seu contexto carregado de aspectos que ele aponta como ruins. Ausência do pai, que sequer registra o filho, e que pode ser traduzido em **abandono**. “*Mísero salário*”, “*pés descalços*”, “*lama*” e “*barro*”; elementos que apresentam esse **cotidiano** como algo **sofrido** e repleto de carências. Esse discurso contém uma estratégia

que serve para introduzir o interlocutor neste contexto descrito, de forma a facilitar a aceitação do que será apresentado em seguida.

E na seqüência ele ratifica a estratégia, afirmando que todas as características apresentadas levarão a um só desfecho. “*Um futuro premeditado*”, algo **inexorável**, do qual ele não poderá escapar, fechando suas possibilidades quanto ao futuro. Porém, neste trecho ele ainda não revela qual seria o desfecho de sua história, apesar de afirmar que o “*resultado*”, seria “*um futuro premeditado*”.

Podemos observar neste trecho uma projeção da história pessoal do jovem. Assim como seu personagem, ele também não possui o nome do pai em seu registro de nascimento.

Se o final já é conhecido, como evitar que esta inexorabilidade se realize? Qual o papel da família dentro deste futuro premeditado? Essa vivência sofrida do cotidiano é a única possível? Quais aspectos positivos poderiam emergir deste contexto?

Acreditava nos meus sonhos com apenas dez anos

Que tempo bom, eu fazia vários planos

Aos onze más companhias, eu cheio de ousadia

Um pé-de-cabra e atitude abrem a porta da Maresia

Roupas novas vaidade dos pés à cabeça

Pensamentos mudados na mente só besteira

Apesar de já ter descrito um cotidiano sofrido, neste trecho o autor revela que até os 10 anos vivia um “*tempo bom*”, e “*fazia vários planos*”. Esta afirmação indica a existência de aspectos positivos na história de vida do adolescente. Essas contradições do discurso refletem um **pensamento maniqueísta** carregado de polaridades. O personagem é bom, cheio de “*ousadia*”, e “*atitude*”. Os outros são “*más companhias*”. Sob a influência destas

companhias, o jovem sofre uma mudança, passando a pensar somente besteira, e buscar a satisfação de sua vaidade. Outra vez o autor descreve-se como **vítima** de uma força externa. Estas estratégias parecem ser dirigidas a despertar um sentimento de solidariedade no interlocutor, promovendo uma identificação entre ambos e legitimando seu discurso, bem como, suas ações.

Na narrativa é afirmado que o primeiro ato infracional do jovem ocorreu aos 11 anos de idade, revelando a **precocidade** do envolvimento com o crime nesta parcela da população. O trecho aponta também a questão do *status* implícita no termo “vaidade”, revelando ainda a necessidade de aceitação do jovem em meio a seu grupo de pares, ainda que estes sejam “*más companhias*”.

Este primeiro ato infracional funcionaria como um “rito de passagem”, colocando o jovem numa condição de “pertencente” ao grupo. Se entendermos que a subjetividade emerge deste reconhecimento do outro e pelo outro, poderemos compreender que, exatamente numa atitude de afronta a lei, o adolescente consegue tornar-se sujeito, mesmo que de forma subvertida. Esse fato pode reforçar a manutenção do comportamento infracional, “*pensamentos mudados na mente só besteira*”, numa espécie de **subversão dos valores**.

Uma projeção que pode ser observada neste trecho é a que diz respeito ao desejo de consumo do autor. As roupas novas satisfazem a vaidade do personagem, dando a ele o *status* desejado, e condizem com o padrão de realização, e, conseqüentemente, de satisfação do próprio jovem. A ousadia que o faz ter atitude para assaltar a loja de roupas, também condiz com a aceitação do rito de pertencimento revelado pelo jovem durante os atendimentos. Segundo ele, a partir de tal atitude, pode sentir-se pertencente a um grupo. O fato de ter tido sua primeira passagem pela instituição aos 14 anos, pode corroborar com a

fala de que teria iniciado nas práticas infracionais precocemente, aos 11 anos para ser mais exato, como ele afirma na letra.

Se há esta necessidade de ser aceito pelos pares, até que ponto esta compreensão dos mesmos como influência ruim é verídica? Esta afirmação não seria então somente uma forma de atribuir seu comportamento infracional à influência externa, minimizando suas responsabilidades quanto aos mesmos? Até que ponto o jovem se vê somente como vítima ou então reconhece as suas responsabilidades? Se o jovem entende-se apenas como vítima, como fazê-lo assumir uma atitude mais ativa na transformação de suas condições e de sua própria vida? Esse marco referencial indicado pelo autor (10 anos), pode ser um ponto de retorno para a construção de um novo desfecho para esta história?

Cresci sem aprender a dar valor na vida

Só ouvindo deboche, má fé e olhar que intriga

Ao me ver sonhar, ninguém veio me apoiar

Só abriam a boca pra tirar as forças e criticar

O autor refere-se a si mesmo como **vítima** de um outro que dirige a ele apenas “deboche”, “má-fé”, “críticas” e “olhares” intrigantes. Outra vez o **pensamento maniqueísta** se apresenta no discurso do adolescente, legitimando sua posição de excluído, tentando solidarizar seu interlocutor.

Simultaneamente, reconhece-se nesse discurso um pedido de aceitação, por parte do outro, o que revelaria uma ambivalência implícita. Assim, quando o jovem se queixa da **discriminação** que sofre, reivindica seu reconhecimento enquanto sujeito.

Reclamar a atenção do interlocutor por meio de um discurso vitimizado e receber dele a solidariedade para com sua condição, poderia ser uma forma de estar se fazendo sujeito.

Mas essa forma de reconhecimento que coloca o adolescente no papel de vítima seria suficiente para desenvolver sua autonomia, ou perpetuaria a dependência do outro? Isto tendo em vista que ser reconhecido como “coitado”, alguém digno de piedade, é continuar sendo discriminado, qualificado como em situação inferior. Assim, não haveria mudanças no jogo de forças, reforçaria a atitude de desvalorização do outro, por ambas as partes, deslegitimando-o e colocando-o na posição de merecedor da violência que lhe é impingida.

Dentro de casa o sofrimento era estampado na parede

Ia dormir no chão se não fosse o tapete

Dava desgosto dormir passando frio

Sem cobertor, lençol era aquilo

O autor descreve o cotidiano de sua casa como algo repleto de **sentimentos negativos**. “Sofrimento”, “desgosto”, são os termos que ele utiliza para descrever esta vivência. Ele não se refere apenas a um sentimento seu, uma percepção subjetiva, mas a realidade que estaria ali, exposta, “*estampada na parede*”. A causa de toda esta tristeza seria a situação econômica da família, que não ofereceria o suficiente para uma vida digna. A **ausência de condições materiais** é o que caracteriza a situação em sua casa. Isto fica explícito nas expressões “*sem cobertor*”, “*sem lençol*”, “*sem cama*”.

Mais uma vez, temos um discurso que apresenta o contexto do autor como algo muito sofrido, colocando esse jovem como **vítima** desse contexto, o quê, por sua vez, poderia justificar seu envolvimento criminal, minimizando suas responsabilidades.

Se o jovem é tão vitimizado pelo contexto, será possível para ele enxergar algo de positivo em sua história de vida? Este sofrimento intenso seria fator para a desvalorização da vida? Como alcançar com o jovem uma forma de visualizar os aspectos positivos deste

contexto? Como fazê-lo vencer as limitações impostas pela ausência de condições materiais?

Já era de se esperar, Office-boy de traficante

E mais pra frente, só contato pelo telefone

Muito dinheiro era o desejo, você me entende né?

Agora sim o sistema pode dizer o que quiser!

O autor tenta “naturalizar” seu envolvimento com o crime com a afirmação “*já era de se esperar*”. Transparece que seria óbvio e natural o seu envolvimento com o tráfico (de drogas). Esta obviedade se daria, muito provavelmente, em decorrência das dificuldades financeiras da família apresentadas anteriormente. Ao naturalizar seu comportamento criminoso, o adolescente minimiza suas responsabilidades quanto a suas escolhas. Apontar o crime como algo natural, a ser esperado, é apontá-lo como um destino **inexorável**.

Em seguida o jovem revela um desejo: possuir “*muito dinheiro*”. Isso denota sua **ambição pessoal**, podendo ser esta uma explicação alternativa para o seu envolvimento infracional, rompendo a linearidade que atribuía este envolvimento às condições financeiras precárias de sua família. O jovem opta pelo crime como forma de satisfazer seus desejos de **consumo**. Esta importância do consumo na vida do jovem foi explicitada também ao longo dos atendimentos.

Outra questão que emerge deste discurso é a forma como o autor convida seu interlocutor a compartilhar sua opinião: “*você me entende né?*”. Isso reforça a “naturalidade” do caminho criminoso, e torna seu discurso aceitável pelo leitor/ouvinte. E por fim, quando o adolescente pontua: “*agora sim o sistema pode dizer o que quiser!*”, ele inverte completamente a responsabilidade sobre seu comportamento infracional, projetando

no sistema essa responsabilidade, como se esse comportamento fosse apenas uma resposta dada a uma possível violência da qual ele teria sido **vítima**.

Ficam então as seguintes questões: Como desnaturalizar esse comportamento criminoso? Como desconstruir esse discurso vitimizado e substituí-lo por outro mais autônomo, no qual o jovem reconheça seu papel ativo dentro dos acontecimentos? Há como alcançar seu reconhecimento como sujeito sem ser por meio do padrão de consumo? De que forma?

Só frevo louco, baile rap faz minha cara

Consideração pelos parceiros, pros cabrito só rajada

Aqui o autor apresenta características novas em sua narrativa. Ele sai de um discurso que revelava apenas aspectos negativos de seu contexto, que lhe traziam tristeza e revolta, e apresenta algo que lhe proporciona prazer: o “*frevo*” ou festa, e o “*baile rap*”. O autor também fala em “*amigos*”, diferentemente do jovem para quem só havia críticas e deboches.

Outra diferença presente neste trecho da narrativa é que o jovem não se apresenta mais como uma vítima que sofre de um mal impingido por seu contexto cheio de violência e sofrimento, sendo agora o algoz que dispara “rajadas” nos “cabritos”. A **discriminação** e **deslegitimação** das quais ele se dizia “alvo”, agora são usadas por ele contra aqueles com quem ele não se identifica. É a **violência extrema como forma legítima de resolução de conflitos**. A **arma de fogo** é o principal instrumento desta violência. Como o próprio autor revelou nos atendimentos, a arma de fogo era objeto de desejo em seu grupo de pares, e tinha a função de dar prestígio àquele que a possuía. Quanto maior o poder de fogo, maior era este prestígio.

Essas mudanças denotam que o autor sai da **passividade** com a qual se descrevia e mostra-se como sujeito ativo, mesmo que de forma desviante. De certa forma, a maldade que era pertencente ao contexto, agora está presente nele mesmo. O próprio linguajar do autor se transforma, passando a utilizar gírias e jargões do universo infracional. O frevo é “louco”. O baile é que “faz a cara!”. Os desafetos são “cabritos”.

O fato de essas mudanças terem sido narradas após o envolvimento criminal do jovem indica uma ligação entre estes fatos ou será mera coincidência? Utilizar-se dos meios que antes criticava (deslegitimação, discriminação, violência) não é a incorporação ou aceitação dos mesmos? Será que esta incorporação da violência e a utilização dela é a única forma possível de se fazer sujeito para os jovens deste contexto, especialmente o autor dos versos?

No meio do frevo eu escutei

“eu não falei que é sapeca, sai do mei!”

Cai do meu lado Jhonny, vai ter revanche

Considerava, era parceiro, se dizia até meu clone!

Novamente o autor apresenta um discurso permeado por gírias e jargões do universo infracional, mantendo-se afastado do discurso vitimizado apresentado inicialmente.

Neste trecho fica caracterizada a **violência** presente no contexto, e como ela é utilizada **como forma legítima de resolução de conflitos**. Nem mesmo durante o “frevo”, que em princípio seria um momento de lazer e descontração, ela se ausenta. A **arma de fogo** é apresentada como instrumento desta violência.

O desejo de vingança, de “revanche”, a violência, as armas-de-fogo, são indícios do pouco valor dado à vida humana dentro deste contexto. Será isso consequência da violência estrutural? Se assim o for, haverá outra forma, também legítima, de resolver os conflitos

interpessoais? Não seria possível estender essa consideração existente pelo “parceiro” aos outros membros do corpo social?

Cheguei em casa salvo, mas eu que era o alvo

A bala que era pra mim acertou o endereço errado

Pra mim mais um motivo, outro incentivo

Pra lotar o tambor e colar o dedo no gatilho

“Alvo”, “bala”, “tambor”, “gatilho”. O discurso do adolescente mais uma vez se mostra repleto de beligerância e de **familiaridade com armas-de-fogo**. Ele foi “alvo” de uma tentativa de homicídio, seu amigo foi morto. Com isso ele se sente estimulado a também usar sua arma, em outras palavras, a matar. Novamente é apresentada a **violência extrema como forma legítima de resolução de conflitos**. Não há espaço para estabelecimento de formas de negociação ou conciliação.

Como desenvolver com o jovem uma forma não-violenta de resolver os conflitos? Sair de um discurso beligerante para outro mais apaziguador pode contribuir para o alcance desta meta?

Os roubos se tornaram mais freqüentes, só fita quente.

Já estou batendo de vinte no pente

Montado no dinheiro, drogas, armas, bem vestido.

Quando se está por cima, tem mulher e tem amigo.

“Roubos”, “fita quente”, “drogas”, “armas”, “vinte no pente”, são termos que mais uma vez denotam a familiaridade do jovem com o universo infracional e com as **armas-de-fogo**.

O autor, que em princípio descreveu seu contexto como um espaço de tristeza, miséria, e sobre o qual ele não havia exposto nenhum elemento positivo, afirma que após

sua escalada infracional, quando passa a ficar “*montado no dinheiro*”, utilizando “*armas e drogas*” e roupas de marca, começa a dispor da companhia de “*mulheres*” e “*amigos*”. O adolescente revela assim a repetição de um valor cultural muito comum e presente inclusive em seu contexto: a valorização do **status social** do indivíduo, nivelado, principalmente, pelo **padrão de consumo**.

Dessa forma, ele revela a compreensão de que para fazer-se sujeito, ser aceito em meio ao grupo, é necessário estar incluído nas relações de consumo. Isso denota uma **violência estrutural** presente na forma como são excluídos da própria subjetividade aqueles indivíduos que não estão em meio a estas relações.

Como elaborar, viabilizar um discurso que fuja desta associação com o crime e com as armas? Qual alternativa pode ser usada para a expressão da subjetividade e para o reconhecimento do outro e de si, e afastar-se desta violência estrutural?

Dois mil e um, segue o destino negativo

Na seqüência eu na delegacia, acusado por latrocínio

Agora cadê meus parceiros, a mina que me amava

Perdi tudo o que tinha, nem na mente sobrou nada.

O adolescente, aos 15 anos, sofre as conseqüências de seus atos infracionais sendo apreendido pela prática de latrocínio. Ele se refere a isso como “*destino negativo*”, possivelmente associado ao “*futuro premeditado*”, citado anteriormente. Esta é, exatamente, a idade com a qual o autor se encontrava quando de sua primeira sentença de internação, o que reforça a veracidade dos fatos descritos na letra de rap, colocando esta como uma descrição da história de vida do adolescente.

São apresentadas também a **fragilidade nos vínculos sociais** e a importância do **status**, pois as “*mulheres e amigos*” revelados no trecho anterior, aqui não se apresentam

mais, e o autor outra vez se encontra numa espécie de **abandono**. “*Perdi tudo o que tinha*”, além do sentimento de abandono, o jovem revela um sentimento de **perda** e de **vazio**. Esta questão do abandono foi percebida pela técnica que acompanhou o jovem no cumprimento da medida socioeducativa, e está descrita na síntese de seu relatório.

Mais uma vez o cotidiano do autor é descrito em uma seqüência de fatos trágicos, dos quais emergem apenas sentimentos negativos. Esse discurso não deixa margens para a inclusão de aspectos positivos que porventura estejam presentes em seu contexto. Essa estratégia visa compadecer seu interlocutor, legitimar seu discurso e amenizar suas responsabilidades.

Como trabalhar a auto-estima do jovem de forma a vencer estes sentimentos de perda, abandono e solidão? Como sair desta inexorabilidade que prevê um destino negativo? Que outro discurso pode ser elaborado, equilibrando aspectos positivos e negativos do contexto?

Mas o tempo passa, o pesadelo acaba

Volto pra rua novamente com a mente desnorteada

De onde eu vim? Pra onde eu vou? O quê sobrou?

Tudo mudado na quebrada; foi o tempo que passou.

No trecho anterior o jovem relata sua apreensão. No atual, a narrativa se dá a partir de seu retorno à rua. A única referência que ele faz sobre seu período de internação é como “*pesadelo*”, do qual ele sai com a “*mente desnorteada*”. A ausência da dimensão social e pedagógica da medida de internação no discurso do jovem revela uma falta de significação

da mesma, enquanto processo socioeducativo, se aproximando mais de um caráter punitivo, cujo objetivo é causar sofrimento.

Na seqüência o autor relata o sentimento de **vazio**, de **perda de referências** e de **fragilidade nos vínculos sociais** existente entre as pessoas presentes em seu contexto. Isso denota o quão efêmeras são estas referências e estes vínculos. Denota também como é cíclico esse processo de perda, pois inicialmente o jovem falava em abandono, vazio, passando a ter amigos e a satisfazer seus desejos de consumo por meio da criminalidade, voltando ao vazio e ao **abandono** quando é apreendido.

Esse discurso o coloca como um ser digno de piedade, sensibilizando seu interlocutor, minimizando a responsabilidade por seus atos infracionais, tendo em vista que, segundo sua narrativa, ele também é uma **vítima**.

O discurso atribui um valor ambíguo e paradoxal ao “*passar do tempo*”. Em princípio ele é visto como algo positivo, pois foi o tempo que pôs fim ao “*pesadelo*”, à internação. Ao final, ele é o responsável pelas mudanças ocorridas na “*quebrada*”, pondo fim às referências do jovem. Essa falta de referências explicita uma ausência de raízes no campo individual e social. É exatamente esta que faz com que tudo esteja tão diferente após pouco mais de um ano de internação. Ela contribuiu ainda para o próprio processo de marginalização que levou o jovem à condição de infrator.

Como preencher esse vazio? Como superar o sentimento de abandono e de fragilidade dos vínculos decorrente da falta de referências? Como ressignificar o papel da medida para que a mesma cumpra sua função socioeducativa?

Já fui refém do desespero, de uma vida louca

Onde o crime era mais forte que os conselhos da coroa.

Via os sonhos se transformando em pesadelo
Marionete das drogas, persistia nos erros.
Até pensava que era lucro abandonei os estudos
Meti a cara no mundo e só atirei no escuro
Amigo pra incentivar a loucura nunca faltava
Minha mãe virava a noite preocupada e eu nem ligava
Discriminado por vizinhos e mães de alguns amigos
Pra elas um traficante viciando seus filhos
Só dono de bar que lucrava com minhas fitas
Roubava para beber entupindo o nariz de cocaína
Uma alegria falsa mas que eu acreditava
Na ilusão do status e respeito na quebrada.

O autor descreve-se novamente como **vítima** de um contexto repleto de aspectos negativos. Ele, num papel passivo dentro deste contexto, é “*refém do desespero*”, “*refém (...) da vida louca*”, “*marionete das drogas*”. Afirmar também ser “*discriminado*”, considerado uma ameaça por ser um, “*traficante*”. Alguém que “*persistia nos erros*” e atirava “*no escuro*”; que “*nem ligava*” para os conselhos da mãe; que acreditava em “*alegria falsa*” e “*ilusão do status*”; cercado de amigos que “*incentivavam a loucura*”. Este discurso tão autodepreciativo indica um **nível muito baixo de auto-estima** e um grau elevado de envolvimento com a criminalidade. Ao mesmo tempo, tem a função de despertar no interlocutor um sentimento de piedade, aproximando-o do autor, legitimando seu discurso e minimizando as responsabilidades pelos seus atos.

O jovem fala da preocupação da **mãe**, o que pode ser considerado um aspecto positivo em meio a tantas misérias. Apesar de, em princípio, ele não valorizar essa

preocupação, na narrativa fica explícito um reconhecimento do valor da mesma. Esse fato pode ser útil no processo socioeducativo do adolescente, tendo em vista ser o **único referencial positivo de afeto** apresentado até agora pelo autor. Como pode ser visto na síntese do relatório do jovem, o autor não conheceu seu pai, tendo convivido com dois padrastos. Sua mãe foi realmente a figura afetiva mais constante em sua história de vida.

Como vencer esse pensamento fatalista e linear, que coloca o crime como uma inexorabilidade diante de tantas tragédias, minimizando as responsabilidades do jovem? Como fazê-lo reconhecer essas responsabilidades? De que forma trabalhar sua auto-estima e promover ações positivas que transformem seu discurso? Como focar o único aspecto positivo apresentado pelo autor: a mãe?

Passos firmes, ao meu encontro, um olhar triste

Outra mãe que vê um filho refém do crime

Me abraça, chora, conversa, fala, desabafa.

Quer me ver vencer na vida, sem dois pentes e uma quadrada

Neste trecho o autor confirma a valorização da **mãe** enquanto um **referencial positivo de afeto**. Ela é alguém que acredita nele, em seu potencial, que lhe oferece carinho, quer vê-lo “vencer” longe das armas, acredita na possibilidade de transformação e valoriza isto. A mãe seria a antagonista dos outros personagens apresentados, que a ele dirigem apenas olhares de desprezos, cobiça, medo. Ela o olha com “*um olhar triste*”, afinal o vê como um “*refém do crime*”. Esse discurso que **vitimiza** o autor, fortalece sua autodescrição como a de um ser digno de piedade. Novamente o adolescente utiliza a estratégia de conquistar o interlocutor pelo sentimento de compaixão.

O uso da expressão “*dois pentes e uma quadrada*” denota a **familiaridade com armas-de-fogo** encontrada no contexto do jovem, que parece estar presente de forma

cotidiana, rotineira, sinalizando ainda uma questão de violência também constante. Isto nos remete às mesmas questões já levantadas quanto ao tema.

Seus conselhos, escutar até que eu tento

Mas devido a tanta droga meu raciocínio é lento

O pensamento fica tenso, eu tô atento a qualquer movimento

Fazer o quê se esse aqui é o meu jeito

Aqui o autor revela que tenta seguir os conselhos dados pela mãe, demonstrando mais uma vez reconhecer o valor desta enquanto **referencial positivo de afeto**. Entretanto, o jovem não consegue por em prática tais conselhos, culpabilizando as drogas por deixá-lo com “*raciocínio lento*”. Novamente ele se apresenta numa **atitude passiva**, sendo **vítima** de um agente externo. Outra vez o discurso do autor minimiza suas responsabilidades quanto à suas atitudes, repontando aqui as mesmas questões suscitadas anteriormente...

Mas já vi mano como eu metido a vida louca

Ser peneirado na madrugada e amanhecer cheio de mosca

Ficou só em sonhos os planos pro futuro

Pular o muro é só atraso, o que dá lucro é os estudos

Vantagem de verdade é liberdade, livre arbítrio

O autor afirma reconhecer os riscos inerentes ao seu estilo de vida, que ele denomina “*vida louca*”. Apresenta como consequência do mesmo, a morte – “*amanhecer cheio de mosca*”. Ele parece ter presenciado execuções. Fica exposto pelo autor, o **uso da violência na resolução dos conflitos** e a presença das **armas-de-fogo** em seu com texto. Esta questão da violência se aproxima muito do comportamento apresentado pelo jovem

quando cometia seus atos infracionais. Vale lembrar que sua primeira apreensão foi por latrocínio (roubo seguido de morte), no qual ele assassinou a vítima a pedradas.

Pela primeira vez, o adolescente fala em “*planos pro futuro*”, demonstrando a existência de algum **projeto de vida**, o que, até então, não havia sido explicitado. Entretanto, como os demais fatos positivos, estes “*ficaram só em sonho*”, denotando a impossibilidade de realização de algo positivo, reforçando a **inexorabilidade** da morte como desfecho de sua história de vida e o discurso que salienta somente os acontecimentos negativos, colocando o autor no papel de **vítima** “do destino”, atenuando suas responsabilidades diante das escolhas que fez.

Outra diferença observada no discurso do jovem é a afirmação que o mesmo faz acerca de seu comportamento infracional: “*pular muro é só atraso*”. Isto indica uma **reflexão** sobre as conseqüências de tal comportamento. Em seguida ele apresenta a complementação de tal reflexão: “*Vantagem de verdade é liberdade, livre arbítrio*”, indicando que tal compreensão teria surgido a partir da perda de liberdade, o que provavelmente teria ocorrido com sua internação. No discurso do jovem, o termo utilizado para descrever a internação era “*pesadelo*”. Agora ele já indica um outro valor para a medida, o que demonstra um resultado diferenciado da mesma, fazendo cumprir seu **efeito socioeducativo**. Cabe ressaltar que, quando da participação nas Oficinas de rap, o jovem cumpria sua segunda internação.

A importância de se trabalhar as questões levantadas sobre a inexorabilidade do crime, da morte ou da violência, como o único recurso na solução dos problemas, bem como da mudança do discurso, de forma a retirar o jovem do papel de vítima, e colocá-lo de forma mais ativa em seu desenvolvimento, já foram salientadas. Cabe questionar agora,

qual momento/acometimento dentro da medida, ou qual elemento constante durante a segunda internação, teria levado o jovem encontrar um outro significado para esta medida?

Não sinto nenhum orgulho por ter fama de bandido

Montado no dinheiro, drogas, armas, bem vestido.

Quando se está por cima, tem mulher e tem amigo

Mas dentro do presídio no domingo é esquecido

Sem visita, sem Cobal, sem notícia, sem sorriso

Ao final de sua história, o jovem apresenta a introjeção de todas as conseqüências negativas de suas escolhas, afirmando que tudo aquilo que tinha como referencial de realização pessoal, “*dinheiro, drogas, armas*” e roupas de marcas, hoje não lhe dariam orgulho. O próprio autor explica o porquê, ressaltando a **fragilidade dos vínculos sociais** estabelecidos nestas condições. Isto denota uma mudança de valores presente no discurso, pois os vínculos afetivos passam a ser preferidos em detrimento do *status* social.

Quais teriam sido os fatores determinantes nesta mudança? Como medir a “profundidade” de tais mudanças? Como trabalhar para que as mesmas sejam efetivadas no comportamento do jovem e não se limitem apenas ao discurso?

6.1.2 - O teste é forte

A vida é assim, perpétua e cabulosa

É bela como uma rosa mas o cheiro é de pólvora.

Se uma imagem vale mais do que mil palavras,

A minha cena é triste não tenho motivo pra risadas.

Por mais que eu tente eu não consigo entender

Será que o ser humano nasceu só pra sofrer e morrer.

Fazer o que se é uma pergunta sem resposta?

Por que quem vive na favela é sempre a mesma história

Ou vira bandido ou se envolve com as drogas

Porque aqui tem mais bares e bocas do que igrejas e escolas.

O autor inicia sua história apresentando sua concepção de vida como sendo algo extremamente sofrido que, apesar da beleza, tem o crime (representado pela pólvora, a **arma de fogo**), como característica principal. A **tristeza** seria o sentimento marcante da vida. Assim sendo, o elemento de partida da auto-narrativa do adolescente é seu envolvimento com o crime. Quando se considera que esse adolescente encontra-se internado exatamente pelo fato de ter cometido atos-infracionais, compreende-se a validade desta afirmação em seu momento de vida atual. A seguir, TAI aponta a tristeza decorrente da vida balizada pela criminalidade, e, conseqüentemente pela **violência**, que faz com que ele perceba esta vida como um processo de *sofrer à espera da morte*. O adolescente justifica esta perspectiva sofrida de vida, por meio da **inexorabilidade** de seu destino trágico (virar bandido ou usuário de drogas), que ocorrerá como conseqüência de seu contexto sócio-econômico. Cabe aqui a informação constante na síntese do relatório do autor, de que o mesmo teria iniciado o uso de maconha aos 8 anos de idade.

Tomando a narrativa do adolescente a partir de uma leitura fundamentada na análise do discurso, que compreende o discurso como um fenômeno que não apenas descreve, mas compõe a realidade social agindo diretamente sobre ela, observamos que TAI possui uma noção adequada da relação entre o contexto sócio-econômico-cultural e a sua forma de agir no mundo. O jovem descreve-se como vítima deste contexto que, inexoravelmente, o conduzirá à conduta criminosa. Desta forma ele tenta despertar em seu interlocutor um

sentimento de compaixão, justificado que, seu agir violento, é decorrente da violência estrutural sofrida por ele.

Temos assim, já no início do rap, um elemento importante a ser trabalhado do ponto de vista clínico. Como fazer com que o jovem saia deste papel de vítima, que reage de forma “passivamente violenta” diante da violência sofrida, e passe a compreender-se como sujeito ativo no processo de transformação de sua realidade?

Falta de iluminação faz a população virar presa fácil

Assaltos, homicídios, latrocínios estourados

Um tiro no escuro ilumina o cinco furo

A vítima baleada, no pânico, tenta pular o muro

Vários pipocos na sua nuca, caiu, só o presunto

Algumas horas depois o rabeção veio buscar o defunto.

Violência e **passividade** são os pontos-chave deste trecho. O autor novamente denuncia a violência presente em seu contexto social. A falta de iluminação pública no local onde mora, seria um facilitador para o cometimento de *assaltos, homicídios, latrocínios*. As pessoas que ali habitam são descritas como vítimas que desempenham um papel passivo nesta relação violenta. Elas são: “*presa fácil*”, “*vítima*”, “*presunto*”, “*defunto*”; como se não possuíssem condições de exercer um papel ativo dentro destas relações. A arma de fogo aparece como instrumento de toda essa violência.

É só sofrimento, a polícia chegou perguntando se tinha testemunha.

Mas o medo faz o silêncio tomar conta da rua

Onde só se encontram rostos e olhares assustados.

Aqui, mais uma vez a **passividade** emerge como característica das pessoas do lugar. Elas são descritas como caladas, amedrontadas, assustadas, sem condições de, sequer,

denunciar o que vivem. O silêncio surge como estratégia de sobrevivência. Para manter-se vivo então, é preciso não ter voz, não poder se expressar. Este fato denuncia uma condição absolutamente perversa. Ter privado seu direito de expressão é ser violentado. Caímos assim no que nos descreve o dito: “*se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*”. Se a pessoa denuncia é violentada; se cala é violentada. Não há opção.

O autor descreve as pessoas de seu contexto como vítimas. Mas diferentemente da vítima dos disparos, descrita no trecho anterior, essa de agora é vítima de uma violência que se encontra na estrutura social. O algoz não se serve exclusivamente de um instrumento material, como no caso da arma. É uma ameaça velada e constante, um perigo iminente, que nem a presença da polícia, que em princípio deveria trazer uma sensação de segurança, consegue vencer. Por vezes, esse algoz se reifica em um assaltante, traficante, ou na própria polícia. Mas este antagonista é apenas um elemento, uma consubstanciação pontual de uma violência que está em um nível mais macro. Livrar-se deste elemento está longe de significar estar livre do problema. Esse inimigo maior não pode ser acessado por completo, pois está disperso em diversos elementos do corpo sócio-cultural.

Tem-se, então, outras questões a serem vistas do ponto de vista clínico. A primeira é como dar voz a estas pessoas? Como vencer esta barreira do silêncio, que para elas, apesar da violência implícita, é um meio de defesa? Outra questão é como nomear/identificar esse carrasco/inimigo que não se pode ver, que está oculto? É impossível vencer uma batalha se não se sabe contra quem se está lutando. É desse desconhecimento do outro, e da conseqüente impossibilidade de vencê-lo, que advém o destino trágico como o único desfecho possível pra essa história? Se a tragédia é algo realmente inevitável, é por isso que a vida se apresenta como algo sem valor? Cabe ressaltar que o próprio adolescente, que de certa forma colocou-se como membro de uma população até aqui descrita como vítima, é

praticante de roubos e assaltos. Por vezes então ele age como “corporificação” da violência. Isto o coloca numa posição dúbia, e nos traz a seguinte questão: Será que o inimigo a ser combatido é ele mesmo, ou está dentro dele? Qual a auto-imagem deste adolescente, como ele se vê? Descrever-se como vítima quando se é também algoz será uma forma de fugir ou minimizar as responsabilidades de seus atos?

No meio disso tudo as crianças brincam com os cartuchos deflagrados

E quando deitam pra dormir sonham com uma Mini-USI e um carro blindado

Ele se espelha em quem tá mais perto disso eu tô ligado.

Aqui o autor aponta a **violência estrutural** que está presente no contexto. Ele descreve a influência exercida pelo contexto sobre as pessoas. “*Ele se espelha em quem está mais perto!*”. Num processo de inversão dos valores, afirma que, por estarem imersos em tanta violência, as crianças ao invés de temerem, passam a desejar os ícones desta violência: as **armas de fogo**. Fica então explícita outra perversidade desta violência estrutural. A habituação ao mundo infracional tem início na infância. Os elementos presentes no meio, que serão utilizados como brinquedo, são os instrumentos da violência. Cabe lembrar que o autor teve um início precoce no cometimento de atos infracionais, como pode ser observado na síntese de seu relatório.

O discurso do adolescente não abre possibilidades de escolha, conduzindo seu interlocutor a entender o fenômeno a partir de sua visão.

As questões que emergem daqui são: terá sido o autor uma criança como essas descritas? Até que ponto existe um tempo de despertar para a vida infracional? Será que a tentativa de fazer o interlocutor aproximar-se de seu discurso vitimizado, não é uma forma de minimizar suas responsabilidades e justificar as escolhas que fez?

E na escola fica preocupado com fome perde o interesse na matéria, é embaçado!

Ele não para de pensar

Se vai ter o que comer ou vai comer a mesma coisa no jantar

Pele de frango com sopa de feijão misturada no fubá

E acorda sem lanchar é foda!

Acho que é isso que vira revolta.

A **tristeza** é apontada como sentimento característico da vida, segundo o autor. É mais uma descrição de sua realidade como algo muito sofrido, sendo a fome um elemento presente no cotidiano. Outra vez o discurso não deixa espaço para que emerja algo positivo deste contexto. Mesmo quando há comida, esta é descrita como algo ruim. Na síntese do relatório do adolescente, consta que sua família dependia de benefícios oferecidos pelo estado, sinalizando um paralelo entre a história descrita pelo jovem e sua história de vida.

A impossibilidade de viver algo alegre é o que, segundo o autor, justificaria sua revolta e, conseqüentemente, seu comportamento violento. Mais uma vez fica a questão: este discurso não é exatamente uma forma de justificar suas escolhas, minimizando suas responsabilidades, culpabilizando um terceiro por seu sofrimento?

Inteligência e coragem ele tem de sobra

Cê tá por fora do que ele é capaz

De fazer para ajudar os seus pais

Que já não agüentam mais viver nessa situação

Com muito medo e preocupação

De seu filho virar traficante ou ladrão

E viver na prisão, então meu irmão

Tire você a conclusão.

Neste trecho emergem a **violência estrutural** e a **inexorabilidade** do crime como pontos-chave. Numa espécie de paradoxo, o autor coloca que inteligência e coragem não faltaram ao seu personagem. Entretanto, essa inteligência não foi capaz de fazê-lo sair da situação na qual se encontra, sem um envolvimento infracional. Vem então a pergunta: qual a função desta inteligência que ele salienta, então? Se ela realmente está presente, não poderia criar formas mais saudáveis de escapar à violência?

Outra questão é de que ele aponta a situação de **precariedade financeira da família** (...seus pais/que já não agüentam mais, viver nesta situação), como um elemento propulsor do envolvimento infracional. Como uma espécie de *Robin Hood*, através de atos criminosos ele busca ajudar os outros, neste caso seus pais. A boa intenção seria assim um atenuante para a má ação. Novamente o jovem tenta minimizar suas responsabilidades quanto aos atos que praticou? Mas, além disto, podemos identificar aqui outra característica perversa da violência estrutural. A **necessidade das crianças e jovens estarem contribuindo com o orçamento doméstico**. Mesmo que de forma não-infracional, o jovem teria a responsabilidade de ganhar dinheiro, o que denota mais uma violência presente em seu contexto e denunciaria uma violação do ECA: o trabalho infantil.

O autor narra ainda a preocupação dos pais em não querer vê-lo se tornar exatamente aquilo que, em princípio, será inevitável: envolver-se com a criminalidade! E mais uma vez coloca a **inexorabilidade** da conduta infracional.

Mas, algo diferente surge neste trecho. O jovem não mantém oculta sua intenção de fazer com que o interlocutor se coloque em seu lugar. Ele convida explicitamente seu leitor/ouvinte a, a partir de suas colocações, deduzir quais seriam as chances de que tudo tivesse sido diferente. *“Tire você a conclusão!”*

Cada um tem sua vida e sabe muito bem o que fazer com ela

Mas muitos dão seu próprio sangue na guerra da favela.

Aqui o autor coloca que o envolvimento com a criminalidade seria uma questão de opção, pois segundo ele, “*cada um sabe o que fazer com ela!* (sua própria vida)”. Esta afirmação, de certa forma, contradiz as colocações anteriores que apontavam este envolvimento como algo inevitável, compulsório, acima de qualquer escolha. Será que aqui o autor finalmente se vê como responsável pelas escolhas que fez?

Entretanto, apesar desta pequena mudança no discurso, mais uma vez a morte - “*dar seu próprio sangue*” – é colocada como forma de resolução dos conflitos - “*guerra*”- na localidade na qual o jovem mora “*favela*”. É a **violência como forma legitimada de resolução de conflitos**.

Eis aqui algumas perguntas relevantes: Será que os habitantes destas regiões periféricas não podem encontrar alternativas de vida? Será que realmente não há opções não-violentas? Essa tragédia tão insistentemente salientada pelo jovem é um fenômeno vinculado exclusivamente ao contexto, ou será parte de sua realidade subjetiva?

Eu fico triste ao ver aquela menina

Fazendo avião pro namorado que é dono da bocada da esquina

Só tem dezesseis anos e já está grávida

Quando ele roda é ela quem leva a marafa

Ela está com ele por amor, inocência e dívida

A mãe cheirou, fumou e pagou com a filha

Mais uma vez o autor descreve a **violência estrutural** na qual todos estão imersos. As histórias de diferentes pessoas são narradas, e a **tragédia** perpassa por todas. Gravidez adolescente, tráfico de drogas, dependência química, sistema prisional, relacionamentos

conturbados, são temas que ele aponta neste pequeno trecho. O jovem afirma sentir-se triste diante deste fato, principalmente, em função da **precocidade** com a qual a jovem descrita se envolve com a vida infracional. Foi entregue pela própria mãe a um traficante em troca de drogas, como se fosse mercadoria negociável, e aos 16 anos está grávida deste traficante, ficando incumbida de levar bebida para ele quando este está preso. Como se pode extrair da narrativa, o envolvimento desta jovem com o crime é decorrente do envolvimento da mãe, denotando uma **transgeracionalidade** nesta questão. Assim sendo, não somente o contexto social seria um gerador da criminalidade, mas o próprio núcleo familiar também o seria. Essa narrativa se aproxima do histórico do adolescente: seu pai morreu assassinado por conta de desavenças com “inimigos” do crime. O autor não é o único filho deste pai a ter envolvimento com o crime. Dois de seus irmãos também o tiveram, como pode ser conferido na síntese do relatório.

A narrativa do autor aponta a tragédia como descrição absoluta do contexto no qual vive, não deixando espaço para que algo positivo se revele deste contexto.

A questão que surge é a de como acontecimentos negativos marcaram o desenvolvimento deste jovem, a ponto de somente as tragédias serem referência em sua história de vida?

Se essa vida não é triste então me diga

Qual será o destino do filho que ela gera na barriga

Mal termina de crescer e já carrega uma vida.

Mas todo dia ela ajoelha e pede a Deus

Pra não dar ao seu filho o quê sua mãe lhe deu

Os tempos se passaram e o moleque cresceu

E quando fez nove de idade o seu pai morreu

Mas antes de fechar os olhos lhe deu um presente

Uma nove cromada com vinte balas no pente

E aquela mão tão pequena já empunhava uma arma

Ele jurava pra sua mãe que a morte do seu pai seria vingada

Questões como a **inexorabilidade**, **precocidade** e a **transgeracionalidade** do crime são novamente apontadas pelo autor. Ele inicia o trecho afirmando a tristeza como característica marcante da vida e questiona o destino do bebê que se desenvolverá no mesmo contexto que a mãe, deixando implícito que o envolvimento com o crime se faz inevitável. Com essa criança serão três gerações da mesma família envolvidas com a criminalidade. A avó do bebê, a mãe do bebê e o bebê, que mesmo sem ter nascido já tem seu destino traçado, pois só com uma intervenção divina, um milagre, ele não terá a mesma sina de seus predecessores. E ainda devemos considerar o pai, anteriormente descrito como sendo traficante. Exatamente esse pai ressurge no discurso do adolescente para deixar como herança, o símbolo mor de toda a violência: a arma de fogo; fechando seu ciclo e ratificando o destino trágico e inexorável do filho. A morte do pai na lera de rap condiz com a própria história do autor, apesar da diferença na questão da idade.

E a criança, empunhando a pistola, aceita para si a missão de vingar a morte do pai, tomando isso como projeto de vida, iniciando um novo ciclo de violência. Novamente o autor, em seu discurso, não deixa espaço para que apareçam aspectos positivos de seu contexto, confirmando sua hipótese inicial da tristeza como sentimento marcante da vida.

A questão que surge em meio a tanta tristeza é: como fazer o adolescente vencer este sentimento de tristeza tão forte em sua vida? Como superar esse sentimento de impotência diante de tantas tragédias e romper com esse ciclo trágico, esse destino pré-traçado que só permite uma forma de fazer-se sujeito, que é exatamente negar sua

subjetividade e subjugar-se ao que já está escrito? Diante dessa impotência, como lidar com a frustração?

Quando fez dez de idade foi correr atrás

Dos assassinos safados que mataram seu pai

Botou a quadrada na cinta e montou na bicicleta

Aqui mais uma vez é apontada a **precocidade** e a **inexorabilidade** do envolvimento infracional. O personagem da narrativa (uma criança de 10 anos), busca dar cumprimento à missão que lhe foi designada. Essa missão quase mítica, “vingar a morte de seu pai”, é descrita de uma forma na qual questões como a **violência como forma legitimada de resolução de conflitos** e o uso da **arma de fogo** (herança deixada pelo próprio pai), fazem-se presentes de maneira banal.

A narrativa traz uma idéia de justiça feita com as próprias mãos, como se a Justiça enquanto instância maior do corpo social, um dos três poderes da república, ali não se fizesse presente, o que passa uma imagem de um mundo paralelo, alheio ao funcionamento do Estado.

Ficam, então, as seguintes questões: qual a origem desse sentimento de injustiça para o autor? Qual a forma de reparar esse sofrimento do qual ele se descreve como vítima? Como lidar com esse sofrimento diferentemente do "olho por olho", ou seja, sem buscar a vingança, que nem de longe fará cessar o sofrimento, ou porá fim ao ciclo de violências?

Quando abriram o portão ele entrou dando rajada

Todo corpo que caia, ele chegava e conferia

Com um tiro na cabeça, e pela primeira vez sorria

Depois daquele dia ele crescia, estilo psicopata.

Andava de cabeça erguida pois a glória de seu pai estava honrada.

Neste trecho o autor aponta a **vingança**, a explosão da **violência** como forma de alcançar a realização pessoal. É numa atitude anti-social e repleta de **perversidade** que o personagem encontra a satisfação, o alívio (*pela primeira vez sorria*). Mas não foi apenas no cumprimento de seu "projeto de vida". Depois disso ele cresce "*estilo psicopata*".

Alcançar sua sina não foi suficiente para reparar seu sentimento de injustiça, apesar de agora andar "*de cabeça erguida*".

Os anos foram passando e ele se desenvolvendo

E sua ficha na delegacia só crescendo

Sua mãe, coitada, estava pronta pra morrer.

Pois em uma de suas relações tinha pegado o HIV

O autor, em mais um trecho, aponta uma vida marcada pela **tragédia**. Conforme já se poderia esperar, se o destino do personagem estava ligado ao viver na criminalidade, não ocorreria outra coisa que não seu aprofundamento infracional (o crescimento de sua ficha na delegacia). Conforme dito anteriormente, mesmo após cumprir sua "missão" o personagem não consegue desvincular-se do crime. E como se bastassem todas as tragédias que ocorreram até então, sua mãe é acometida por infecção com o vírus HIV, o que em princípio, entende-se como mais uma fonte de sofrimento para o personagem.

Esse relato faz pensar na seguinte questão: qual a função de tanto sofrimento? É uma espécie de expiação? Em caso afirmativo, expiar o quê?

Ele estava na esquina fumando um "beque"

Aqui o autor aponta a **permissividade** quanto ao ilícito, indicando novamente que as regras e valores morais não se aplicam ao seu contexto. Ele relata o consumo de drogas sendo realizado na esquina, como um lugar familiar, "ali", perto de casa, na comunidade na qual se vive, onde todos os que passam poderão ver. Parece não haver problemas ou

repreensões quanto á isso. O consumo de drogas ilícitas é um crime. Mas em um contexto no qual a criminalidade é um fator severamente presente, o uso de drogas não parece fazer muita diferença. O fato de o autor fazê-lo desde os 8 anos de idade reforça esta idéia.

As questões que emergem são: será esse comportamento uma reivindicação de limites? Será que exatamente pela ausência destes que a permissividade se faz presente, ou *vice-versa*? Qual o papel desempenhado pela droga na vida deste jovem? Uma forma de fuga? Se o consumo de drogas é algo tão comum em sua comunidade a ponto de se poder fazê-lo na esquina, entre os seus, este consumo seria uma maneira de ser igual a seu pares?

Ele já “cisqüitou”, e da cintura tirou seu “velho amigo”.

Neste trecho, a **permissividade** com o ilícito é mais uma vez é apontada pelo autor. A **arma de fogo**, cujo porte é considerado pela lei crime inafiançável, é citada como algo cotidiano, um “velho amigo”, a quem se está habituado. E esse amigo, a quem sempre se tem por perto, é que ajuda a “resolver os problemas”. É a **violência como meio legitimado de resolver conflitos**. É novamente a justiça feita com as próprias mãos, através da imposição, da força, da subjugação exercida através da ameaça.

Pode-se questionar então se esta permissividade estaria ligada à necessidade de limites? E esta imposição da vontade, espécie de autoridade exercida pela força, seria devido à ausência de referencial masculino (a falta do pai)? Conforme consta na síntese do relatório do adolescente, foi observado pela técnica que o acompanhou ao longo da internação, que o autor realmente apresentou poucas referências de limite e de autoridade.

- “Não atire por favor, eu sou pastor, e quero falar contigo!”

Aqui neste trecho se inicia uma diferenciação no discurso do autor. Pela primeira vez ele não fala em tragédia, inexorabilidade da vida do crime e outras questões apontadas

anteriormente. Ele narra que o personagem é procurado por alguém, um pastor (representante de Deus e da Igreja), que fará o convite a uma **transformação**.

Apesar de afastar-se da tônica anterior de seu discurso, ainda fica implícita a **passividade** quanto à mudança em sua trajetória de vida. É necessária uma **intervenção externa**, e não é de uma pessoa qualquer, mas um enviado de Deus, para que sua vida possa mudar. É a apresentação do **milagre** como única opção de mudança, atestando sua incapacidade de fazê-lo por si só. No discurso do jovem ao longo dos atendimentos ficou exposta também essa delegação a Deus da responsabilidade de transformação, o que pode ser visto na síntese acima descrita.

Dentro de um processo clínico vemos algo positivo sendo colocado pelo jovem, a possibilidade de mudança. Entretanto faz-se necessário saber como encontrar nele mesmo a força para alcançar a transformação? Como desenvolver a autonomia na conduta da própria vida, de forma que ele possa afastar-se da tragédia desfecho para sua história?

*Viu uma luz fumegante sentada no trono
E vários anjos ao seu lado com arpas cantando
Chamando seu nome para a vida eterna
Ele disse que o reino dos céus por sua família espera
Disse também que sua família tinha laço com o diabo
Mas a partir daquele instante estava quebrado
E o seu coração estava purificado
E todo o ódio e rancor que estavam guardados
Ele tinha tirado pra ter uma nova vida
Longe dos crimes e das drogas, ter uma nova família
E a partir daquele dia começou a ir à igreja*

E em pouco tempo tudo em sua vida tinha mudado

Estava trabalhando e até comprou um carro

Novamente é colocada a necessidade de uma **intervenção externa**, do **milagre**, para que personagem alcance a **transformação**. A questão da **transgeracionalidade** aparece na família que “*tinha laço com o diabo*”, o que justificariam as **tragédias** descritas pelo auto em sua história.

Mas além destas questões, fica explicitado o conteúdo maniqueísta do discurso. O bem *versus* o mal. Deus *versus* o diabo; num confronto de forças, uma batalha acontece no mundo subjetivo do jovem. É a característica **beligerante** do contexto se refletindo no discurso. Haverá sempre assim, um ganhador e um perdedor, o que inviabiliza a felicidade para todos e implica na tristeza para alguns.

Outra questão apontada é a da necessidade de anulação da vida do personagem. Parece ser impossível superar as **tragédias** se não houver uma “*nova vida*”. Isso pode estar ligado à **tristeza** como sentimento que caracteriza a vida, segundo o autor. Aparece também neste trecho algo que pode ser considerado uma projeção dos desejos do autor. Ficar “*longe dos crimes e das drogas*” “*ter uma nova família*”, o que pode significar a desaprovação da **família** atual. No período de participação do jovem na oficina de rap, sua mãe e irmã, que eram os familiares que o visitavam, pararam de fazê-lo em função do comportamento apresentado pelo adolescente. Essa espécie de “abandono” feito pela família pode ter afetado o autor a ponto de ele explicitar esse desejo de mudar de família na letra que narra sua própria história.

Vêm então as questões: será que a realização destes desejos está condicionada a anulação completa da vida? Essa anulação da vida, apresentada como única forma de mudança, não corresponderia ao cumprimento das fatalidades do destino, a ratificação da

tragédia? Em outras palavras, não seria continuar aplicando a violência como resolução dos problemas? Clinicamente falando, é saudável (e possível), essa anulação de uma subjetividade, mesmo que fragilizada, para o surgimento repentino de outra? Se a subjetividade é decorrente de um processo, onde estariam os elementos constitutivos desta nova subjetividade se a vida pregressa foi anulada?

Só que percebeu que alguma coisa em sua vida estava faltando

Mas Deus em sua vida já tinha feito alguns planos

E uma menina muito linda há algum tempo estava observando

Quando terminou o culto ela o esperou na porta da igreja

Ela se apresentou e ele perguntou: -“O que você deseja?”

-“Estar ao seu lado o resto da minha vida.

Ser mãe dos seus filhos e fazer parte da sua família!

Eu nasci e cresci esperando por você nos momentos bons e ruins

E pode ter certeza que eu quero você só pra mim!”

O autor nos aponta o que se pode considerar uma projeção de seu ideal de vida. Longe de ser uma vida rica e glamurosa (o que se poderia pensar em princípio, tratando-se de um jovem envolvido com a criminalidade), seu desejo é de possuir uma vida comum, casar, ter filhos, uma família. Essa questão da **família** se torna bem freqüente em seu discurso, denotando o valor que a mesma possui para o jovem.

Entretanto, apesar de não estar mais focando seu discurso em aspectos negativos, sua **passividade**, ou dependência, permanece. Novamente os fatos acontecem em sua vida sem a necessidade de qualquer ação de sua parte. Outra intervenção divina, outro **milagre**, faz com que, de repente, como num conto-de-fadas, uma “princesa” o aborde, afirmando que nasceram um para o outro e que serão felizes para sempre.

Assim sendo, apesar de manifestar o desejo de transformação, o jovem não demonstra condições de fazê-lo sozinho, sem ajuda. Eis a demanda do tratamento clínico? Alcançar a autonomia ainda se faz necessário, para que esta transformação seja possível de outra forma que não por meio de um milagre, ou em outras palavras, não seja impossível de ser feita, ratificando a tragédia como desfecho desta história de vida.

E naquele instante ele percebeu

Tudo que ele pediu com fé ele recebeu

A vida é assim mano, pode acreditar

Tudo que pedir com fé, o Senhor vai te dar

Pois ele é nosso Pai,

O Senhor rei dos reis,

Dono do ouro e da prata e de tudo que respira

Prove do seu amor, mas não queira ouvir falar de sua ira.

A história se conclui com a apresentação de um *Deus todo poderoso*, e por vezes vingativo, diante de uma pessoa completamente dependente de sua vontade, confirmando a **passividade** do personagem que precisou apenas da fé, para que Deus realizasse seus desejos.

O autor volta a dirigir-se diretamente ao seu ouvinte/leitor, falando em primeira pessoa (“*mano, pode acreditar*”). Essa expressão “mano” (irmão), força uma familiaridade entre os interlocutores, deixando implícita uma intimidade entre ambos. O termo “nosso Pai”, também possui, dentro do discurso, essa função de familiarizar os interlocutores. Essa é uma estratégia que visa fazer com que o ouvinte, identificando-se com aquele que fala, acolha seu discurso e conseqüentemente, as idéias que ele transmite.

6.1.3 - Vida de correria

Aqui é assim, na periferia,

Moleque bem novo fazendo sua correria.

Pra tirar da miséria a sua família.

Não quer curtir no frevo com sua micharia

O autor inicia sua narrativa com a expressão “*aqui é assim...*”, colocando-se como alguém que descreverá fatos que “certamente” são verdade. O verbo *ser* conjugado no presente do indicativo (*é*), oferece a força que valida esta descrição. Essa estratégia, de certa forma, condiciona o interlocutor a acolher este discurso como sendo verídico. Óbvio que se tratando de narrativas estaremos lidando com a descrição de fatos observados. Mas é importante frisar que a veracidade destes fatos pode estar muito mais vinculada a uma verdade subjetiva que objetiva.

A seguir, é descrito o como seria o cotidiano das crianças na localidade em que reside o autor. E já no princípio, ele aponta algumas questões, como pr exemplo, o quão cedo essa parcela da população está puxando para si a responsabilidade de contribuir para a manutenção da família. As condições de **precariedade financeira da família** fazem com os jovens busquem “*fazer suas correrias*”.

Daí vem a segunda questão. “*Fazer sua correria*”, “*estar no corre*”, “*corre-corre*”, são sinônimos para a expressão “ganhar a vida”. Seria desempenhar uma tarefa para conseguir dinheiro. Esta afirmação denuncia a precocidade deste tipo de preocupação nesta parcela da população. Como se sabe, o trabalho infantil não é legalizado, regulamentado, pelo contrário, é crime. Essa correria significará então, em qualquer aspecto, o ilícito. Assim sendo, “bem novo”, o indivíduo na periferia já se envolve com ações ilícitas, mesmo

que a atividade não seja por si só um crime, como vigiar ou lavar carros, por exemplo. Se executadas por crianças, tornam-se crime cometidos por aqueles que contratam o serviço. Temos assim, a **precocidade** do envolvimento dessas pessoas com a criminalidade. Mesmo que de forma passiva ou indireta.

Uma terceira questão, também relevante, surge em seguida. Apesar de, em princípio, apontar as condições financeiras da família como razão para o envolvimento infracional, ele apresenta outro motivo, mais particular: ele não quer “*curtir no frevo com sua micharia*”. “*Curtir no frevo*” é uma outra expressão para termo *se divertir*. Ou seja, o que a família lhe oferece não é suficiente para satisfazer seus desejos, suas ambições. Entende-se daí então, que as **ambições pessoais** do jovem também são motivadores para seu envolvimento com o crime.

Um primeiro ponto a ser trabalhado, a partir de uma visão clínica, é a necessidade de refletir sobre a realidade apresentada pelo jovem como algo particular, subjetivo, e próprio do autor. Isso significaria haverem outras alternativas, também válidas, para a compreensão dos mesmos fatos.

Em seguida, investigar quais seriam as ambições do jovem: quais as formas de realizar as mesmas sem, necessariamente, utilizar meios ilegais? Até que ponto a preocupação com a família é sincera, tendo em vista que as ações ilícitas praticadas pelo jovem devem contrariar as orientações desta família?

Quer virar patrão com sua correria

Mais rude com ele vai ser a periferia

Se começar a roubar pra sustentar sua família

Vai correr o risco de perder sua vida

A análise deste trecho revela um discurso cheio de certezas, de linearidades, de relações de causa/efeito. O uso do verbo *ir*, conjugado no presente do indicativo, *vai ser* (*mais rude*) bem como, da conjunção *se*, “*se (roubar) vai correr risco*”, demonstram isto. Assim sendo, novamente temos uma estratégia discursiva que oferece uma “verdade” ao interlocutor. Este discurso aponta também um conhecimento por parte do autor das conseqüências negativas da criminalidade. Fica subentendido ainda uma relação entre cometer atos ilícitos (*correrias*) e se destacar socialmente (*virar patrão*).

A narrativa do autor apresenta um duplo sentido para a justificativa de seu envolvimento infracional. Primeiro ele aponta sua **ambição pessoal** como fator de tal envolvimento. Querer “*virar patrão*” significa querer ser chefe, mandar, obter muito dinheiro. Em seguida, a necessidade de ajudar a família aparece como motivador deste envolvimento, apontando novamente **precariedade financeira da família** como causa.

Um outro ponto colocado pelo autor é o da retroalimentação do ciclo da violência. O fato de ele realizar suas “*correrias*” (roubos, assaltos, etc.), aumentaria o índice de violência na comunidade. Conseqüentemente, esta passaria a tratá-lo diferentemente, pois, “*mais rude com ele será a periferia*”. O autor reconhece por fim que, entrando nesse ciclo de violência, aumentam os riscos de que venha a perder sua vida, indicando que esta violência não se restringe à si, mas é característica do contexto no qual o adolescente vive. O adolescente já havia manifestado um pensamento semelhante, quando ao longo da oficina de rap verbalizou que “*destino de ladrão é cadeia ou cemitério*”, deixando explícito um paralelo entre a letra da música e sua compreensão e vivências dentro de seu contexto. Falou também, como consta na síntese de seu relatório técnico, que conheceu vários adolescentes que foram vítimas desta violência, que morreram assassinados. Outro paralelo encontrado entre a letra de rap e a história de vida do autor é o fato de ser exatamente por

roubos e furtos que ele foi sentenciado à medida de internação. Isso revela que a solução apresentada pelo personagem da música, que era “*roubar para sustentar sua família*” e para “*virar patrão*”, já vinha sendo colocada em prática pelo próprio autor.

Ficam então as seguintes questões: Será que o jovem se apercebe desta dicotomia em seu discurso? As condições financeiras da família são realmente uma justificativa para o envolvimento infracional, ou funcionam apenas para amenizar a responsabilidade do jovem em relação a seus atos, para encobrir suas ambições? Qual a origem desta perversidade apresentada pelo jovem e pelo contexto? Se o adolescente tem consciência de que se continuar cometendo atos infracionais vai terminar com sua morte, estaria ele antevendo seu futuro? Estaria concordando com esta previsão?

E o moleque rodou, e no CAJE parou

E depois de três meses ele voltou a ativa.

Colou com traficante mais respeitado da cidade

E prometeu a si próprio que nunca mais iria parar no CAJE.

Neste trecho o autor descreve um personagem que reflete bem a assertividade presente em seu discurso. O “*moleque*” demonstra saber o que quer. Dentro da narrativa, qual a função de um personagem tão certo de suas escolhas?

Além disto, é apontada uma nova questão: a de como as consequências negativas de suas atitudes, que se voltaram contra ele próprio, ao invés de promoverem a reflexão e desestimulá-lo a continuar com o comportamento infracional, fazem com que ele enverede ainda mais na criminalidade. “Rodar” significa ser preso. Em função de suas correrias, cumpriu provavelmente uma medida de internação sanção, que dura no máximo 90 dias. E ao voltar para a comunidade, se compromete ainda mais com o crime, aliando-se ao “*traficante mais respeitado da cidade*”, e promete a si mesmo não ser preso novamente.

Esse discurso apresenta um adolescente **subversivo**, que não aceita a ordem social, agindo exatamente de forma a contrariar as expectativas e as normas. Adotar o crime da forma como é descrito neste verso, não revela apenas um jovem preocupado em auxiliar a família, mas um jovem consciente de sua opção, qual seja, ser criminoso. Essa é sua **ambição pessoal**. Nesta escolha, ao que parece, o personagem estaria disposto a ir até as últimas conseqüências, pois, prometer a si mesmo não ser preso novamente, pode significar preferir a morte. A dificuldade em seguir normas é uma característica do personagem que corresponde às características do próprio autor, segundo o que foi observado pela técnica que acompanhou o jovem ao longo da medida, como pode ser conferido na síntese de seu relatório. Isto pode decorrer da superproteção com a qual sua mãe lhe trata.

Quais as conseqüências que o jovem está disposto a tolerar? Essa opção pela vida criminosa está de fato ligada à suas ambições pessoais? De onde vem esta necessidade de subverter a ordem social? Qual o significado da medida sancionada a ele, que faz com que o jovem prometa não recebê-la ou cumpri-la novamente?

Ele decidiu o que queria na vida

Colou com o patrão, braço direito na firma.

Desse dia em, diante só andava armado,

Uma “ponto quarenta” pra adiantar o seu lado.

Uma vez mais, o autor apresenta um discurso repleto de assertividades: “*Ele decidiu*”, “*colou*”, verbos no presente do indicativo deixando implícita a veracidade das afirmações. O envolvimento com o crime aparece como uma opção, como parte de sua **ambição pessoal**. Aqui o jovem deixa explícito: “*Ele decidiu o que queria na vida*” e passou a andar armado. A arma que “*adianta seu lado*”, é o que lhe auxilia em suas tarefas,

é sua ferramenta de trabalho. Essa fala confirma o que havia sido entendido no trecho anterior: o adolescente tem **o crime como projeto de vida** e a **escalada infracional** narrada pelo jovem confirma isto. No começo, ele andava com traficante Era, no mínimo, cúmplice. Depois passa a portar ilegalmente uma arma. Se vier a utilizar esta arma contra alguém, poderá incorrer em tentativa de homicídio.

As questões que emergem são: qual o significado do crime para o adolescente? Como e quando o criminoso passou a ocupar o papel de ídolo, modelo a ser seguido? Quais outros modelos, mais saudáveis, poderiam substituí-lo?

De uns tempos para cá, o mano mudou.

Só andava de cyclone e carro importado.

Agora ele e o patrão só andavam lado-a-lado.

Neste trecho mais uma vez o autor expõe a questão da **ambição pessoal** relacionada ao *status* social. Ele descreve a transformação que acontece com o personagem a partir de um momento cujo marco é a aquisição de objetos de consumo. Entretanto, não se refere ao comportamento, atitude ou algo subjetivo. A mudança que ele relata é quanto ao padrão de **consumo**. O que ele salienta é que o personagem passa a andar de carro importado, bem como, vestir-se com roupas da *Cyclone*, uma marca muito apreciada pelos jovens de periferia. A mudança, então, se refere diretamente ao *status* do personagem. Envolver-se com o crime permitiria, assim, o acesso aos bens de consumo desejados. Outro relato que revela a importância do *status*, e conseqüentemente às ambições pessoais do jovem, é o fato de que ele passa a andar “*lado-a-lado*” com o “*patrão*”, o chefe do tráfico, assumindo também um lugar de destaque, tendo, de alguma forma, projeção social, renome.

O discurso do jovem salienta o valor que o *status* social tem para ele. Isso por si só não o diferencia de qualquer outro adolescente. A questão é o modelo que ele adota, o do

criminoso. Destacar-se socialmente como uma figura negativa, ao menos para o modelo social vigente, denota uma **subversão** aos códigos de valores sociais. Ele já havia verbalizado esse pensamento durante as conversações ao longo dos encontros. Como pode ser visto na síntese de seu relatório, para o autor é melhor *“arriscar-se na vida para ter o que quer, mesmo que por pouco tempo, do que optar por outra vida na qual se priva de realizar seus desejos (de consumo e de pertencimento), para ficar trabalhando”*.

A questão que aqui se apresenta é a de até que ponto esta subversão apresentada pelo jovem é uma característica exclusivamente pessoal, subjetiva; ou até que ponto o contexto no qual o jovem está inserido age de forma determinante nesta característica?

E o pivete cresceu, ficou de maior,

Começou na maconha, hoje é o rei do pó.

Matou mais de cinco, só anda sozinho.

Aqui na favela ninguém cruza seu caminho.

Nesta estrofe o autor aponta a questão da **escalada infracional** do personagem, que de “auxiliar de traficante”, ascende ao domínio do tráfico. Para tanto, foi necessário o cometimento de vários homicídios, confirmando o que havia sido previsto anteriormente, inclusive quanto à questão da **perversidade** do personagem, indicando certo grau patológico em seu comportamento.

Com tudo isso, o personagem passa a ser temido na “favela”. *“Ninguém cruza seu caminho”*. Essa afirmação indica que talvez o mesmo tenha alcançado o *status* que desejava. Sendo temido, satisfaz sua **ambição pessoal**. Isso confirmaria o envolvimento com o crime realmente como uma escolha. Cabe lembrar que no relatório técnico do adolescente consta a informação de que o mesmo, durante a medida de internação, não demonstrou qualquer interesse pelos estudos ou pela capacitação profissional. Se realmente

a ambição do jovem é ser um criminoso, como ele projetou no personagem do rap, estava comportando-se de maneira a realizá-la.

Uma fala que chama a atenção é a “*só anda sozinho*”. Parece estar implícito que trilhar esse caminho não permite a possibilidade de estabelecer amizades. Essa falta de vínculos afetivos pode contribuir inclusive para a desvalorização do outro, conseqüentemente, a desvalorização da vida humana.

A questão que emerge, então, é a de como o adolescente, o autor, reage diante dessa sensação de solidão? Quais as condições e estratégias o mesmo apresenta para o enfrentamento deste sentimento?

*Mas um imprevisto estava por vir,
Armaram uma casinha e o moleque sozinho.
Ouviu um disparo e deu três tiros na reta,
Mas o disparo do cabrito acertou sua testa.*

Neste trecho o autor nos revela a expectativa que tem quanto ao universo infracional. Apesar de apresentar o ocorrido como “*um imprevisto*”, ele próprio afirma que “*estava por vir*”, sinalizando que apesar da imprevisibilidade, não era improvável. Como o próprio adolescente manifestou nos encontros: “*destino de ladrão é cadeia ou cemitério*”.

“*Armaram uma casinha*” significa prepararam uma cilada, uma armadilha. O personagem sofreu um atentado, foi atingido com um disparo de arma de fogo. A violência com a qual ele conquistou o “respeito”, ou “temor”, das demais pessoas, e alcançou o *status* que desejava, foi utilizada contra ele próprio. Como no ditado popular, *quem com ferro fere com ferro será ferido*. Na seqüência ele próprio dispara com sua arma. A narrativa aponta a **violência extrema como forma de resolução de conflitos.**

Surgem daí as seguintes questões: se a morte já é esperada como consequência das escolhas que faz, o que leva então o jovem a optar pela morte? Quais as demandas subjetivas que só encontram na morte a sua resolução? Quais os meios alternativos, e menos violentos, de resolução?

E o boato começou a rolar na favela.

Infelizmente chegou no ouvido de sua velha.

Todo mundo chorou, e indignado ficou.

O irmão mais novo no mais velho se inspirou.

Fugiu de casa, foi morar com a tia.

E entrou na vida de correria.

Tinha o mesmo sonho que irmão, virar um patrão.

Só o que ele queria era não acabar num caixão.

Aqui o autor revela algo ainda mais alarmante. Assim como todas as consequências negativas de seus atos, como o fato de ter sido internado em instituição ou de não ter amigos, não serviram como elemento de reflexão para as escolhas que o personagem fez; toda a tragédia que ocorreu com ele parece não servir de baliza para o afastamento de seu irmão do envolvimento infracional. Isto denota a **transgeracionalidade** do crime dentro desta família. O fato de que “*o irmão mais novo no mais velho se inspirou*”, e resolve também ser criminoso por conta da vontade de “*virar patrão*”, indica o como a questão do *status quo* estaria presente no núcleo familiar.

Por falar em família, esta que havia sido citada somente no começo da narrativa, como um dos motivos para o personagem se envolver com o crime, e antes dele aprofundar-se neste envolvimento, reaparece agora após sua morte para sofrer com este acontecimento. A **tristeza** então fica marcada como característica principal desta família,

ao menos sob a ótica do autor. Será por isso que ele considera que “*infelizmente*” a notícia de sua morte chegou até o conhecimento de sua “*velha*”? Existe aqui uma preocupação em levar, ou não, notícias ruins para sua mãe? Fica implícito ainda que quando o personagem opta por viver no crime, ausenta-se da família, sendo esse talvez um dos causadores do sentimento de solidão citado anteriormente.

As questões que surgem são: será o jovem vislumbra alguma saída pra essa inexorabilidade da vida do crime que ele aponta, tendo em vista que ela atinge sucessivas gerações? E a família, apesar de ser apresentada como algo positivo, ao que o jovem devota sentimentos de preocupação, seria um elemento de resgate do jovem desta condição inexorável da qual somente a morte aparece como solução?

Nos discursos apresentados pelos jovens como sendo uma descrição de sua história de vida, percebemos que alguns temas revelam vivências com significativo e expressivo conteúdo psicossocial. A seguir apresentaremos as principais **zonas de sentido** que emergem nestes discursos, acompanhadas pelos **indicadores** que permitiram essa compreensão.

6.2 – Dando voz ao adolescente: a emergência das zonas de sentido

6.2.1 - A pobreza como catalisadora da tristeza

A precariedade financeira das famílias às quais os jovens pertencem trás aos mesmos uma realidade que eles descrevem como repleta de dificuldades e de sentimentos negativos conforme descrito no trecho:

“Dentro de casa o sofrimento era estampado na parede

*Ia dormir no chão se não fosse o tapete
Dava desgosto dormir passando frio
Sem cobertor, lençol era aquilo
Olhar pro armário zerado, novinho
Mas infelizmente quase sempre vazio”*

(ROB)

Essa condição seria responsável por fazer o cotidiano voltar-se, quase que exclusivamente, para as questões de subsistência:

*“Ele não para de pensar
Se vai ter o que comer ou vai comer a mesma coisa
no jantar
Pele de frango com sopa de feijão misturada no
fubá”*

(TAI)

Dentro de uma dinâmica na qual a busca pela sobrevivência também é marcada por dificuldades e sacrifícios, nos quais, por maiores que sejam os esforços para superá-los, é iminente a perpetuação do quadro de pobreza, dificuldades, tristeza e frustração

*“Mãe que trabalha um mês inteiro por um
miserio salário
Os pés descalços, na lama, no barro”*

(ROB)

Os jovens apontam este quadro como terreno fértil para o surgimento de mais sentimentos negativos:

“E acorda sem lanchar é foda!”

Acho que é isso que vira revolta”

(TAI)

A tristeza aliada à revolta, tendo a condição de miséria como pano de fundo e a necessidade de subsistência como algo premente, que já não encontra solução nos esforços empreendidos pelos membros adultos da família, faz com que as crianças e jovens se lancem na luta pela sobrevivência, não olvidando esforços para tentar transformar a situação experimentada pelo núcleo familiar, o que muitas vezes pode levá-lo à aplicação de soluções tão imediatas quanto suas necessidades, muitas vezes expondo-os à situações de risco:

“Cê tá por fora do que ele é capaz

De fazer para ajudar os seus pais”.

(TAI)

“Pra tirar da miséria a sua família”

(MAR)

“Se começar a roubar pra sustentar sua família

Vai correr o risco de perder sua vida”

(MAR)

Em suma, temos no quadro de pobreza o grande facilitador para uma experiência da realidade acentuadamente sofrida, da qual surgem quase que exclusivamente, percepções da vida como algo triste, inglório, não restando perspectivas para pensar em outras necessidades que não as primárias.

Paugam (1999) já chamava a atenção para as conseqüências da pobreza em relação aos sentimentos de humilhação e de isolamento ou solidão:

Considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Consequentemente, os pobres são obrigados a viver numa condição de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem e mantendo relações distantes com todos que se encontram na mesma situação. A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social. (p. 67).

Essa compreensão explicitada pelos jovens participantes desta pesquisa encontra eco em outros estudos acerca da questão: *juventude e violência*. Como exemplo, podemos citar uma pesquisa da UNESCO para a qual as condições de pobreza estão diretamente ligadas a outras questões como aumento de insegurança e de vulnerabilidade, para um grande número de indivíduos das classes baixas e médias, em função de, assim, estarem expostos a riscos (ex: violência) e dificuldades (ex: desemprego), principalmente nas zonas urbanas (Pizzaro citado por Abramovay, 2002).

Infelizmente, a situação de pobreza atinge uma grande parcela da população. Dados do CEFAL, citados por Abramovay (2002), revelam que 50% da população brasileira encontra-se dividida entre a condição de pobreza e a de miséria. Penso (2003), também afirma que: *“O cotidiano de grande parte das famílias brasileiras é marcado pela preocupação com a sobrevivência imediata”*(p. 20). Podemos então concluir que metade dos brasileiros encontram-se nesta condição de vulnerabilidade econômica, social e psicológica.

6.2.2 - O bem *versus* o mal: o maniqueísmo definindo papéis e contra-papéis

Nas letras de rap ficou evidente a presença de um maniqueísmo muito acentuado no pensamento dos jovens participantes. Esse maniqueísmo estabelece, quase sempre, uma distinção entre partícipes antagônicos evoluindo fatidicamente para uma relação de conflito:

“Pra minha mãe um sonho lindo, primeiro filho.

Pra sociedade o perigo, recém-nascido.”

(ROB)

E mesmo quando se fala sobre a vida, fenômeno culturalmente associado ao belo, ao sublime, a uma dádiva divina, os jovens a descrevem de forma ambígua, associando-a também a elementos da violência, como apreendemos do verso:

*“É bela como uma rosa, mas o cheiro é de
pólvora”*

(TAI)

Estas duas primeiras zonas de sentido funcionariam como pilares para a complexa trama que se desenvolve nas narrativas expressas nas letras de rap, embora não guardem uma relação estritamente de causa e efeito. A combinação entre as duas, possibilitaria a compreensão de outros fenômenos também manifestados nos discursos dos participantes, como por exemplo, a baixa auto-estima e auto-conceito negativo.

6.2.3 - “Narciso ao avesso”: a baixa auto-estima e a auto-vitimização

Quando aliamos a pobreza experimentada pelo jovem – que é fonte de tristezas e sofrimento – ao pensamento maniqueísta no qual se dicotomizam os fenômenos em pólos antagônicos ou ambíguos, *bem x mal, bom x ruim, alegria x tristeza, sonho lindo x ameaça*; temos, nas auto-narrativas, quase sempre o posicionamento do jovem junto ao que é negativo, como se ele fosse predestinado ao sofrimento, à tristeza:

“Discriminado por ser pobre, isso e aquilo”

(ROB)

“A minha cena é triste não tenho motivo pra risadas”

(TAI)

Não lhe caberia, portanto, uma incursão pelos aspectos positivos da vida. Nada de bom se dirige a ele. Assim sendo, a vida transcorre apenas como fonte de sofrimento, da qual não se pode esperar nada de bom:

“Cresci sem aprender a dar valor na vida

Só ouvindo deboche, má fé e olhar que intriga

Ao me ver sonhar, ninguém veio me apoiar

Só abriam a boca pra tirar as forças e criticar”

(ROB)

“Por mais que eu tente eu não consigo entender

Será que o ser humano nasceu só pra sofrer e

morrer?”

(TAI)

Ao ser tratado somente como o discriminado, o errado, aquele em quem não se acredita, de quem não se espera nada de bom, o próprio jovem incorpora esse discurso, passando a descrever-se somente através do que fez de errado, como se toda a sua vida se limitasse a isso:

“persistia nos erros “(...)

“Discriminado por vizinhos e mães de alguns amigos”

(...)

“só atirei no escuro” (...)

“Uma alegria falsa mas que eu acreditava

Na ilusão do estatus e respeito na quebrada”

(ROB)

Sendo imperativamente tomado por essa baixa auto-estima, essa sensação de não ser capaz de realizar nada de bom, os jovens passam a ver-se como vítimas dos elementos do contexto no qual vivem, o que, na maioria das vezes, serve de desculpa para justificar os erros cometidos, minimizando suas responsabilidades diante de seu comportamento.

“Já fui refém do desespero, de uma vida louca”

(ROB)

“Outra mãe que vê um filho refém do crime”

(ROB)

*“Mas devido a tanta droga meu raciocínio é
lento”*

(ROB)

“Marionete das drogas, persistia nos erros”

(ROB)

Paula Gomide (1990), em um estudo com *menores infratores*¹⁰ internados na FEBEM, afirma, em consonância com os jovens aqui estudados, que a questão da baixa auto-estima apresenta uma estreita relação com o desenvolvimento do comportamento anti-social. Segundo ela, “*A delinqüência é vista como compensatório através do qual a criança com baixa auto-estima evita experiências sociais desgastantes e tenta aumentar seu auto-conceito*” (Gomide, 1990, p. 37).

Assim sendo, podemos entender que os jovens em condição de precariedade econômica e subjetiva, estariam mais vulneráveis ao envolvimento infracional, inclusive como forma de proceder o processo de subjetivação.

6.2.4 - “Não importa”: a permissividade e a habituação ao ilícito

Se uma pessoa, por conta da carência econômica, investe seus dias exclusivamente na luta pela subsistência, para quem muitas vezes as ações ilícitas são a solução mais plausível, e que não consegue a oportunidade de ocupar um papel mais digno dentro do *corpus* social, tendo como sentimento marcante a tristeza e a frustração que resultam na baixa auto-estima, muito provavelmente essa pessoa não se importará em ser realmente “o errado”, habituando-se ao que, em princípio, é socialmente recusado, não aceito. Ao jovem parece não caber outro papel a não ser aquele que lhe é dado ocupar dentro do tecido social. Perversamente se lê esta atitude como “passividade”, mas o discurso de cobrança de uma “responsabilidade” pela reversão de seu futuro é muito mais ideológica do que factível.

¹⁰ Após a promulgação do ECA (estatuto da criança e do adolescente), também em 1990, este termo caiu em desuso sendo substituído pela denominação: *Autor de Ato-infracional*.

A questão se agrava quando esta condição de miséria econômica e moral atinge não somente um indivíduo, mas toda uma comunidade, fazendo com que o ilícito seja tolerado pela cultura particular daquela comunidade como se pode compreender do trecho:

“Ele estava na esquina fumando um “beque”

(TAI)

Neste, o autor fala do uso de entorpecentes que é feito impunemente, ao ar livre, em um local no qual várias pessoas transitam, se encontram. Apesar desta conduta ser tipificada como crime pelo código penal, parece não incomodar ou chamar a atenção daquelas pessoas.

E o discurso dos jovens vai além, deixando implícito que não só é permitido como é fomentado, principalmente quando relações econômicas se agregam a esta cultura:

“Só dono de bar que lucrava com minhas fitas

Roubava para beber, entupir nariz de cocaína”

(ROB)

Assim, os jovens denunciam que o comerciante – “dono de bar” – parece não estar preocupado com a origem do dinheiro que compra seus produtos, sendo, portanto, conivente com aquela dinâmica cultural. Se ele trocasse a bebida por outro objeto, como um aparelho celular roubado, por exemplo, ele se enquadraria como receptor de produto de roubo, e deveria responder por isso junto à justiça. Porém, se ele recebe não uma mercadoria, mas notas de dinheiro roubadas de um transeunte, por exemplo, apesar de também estar sendo receptor de produto de roubo, a questão não se torna tão preocupante, ao menos para ele, em função de uma série de questões, entre elas a impossibilidade de se provar a origem do dinheiro.

A convivência com o ilícito vai além da permissividade com o dinheiro que movimenta seu negócio, o próprio fato de estar vendendo bebida alcoólica a um adolescente já faz do dono do bar um criminoso, só que, de um tipo de crime que é tolerado pela da cultura, tanto quanto receber dinheiro roubado. O que lhe interessa é manter o estabelecimento funcionando e capitalizando. Não importa se o dinheiro é roubado. Não importa se a venda é para quem, por lei, não pode comprar. Aliás, se o jovem consome drogas ilícitas abertamente em uma esquina, que diferença fará se ele comprar álcool ou tabaco no bar da outra esquina?

Estes dados encontram suporte no que Jodelet (1999) afirma em relação aos processos de pertencimento social, se entendermos que, se a cultura é tolerante ao ilícito, se conviver com ele é um condição habitual, o indivíduo incorpora esses valores e atitudes, passando a defendê-los, utilizá-los, como forma de ser manter a paridade com o grupo :

O engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual pertencemos, conduzem a nele investir sua própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se assim ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores dele (Jodelet, 1999, pág. 61).

Não podemos supor, no entanto, que essa dinâmica ocorra de uma forma lógica e objetiva. Ela faz parte de uma dinâmica ainda mais complexa, que envolve outros elementos, como por exemplo, os mecanismos sócio-políticos disponíveis, ou não, que funcionem como alternativa a esta saída.

Esse tipo de habituação ao ilícito, de permissividade com o descumprimento da lei, por vários atores dentro da comunidade, será um grande facilitador para outro fenômeno apontado pelos participantes da pesquisa, que compõe a próxima zona de sentido.

6.2.5 - A precocidade no envolvimento infracional

O convívio cotidiano das pessoas da comunidade em uma cultura permissiva faz com que o envolvimento com o ilícito ocorra cada vez mais cedo. Mesmo que de forma indireta, o crime se faz presente e naturalizado na vida das crianças:

“No meio disso tudo as crianças brincam com os cartuchos deflagrados”

(TAI)

Sendo assim, logo elas também estarão inseridas de forma ativa na criminalidade, seja através do porte de arma ou do cometimento de roubos e furtos:

“E aquela mão tão pequena já empunhava uma arma”

(TAI)

“Moleque bem novo fazendo sua correria”

(MAR)

Isto faz com que os jovens dessas comunidades, ainda em tenra idade, já sejam considerados a partir de seu potencial ofensivo:

“Pra sociedade o perigo, recém-nascido”

(ROB)

Essa iminência do envolvimento infracional coloca as famílias em um estado de preocupação com o futuro das crianças:

“Com muito medo e preocupação
De seu filho virar traficante ou ladrão”

(TAI)

Infelizmente, essa preocupação não é suficiente para impedir que as mesmas venham a cometer crimes, quer sejam assaltos, tráfico de drogas ou homicídios:

*“Aos onze más companhias, eu cheio de ousadia
Um pé-de-cabra e atitude abrem a porta da Maresia”*

(ROB)

*“Eu fico triste ao ver aquela menina
Fazendo avião pro namorado que dono da bocada da esquina
Só tem dezesseis anos e já está grávida”*

(TAI)

*“Quando fez dez de idade foi correr atrás
Dos assassinos safados que mataram seu pai”*

(TAI)

Diversas pesquisas apontam o alarmante crescimento no número de atos infracionais cometidos por jovens. Entre elas, Silva e Rosseti (1999), com dados coletados em processos contra adolescentes na cidade de Ribeirão Preto, encontraram, para o período entre 1984 e 1997, um aumento de 164% no número de processos, enquanto a população de adolescentes cresceu 27%. Relatório da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, citados em **UNICEF (2005)**, revelam um contingente de 40 mil adolescentes cumprindo medida

socioeducativa no Brasil, sendo 13.489 (34%) em regime de internação. Se estão em medida socioeducativa é porque foram julgados responsáveis por prática de ato infracional. Apesar de estarmos trabalhando com uma perspectiva qualitativa números como estes são importantes para ilustrar em que ponto as falas dos adolescentes, apesar de contextualizadas, encontram ressonância na realidade mais ampla. E pelo que podemos apreender, conforme eles revelaram, os crimes têm sido cometidos em idades prematuras.

Tentando explicar esse fenômeno, Sawaia (2004) afirma que:

O jovem se associa ao tráfico ou ao crime organizado não porque quer a própria destruição, mas porque procura a vida. O desejo do bandido é o de se conservar e não se destruir. Imagina que o tráfico lhe proporciona um bom encontro e que está em uma relação compatível com seu corpo. (p. 30).

6.2.6 - O “ter” para “ser”

A questão da baixa auto-estima e auto-vitimização anteriormente exposta, frutos da precariedade econômica que atinge os jovens participantes da pesquisa, não têm como consequência direta somente a permissividade ao ilícito que levará à precocidade no envolvimento criminal. Esse envolvimento se dará tendo a pobreza e a baixa auto-estima como pontos de partida, mas atravessando outra dimensão cultural desses jovens: a dimensão do consumo. Assim, quando a partir de sua pobreza estabelecem uma diferenciação em relação aos que estão fora desta condição, o *outro* não é simplesmente o rico, mas é descrito como alguém que está inserido nas relações de consumo e que o discriminaria, provavelmente, por estar fora delas:

“Discriminado por ser pobre, isso e aquilo.

*Por quem só usa roupa da moda de estilista
gringo.”*

(ROB)

E são essas relações que dariam, aos até então “excluídos” delas, a possibilidade de serem reconhecidos enquanto sujeitos:

*“Montado no dinheiro, drogas, armas, bem
vestido.*

*Quando se está por cima, tem mulher e tem
amigo.”*

(ROB)

Para saírem da condição de vítimas e elevarem sua auto-estima colocam como necessário possuir os bens de consumo. Para tanto o crime se apresenta como recurso:

*“Um pé-de-cabra e atitude abrem a porta da
Maresia
Roupas novas vaidade dos pés à cabeça”*

(ROB)

Finalmente inseridos nas relações de consumo, passam a ser reconhecidos, notados:

*“De uns tempos para cá, o mano mudou.
Só andava de cyclone e carro importado.”*

(MAR)

Entretanto, os jovens apontam que, por vezes, não basta consumir produtos e marcas que conferem *status*. Eles desejam algo mais, pois ter reconhecida sua subjetividade não é suficiente. É importante que esse reconhecimento seja validado através de um estilo de vida condizente com os padrões econômicos daqueles que consomem tais

marcas. Os momentos de lazer, por exemplo, também estão associados ao poder de consumo:

“Muito dinheiro era o desejo, você me entende né?”

(ROB)

“Não quer curtir no frevo com sua micharia.”

(MAR)

Para atingir esse objetivo, aliar-se ao crime continua sendo a opção:

*“Ele decidiu o que queria na vida
Colou com o patrão, braço direito na firma.”*

(MAR)

“Colou com traficante mais respeitado da cidade”

(MAR)

Parece haver uma escalada crescente na esteira do consumo de bens e de produtos de marca que não se limitam exclusivamente à aparência ou ao prazer proporcionado por esses itens. A ambição de inverter papéis parece retratar uma fantasia de estar por cima, de revolucionar as posições da sociedade estratificada:

“Quer virar patrão com sua correria”

(MAR)

O crime deixa de ser o meio imediato de satisfazer as necessidades primárias e de subjetivação para ser projeto de vida:

*“E o pivete cresceu, ficou de maior,
Começou na maconha, hoje é o rei do pó.”*

(MAR)

Entretanto, nem sempre esta opção trará os resultados almejados, podendo também reverter-se em mais uma fonte de erro e, conseqüentemente, de frustração. Assim ocorrendo, retoma o ciclo a partir da baixa auto-estima e da auto-vitimização.

“Uma alegria falsa mas que eu acreditava

Na ilusão do estatus e respeito na quebrada.”

(ROB)

Estes dados encontram confluência nos obtidos por Guedes (2003), em um trabalho de campo realizado junto a detentos cantores de música rap em uma penitenciária no Distrito Federal. Ela afirma:

Sabe-se que o ideal consumista é um dos motivos que leva os jovens periféricos a escolher a vida criminosa. Por não conseguirem obter e, portanto, consumir produtos supervalorizados pela sociedade e pelas propagandas, jovens de periferia procuram o tráfico de drogas a fim de ganhar dinheiro e status. Pois, dessa maneira, se tornarão consumidores (para valores capitalistas, a autentica cidadania) (Guedes, 2003; p. 47).

Waiselfisz (1998), em uma pesquisa sobre violência e cidadania realizada junto a jovens de Brasília e imediações, também encontrou resultados que apontam que, para os jovens, ostentar signos de consumo como, por exemplo, “carro novo, importado, tênis de marca, roupas da moda”, faz com que as pessoas sejam mais ou menos respeitadas (Waiselfisz, 1998, p. 113).

Melo (1999), salienta o papel da mídia e dos avanços tecnológicos dentro desta questão:

A contínua chamada dos objetos, oferecidos de mil maneiras ao desejo, não chega só aos que podem comprá-los. Chega igualmente aos pobres, quiçá com mais forte poder de atração. Os objetos de desejo, sejam bens materiais, poder ou prestígio, não estão ao alcance de todos, embora sejam universalmente exibidos. (pág. 134).

Sawaia (2004) por sua vez, a partir de uma postura mais politizada, aponta esse fenômeno como uma decorrência cultura capitalista:

No capitalismo, as pessoas presentificam as paixões tristes numa cadeia imaginária de potência, encontrada na capacidade de consumo e de competição, levando ao extremo a paixão já criticada por Espinosa, no séc. XVII: o amor a coisas perecíveis e cujas posses excluem o outro, leva os homens a imaginarem a felicidade depositada nas coisas e pessoas e, portanto, a desejar possuí-las com exclusividade. Amando coisas perecíveis e cuja posse exclui outros, a felicidade será perecível e ameaçada pelo desejo de outrem. Esta paixão lança o ser humano numa guerra sem freios pela posse de objetos nos quais depositam suas “esperanças”. (p. 30).

Assim então, os dados desta pesquisa denunciam uma das formas de violência vivenciadas pelos jovens pertencentes a classes economicamente desprivilegiadas, a violência simbólica. A cultura impõe o consumo como fator determinante no processo de

subjetivação. Sendo economicamente carentes, os membros desta classe não terão a oportunidade de tornarem-se sujeitos de uma maneira que não seja desviante. Mas sendo desviantes, continuarão sendo discriminados e excluídos pela sociedade tida como padrão. Continuarão sem o reconhecimento de si enquanto sujeitos de direitos, conforme preconizado na lei, perpetuando o sofrimento até então experimentado.

6.2.7 - A transgeracionalidade do crime

Quando encontramos em um mesmo contexto os pré-requisitos já apontados: pobreza que gera baixa auto-estima, necessidade de consumo e *status*; permissividade com o ilícito e precocidade no envolvimento com o crime, configura-se também a condição para que essa habituação ao ilícito e ao infracional, vivenciada pelos membros mais velhos da comunidade, seja apreendida pelos mais jovens, caracterizando uma transgeracionalidade no envolvimento criminal. Essa transgeracionalidade pode ocorrer dentro do contexto mais extenso ou na própria família:

“Ele se espelha em quem tá mais perto disso eu tô ligado”

(TAI)

“O irmão mais novo no mais velho se inspirou.

Fugiu de casa, foi morar com a tia.

E entrou na vida de correria.

Tinha o mesmo sonho que irmão, virar um patrão”

(MAR)

A família, por sinal, enquanto fonte de referência imediata para a geração mais nova, desempenha um papel central nesse aprendizado. E esse determinante familiar pode ocorrer de diferentes formas. Por exemplo, pelo envolvimento de um dos pais com o consumo e tráfico de drogas, no qual a filha adolescente é usada como forma de pagamento pelo fornecimento dos entorpecentes:

*“Ela está com ele por amor, inocência e dívida
A mãe cheirou, fumou e pagou com a filha”*

(TAI)

Com isso, a chance de que esse ciclo se perpetue para a terceira geração é grande, como aponta o jovem no trecho:

*“Qual será o destino do filho que ela gera na
barriga
Mal termina de crescer e já carrega uma vida”*

(TAI)

*“Mas todo dia ela ajoelha e pede a Deus
Pra não dar ao seu filho o quê sua mãe lhe deu”*

(TAI)

Ou seja, após ser entregue pela mãe a um traficante como forma de quitar a dívida desta, ela, ao que parece, manteve relações sexuais com ele, tendo engravidado. Com um histórico desses, as possibilidades de o bebê envolver-se com o crime, ao crescer, são grandes.

Fora a questão das dívidas financeiras, dívida de honra também seria um propulsor para a transgeracionalidade do crime. Os filhos assumem a responsabilidade de “lavar” a honra do pai:

*“Ele jurava pra sua mãe que a morte do seu pai
seria vingada”*

(TAI)

Ou ainda, o pai passa seu legado criminoso ao filho, deixando a ele como herança um dos maiores símbolos da violência e da criminalidade, a arma de fogo:

*“E quando fez nove de idade o seu pai morreu
Mas antes de fechar os olhos lhe deu um presente
Uma nove cromada com vinte balas no pente”*

(TAI)

Esse envolvimento familiar com o crime pode chegar ao ponto de a família ser compreendida, simbolicamente, como a própria representação do mal:

*“Disse também que sua família tinha laço com o
diabo*

(TAI)

Romper o vínculo com a família atual e formar uma outra seria a solução apresentada para sair da criminalidade:

*“Longe dos crimes e das drogas ter uma nova
família”*

(TAI)

Entretanto, as chances de que efetivação desse raciocínio são mínimas. Quando pensamos em transgeracionalidade, temos que considerar que a própria forma de resolução da problemática, seja qual for esta problemática, se apreende nas relações familiares, como bem aponta Penso (2003), quando fala sobre construção identitária de adolescentes enquanto fenômeno familiar. E sendo assim, mesmo em uma nova família, o adolescente

tenderia a repetir os mesmos padrões anteriormente aprendidos. Se esses padrões perpassam a questão da criminalidade, essa estará presente no novo núcleo.

Por sua vez, apontar um terceiro, entre eles a família, como responsável por aquilo que os atinge é uma atitude muito comum no discurso dos participantes, e está relacionada ao fenômeno apontado na próxima zona de sentido.

6.2.8 – “Queira Deus”: impotência e passividade na busca por mudanças

Outro fenômeno apontado nas letras de rap e que está diretamente relacionado à baixa auto-estima, às dificuldades do contexto que perpassam gerações, e principalmente, à compreensão de si como vítima dessas dificuldades, é o forte sentido de passividade que os jovens manifestam em seu discurso. Correspondendo ao papel social a eles designado, se colocam muitas vezes em uma condição de não-sujeitos, para os quais tudo acontece sem que possam participar de forma mais ativa. Eles são reféns de algo, são alvos fáceis de se atingir:

“Outra mãe que vê um filho refém do crime”

(ROB)

*“Falta de iluminação faz a população virar presa
fácil”*

(TAI)

A eles resta, então somente, o medo e a impotência diante do fatos:

*“Mas o medo faz o silêncio tomar conta da rua
Onde só se encontram ratos e olhares assustados”*

(TAI)

A forma que vislumbram para sair dessa condição continua sendo passiva, pois não depende deles e sim de uma intervenção externa. Esta pode vir através da igreja, de um de seus representantes, como um pastor ou diretamente de Deus:

“E a partir daquele dia começou a ir à igreja

E em pouco tempo tudo em sua vida tinha mudado”

(TAI)

“Disse que... todo o ódio e rancor que estavam guardados

Ele tinha tirado...”

(TAI)

“Mas Deus em sua vida já tinha feito alguns planos”

(TAI)

Quando enfim afirmam que há uma possível solução, esta é solução é rezar:

“A vida é assim mano, pode acreditar

Tudo que pedir com fé, o Senhor vai te dar”

(TAI)

Estas falas apontam um sentimento de impotência experimentado pelos jovens. E diante de todo um contexto que parece estar contra eles, o que resta realmente é apelar para Deus, pois como já dito anteriormente, através do próprio esforço dificilmente eles conseguem transformar esta situação.

Guedes (2003) também encontrou esta atitude passiva nos sujeitos que pesquisou. Ela aponta que esta passividade serve, inclusive, para desresponsabilizarem-se de seus crimes, também imputando a terceiros essa responsabilidade:

Quando falam do universo criminoso e de como agem dentro dele alegam inocência ou, então, culpabilizam terceiros – as más companhias, o laranja, o demônio, a sociedade, ate mesmo a polícia -, afirmando que estão na cadeia porque policiais conspiraram, por exemplo. Isto é, se desresponsabilizam do momento do crime, como também da participação consciente no ato violento. Se desresponsabilizam das escolhas que fazem ou fizeram um dia (Guedes, 2003; p. 75).

Assim sendo, além de responsabilizarem um outro pelo sofrimento que lhes é causado, as pessoas envolvidas neste contexto de pobreza e criminalidade costumam também responsabilizar um outro pelo sofrimento que causam, posicionando-se sempre como alguém desprovido de vontade própria, à mercê da intervenção alheia.

E o que é interessante, esse outro culpabilizado parece também não possuir uma subjetividade definida, ficando difuso na figura da *sociedade*: “*Os internos rappers geralmente costumam responsabilizar a sociedade, afirmando que seus crimes foram realizados em virtude da miséria, da fome, da corrupção, do sofrimento diante da necessidade e carência de suas famílias*” (Guedes, 2003; p. 80).

6.2.9 - Subversão dos valores morais

Dentro deste quadro repleto de carências nas mais diferentes dimensões, no qual impera a miséria, a permissividade, a baixa auto-estima, a habituação ao ilícito, precocidade e a transgeracionalidade no cometimento de crimes, entre outros, é compreensivo que os valores morais e sociais dessa cultura se desvirtuem em relação àqueles Considerados

hegemônicos e tidos como *valores padrões* dentro de uma sociedade ocidental predominantemente capitalista e cristã:

“Pensamentos mudados na mente só besteira”

(ROB)

Assim sendo, aparecem fatos como o de uma criança que, realizando uma inversão de papéis, se torna responsável pelo sustento dos pais:

“Moleque bem novo fazendo sua correria.

Pra tirar da miséria a sua família”

(MAR)

“Cê tá por fora do que ele é capaz

De fazer para ajudar os seus pais”

(TAI)

Temos também a mãe que usa a própria filha como forma de pagamento em uma compra de entorpecentes:

“A mãe cheirou, fumou e pagou com a filha

(TAI)

O jovem cujo projeto de futuro é ser um criminoso, e que tem como modelo aqueles que já alcançaram esse patamar:

“Colou com traficante mais respeitado da cidade...

Colou com o patrão, braço direito na firma...

Agora ele e o patrão só andavam lado-a-lado

(MAR)

Ou aquele que na busca do *status* desejado desvaloriza por completo a vida humana:

“Matou mais de cinco, só anda sozinho.

Aqui na favela ninguém cruza seu caminho”

(MAR)

A exclusão social se apresenta, assim, de uma outra forma, diferente daquelas vinculadas à padrões econômicos. Esses jovens não estão excluídos apenas na dimensão econômica, e das relações de consumo. Também se encontram fora do padrão moral vigente na cultura ocidental-capitalista-cristã, o qual, muitas vezes, tem como universal: o valor à vida, o amor na díade mãe/filho, o crime como algo a ser combatido e não almejado. A periferia se mostra como uma sociedade à parte, com cultura e valores próprios, distintos dos valores considerados “universais”.

Em relação ao primeiro item – o papel de mantenedores da casa -, Mello (1999) afirma que *“Um grande número de famílias sobrevive, em parte, graças ao trabalho de crianças e adolescentes (...) no mercado informal”*. (p. 130). Não custa lembrar que a exploração do trabalho infantil é crime previsto no ECA, em seu artigo 60: *“É proibido qualquer a menores de quatorze anos de idade salvo na condição de aprendiz”* (Schelb, 2005, p. 24). Cabe então a pergunta: “no mercado informal ele será aprendiz? De que?” Apesar de ter sido incluso na categoria *inversão de valores sociais*, a este item agregam-se a *trangeracionalidade*, habituação ao ilícito, precocidade no envolvimento infracional, entre outros ainda não trabalhados, o que ressalta os riscos de uma leitura linear da situação.

Quanto à compreensão do *marginal*, encontra-se no bojo do movimento *hip hop*, do qual o rap faz parte, o fato de que a marginalidade¹¹ ser valorizada, tendo em vista que o modelo burguês se torna parâmetro para um estilo de vida considerado opressor, excludente, individualista.

Dentro do movimento hip hop, viver nas periferias e experimentar a marginalidade são características que sedimentam a cultura hip hop, como também constroem um elo entre os jovens periféricos Rappers ao redor do mundo. A condição marginal torna-se um valor, dentro do movimento hip hop (Guedes, 2003; p. 43)

6.2.10 - A deslegitimação do outro e o desejo de vingança

Quando ocorre a subversão dos valores sociais, que desvaloriza a vida humana, aliada à baixa auto-estima, que leva os jovens a se verem sempre como vítimas, o resultado será a busca pela reparação do mal sofrido através da imposição de sofrimento ao outro. Van Dijk, em seus trabalhos no campo da lingüística, fala de um movimento de legitimação/deslegitimação, no qual o discursante tende a conotar positivamente tudo o que for auto-referenciado, apontando como *não-legítimo* o que estiver associado ao outro. Os discursos aqui estudados nos mostram que, para os jovens participantes da pesquisa, o outro parece perder sua legitimidade, enquanto pessoa humana, diante do sofrimento que eles vivenciam. De certa forma, entendem que o fato de sofrerem os autoriza a serem também

¹¹ O atributo “marginal” é aqui diferenciado de “bandido” ou “banditismo”, aos quais está comumente associado. Marginal ganha uma conotação mais próxima do termo “alternativo”, ou algo diferenciado do usual/padrão. Refere-se àquele que não está centralizado, mas à margem do círculo sociocultural.

perpetradores de sofrimento a outrem. O outro se tornaria “*deslegitimado*” diante de suas dificuldades.

Esta compreensão já havia sido exposta por Jodelet (1999), quando esta afirmou:

Os estereótipos de deslegitimação visam a excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis , por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhe infligimos. (p. 64)

E não precisa muito para o outro se tornar merecedor de desprezo e violência. Basta estar fora do círculo de amizades do jovem, mesmo sendo também um adolescente, morador da mesma comunidade, que vivencia as mesmas situações, o que dá indícios de uma completa falta de identificação e solidariedade entre os pares:

“Consideração pelos parceiros, pros cabrito só rajada”

(ROB)

Agora, se esse outro de alguma forma foi agente de sofrimento, a vingança é um recurso plenamente aceito e justificável, ampliando o círculo de violência e funcionando como retroalimentação para a mesma:

“Ele jurava pra sua mãe que a morte do seu pai seria vingada”

(TAI)

“Cai do meu lado Jhonny, vai ter revanche”

(ROB)

*“A bala que era pra mim acertou o endereço
errado
Pra mim mais um motivo, outro incentivo
Pra lotar o tambor e colar o dedo no gatilho
Os roubos se tornaram mais freqüentes, só fita
quente
Já estou batendo de vinte no pente”*

(ROB)

Essa retroalimentação fecha o circuito em seu ponto inicial (um ato violento), fazendo com que, a violência, recomece ciclo que parece ser infinito.

Jodelet (1999), pontua quanto a isto que *“A propensão para prejudicar o outro encontra justificações nas concepções de senso comum, sobretudo aquelas que dizem respeito à explicação causal e à atribuição de responsabilidade das situações nas quais a pessoa se acha vitimizada”* (p 56).

Sawaia (2004), por sua vez afirma:

A violência ocorre quando os homens sentem que sua potência está diminuída e buscam, imaginariamente, aumentá-la e, caso julguem que a causa de seus problemas é o outro, são facilmente dominados pelo ódio e pelo ressentimento, juntamente com idéias de vingança (p. 34).

6.2.11 - A inexorabilidade do crime

O discurso dos jovens aponta outro fenômeno preocupante. O fato de estarem em um contexto no qual há uma permissividade com o ilícito aliada à subversão dos valores morais e à deslegitimação do outro; e cuja criminalidade repassa de geração para geração, vindo a ocorrer em uma fase cada vez mais precoce na vida das crianças e jovens, faz com que o envolvimento criminal se torne algo, praticamente, inevitável. O crime deixaria de ser uma solução desesperada para uma situação desesperadora, como se poderia crer. Ele passa, segundo o discurso dos adolescentes, a ser um caminho naturalizado, inexorável, único:

“Por que quem vive na favela é sempre a mesma

história

Ou vira bandido ou se envolve com as drogas”

(TAI)

E se esse é o caminho, não se poderia esperar outra coisa:

“Já era de se esperar, Office-boy de traficante”

(ROB)

As novas gerações estariam fadadas então a se tornarem criminosas, passando a representar a ameaça iminente, portanto, fonte de preocupação para os pais:

“E o resultado, um futuro premeditado”

(ROB)

“Pra sociedade o perigo, recém-nascido.”

(ROB)

“Com muito medo e preocupação

De seu filho virar traficante ou ladrão”

(TAI)

E em alguns casos esse envolvimento não só é visto como única opção, mas quando tratado sob a ótica da subversão dos valores morais, passa a ser algo desejado. Como ícones da contracultura, os grandes criminosos se tornam ídolos, modelos a serem copiados pelos adolescentes:

“Ele decidiu o que queria na vida

Colou com o patrão, braço direito na firma.”

(MAR)

Wertheim (2000), pontua que *“um dos efeitos da exclusão manifesta-se quando alguns jovens afirmam não querer ser trabalhadores braçais e que a única alternativa para ter algum conforto ou para ascender socialmente é tornar-se assaltante ou associar-se ao tráfico de drogas”* (p. 54), o que mostra a proximidade entre os resultados obtidos neste estudo com outros anteriormente realizados.

6.2.12 - Convivendo com o perigo: a habituação às armas-de-fogo

Em meio a este contexto já descrito, no qual os valores morais e sociais são constituídos a partir de referências que pouco valorizam a vida humana e o crime possui conotações diferentes das que são comumente utilizadas para qualificá-lo, um elemento marcante aparece na fala dos jovens: a convivência rotineira com as armas de fogo. Essa habituação chega ao ponto de eles a utilizarem como modelo comparativo para fenômenos como a vida, por exemplo:

“A vida é assim, perpétua e cabulosa

É bela como uma rosa, mas o cheiro é de pólvora.”

(TAI)

Conforme dito anteriormente, desde criança esse público convive com elementos bélicos, que terminam se transformando em objetos de desejo para essas pessoas:

*“No meio disso tudo as crianças brincam com os cartuchos deflagrados
E quando deitam pra dormir sonham com uma Mini-USI e um carro blindado”*

(TAI)

E como nesse contexto ocorre a permissividade ao ilícito e a precocidade no envolvimento infracional, o acesso a tais objetos será facilitado, ocorrendo enquanto ainda são crianças:

*“Uma nove cromada com vinte balas no pente
E aquela mão tão pequena já empunhava uma arma”*

(TAI)

Com o tempo, as armas passarão a fazer parte do cotidiano desses jovens e eles banalizarão essa presença, fazendo uso das mesmas como quem usa um acessório, um par de tênis ou uma bolsa:

*“Desse dia em, diante só andava armado,
Uma “ponto quarenta” pra adiantar o seu lado.”*

(MAR)

“Botou a quadrada na cinta”

(TAI)

Sendo um objeto habitual, que faz parte do dia-a-dia, as armas estarão presentes em diferentes momentos. Elas os acompanham tanto em situações de conflito, como também em momentos que, em princípio, deveriam ser destinados ao lazer e à diversão:

*“Ouvii um disparo e deu três tiros na reta,
Mas o disparo do cabrito acertou sua testa.”*

(MAR)

*“Consideração pelos parceiros, pros cabrito só
rajada.”*

(ROB)

*“ele entrou dando rajada
Todo corpo que caia, ele chegava e conferia
Com um tiro na cabeça”*

(TAI)

*“no mei do frevo eu escutei:
- eu não falei que é sapeca, sai do mei!”*

(ROB)

E com o passar do tempo esse convívio se tornará uma relação afetuosa, de absoluta confiança para os jovens. As armas estarão muito mais presentes que outros elementos nos quais os adolescentes pudessem se sentir à vontade para compartilhar suas angústias, como um amigo, por exemplo. Elas então serão tratadas como íntimas:

*“Ele já “cisquitou”, e da cintura tirou seu velho
amigo”*

(TAI)

Enquanto objeto de desejo, a arma de fogo, em seus diferentes tipos e modelos, funciona também como símbolo do *status* que corrobora a subjetivação daqueles que até então, sentiam-se anônimos, indiferenciados:

*“Já estou batendo de vinte no pente
Montado no dinheiro, drogas, armas, bem vestido
Quando se está por cima tem mulher e muito
amigo.”*

(ROB)

Essa valorização das armas-de-fogo e do *status* conferido por estas, pelos jovens de Brasília e imediações também foi encontrada por Guedes (2003) em seu trabalho com *rappers*. A autora aponta que:

Um fato interessante é que Brasília é percebida pelo movimento hip hop como uma cidade que tem muitos adeptos do “rap gangsta”. Um estilo de rap que faz apologia ao crime, à criminalidade, ao tráfico de drogas, valorizando atitudes violentas e os tipos de armas existentes no mercado (Guedes, 2003; p.57).

As consequências disto são pontuadas no estudo da Unicef (2005):

Tem ocorrido nos últimos anos, principalmente na década de 1990, um número cada vez maior de mortes de crianças, adolescentes e jovens, compreendidos nas faixas etárias de 10 a 24 anos, vítimas de homicídios, especialmente, por armas de fogo (...) estima-se, com base nos dados da OMS que esse número esteja em torno de 70 a 80% (...) (p. 60).

Podemos assim entender que armas-de-fogo são o instrumento de excelência para toda a violência experimentada pelos habitantes dos contextos aqui envolvidos. Elas serão preponderantes em outro fenômeno captado nos discursos dos jovens e que compõe a próxima zona de sentido.

6.2.13 - Banalização da violência: a morte como meio legitimado de resolução de conflitos

Outro fenômeno que se revela no discurso dos participantes do estudo e que está diretamente ligado às zonas de sentido já explicitadas é o pouco valor dado à vida humana, que faz com que a violência e a morte sejam, quase sempre, o meio mais utilizado para a resolução de conflitos.

Essa posição vincula-se a toda a questão da baixa auto-estima, bem como, à deslegitimação do outro e a habituação com as armas de fogo.

Nos discursos dos jovens, encontram-se relatos repletos de exemplos dessa violência contra a vida:

“Matou mais de cinco, só anda sozinho.

Aqui na favela ninguém cruza seu caminho.”

(MAR)

“Quando fez dez de idade foi correr atrás

Dos assassinos safados que mataram seu pai”

(TAI)

“Armaram uma casinha e o moleque sozinho.

Ouviu um disparo e deu três tiros na reta,

Mas o disparo do cabrito acertou sua testa”

(MAR)

Muitas vezes, as ações violentas funcionam exatamente como geradoras do desejo de vingança, que perpetuam o ciclo, tendo em vista que os jovens não vislumbram outra forma de resolver os conflitos:

“Cheguei em casa salvo, mas eu que era o alvo

*A bala que era pra mim acertou o endereço
errado*

Pra mim mais um motivo, outro incentivo

Pra lotar o tambor e colar o dedo no gatilho”

(ROB)

E esta postura faz com que os conflitos se prolonguem perpetuamente, pois sempre haverá alguém disposto a efetivar a vingança, promovendo algo semelhante a um genocídio:

*“Consideração pelos parceiros, pros cabrito só
rajada”*

(ROB)

“Mas muitos dão seu próprio sangue na guerra da favela”

(TAI)

Dados do IBGE (Síntese dos indicadores sociais, 2003, citados por Silva e Silva, 2005), apontam que, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, um índice de 57,1% de homicídios, nas taxas de morte por cauda externa, apoiando assim as compreensões aqui colocadas.

Para a Organização Mundial de Saúde o conceito de violência está ligado ao:

Uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS citado por Silva e Silva, 2005, p. 15).

Portanto, a violência não se resume à dimensão física, englobando também as questões psicológicas e de déficit de desenvolvimento. Com base nesta definição podemos compreender que a questão da violência extrapola o recorte aqui feito até agora. A violência não se apresenta apenas no momento ou método de resolução de conflitos. A própria existência do conflito implica em uma violência pré-existente. Mas ainda, antes disto, no caso específico aqui estudado, e considerando-se os aspectos extrafísicos na definição supracitada, podemos entender que os jovens deste estudo, já nascem sob a incidência da violência e se desenvolvem dentro dela. Se rememorarmos a questão da transgeracionalidade e da influência do contexto, entenderemos então como essa violência pode tornar-se o recurso, a ser utilizado nos momentos de conflitos. Qual seria a outra opção?

6.2.14- A escalada infracional dos jovens

Diante do quadro até aqui revelado pelos participantes da pesquisa, podemos entender que em função da complexidade dos fenômenos apontados, vários destes funcionam ao mesmo tempo como produtores e produtos de outros fenômenos. Alguns de forma mais linear, outros de uma maneira a se retroalimentarem.

É o que acontece quando, por exemplo, encontramos no mesmo contexto um convívio habitual com as armas de fogo, aliado à inexorabilidade do envolvimento criminal e à violência considerada meio legítimo de solucionar os conflitos, mas que na verdade não soluciona. Esta mistura “produzirá” jovens armados e dispostos a roubar e a matar. Quando isso começa a acontecer, surge a necessidade de se armar ainda mais para “se proteger”, o que demandará mais dinheiro, que por sua vez demandará mais assaltos, que demandará mais armas e assim por diante. Tudo isso acaba promovendo uma espécie de escalada infracional dos adolescentes, como nos revela o trecho abaixo:

*“Os anos foram passando e ele se desenvolvendo
E sua ficha na delegacia só crescendo”*

(TAI)

E se o crime, além de inexorável, for verdadeiramente um provedor de *status*, os jovens não se incomodarão em aprofundar-se nele. Seja através do tráfico ou de assaltos:

*“Já era de se esperar, Office-boy de traficante
E mais pra frente, só contato pelo telefone”*

(ROB)

*“Os roubos se tornaram mais freqüentes, só fita
quente
Já estou batendo de vinte no pente
Montado no dinheiro, drogas, armas, bem
vestido”*

(ROB)

Quando enfim, o *status* conferido pelo crime faz deste, um projeto de vida, o jovem buscará galgar os maiores postos dentro deste “mercado de trabalho”:

*“E o pivete cresceu, ficou de maior,
Começou na maconha, hoje é o rei do pó”*

(MAR)

6.2.15 - Mãe como único referencial de afeto

Quando ocorre finalmente o aprofundamento no crime, muitas vezes os jovens parecem não se importar com o que possa acontecer consigo, pois, afinal, se acreditam que a única forma de resolver seus conflitos é através da morte, sentem-se sempre prontos pra matar ou morrer.

Essa frieza de sentimentos apresentada pelos adolescentes é quebrada somente quando os mesmos se referem a suas mães. Essas mulheres, diferentemente de outras mulheres que normalmente são tratadas por eles como mero objeto de consumo, dentro de uma cultura fortemente machista, são descritas como mártires dispostas ao sacrifício, que enxergam no filho, a concretização de um sonho, que nele depositam o carinho, o afeto, a preocupação que, muitas vezes, nem ele mesmo reconhece:

*“Certidão de nascimento pai não declarado
Mãe que trabalha um mês inteiro por um mísero
salário”*

(ROB)

“Pra minha mãe um sonho lindo, primeiro filho”

(ROB)

*“Minha mãe virava a noite preocupada e eu nem
ligava”*

(ROB)

Nas letras de rap, a mãe é quem consegue ver no adolescente algo além de seu comportamento criminal, acreditando em seu potencial não-beligerante:

*“Outra mãe que vê um filho refém do crime
Me abraça, chora, conversa, fala, desabafa.
Quer me ver vencer na vida, sem dois pentes e
uma quadrada
Seus conselhos, escutar até que eu tento”*

(ROB)

Portanto, a mãe será a única pessoa para quem os jovens dedicarão um sentimento positivo, a quem realmente não desejarão magoar:

*“E o boato começou a rolar na favela.
Infelizmente chego no ouvido de sua velha”*

(MAR)

6.2.16 - Necessidade de transformação

Após esta complexa dinâmica vivenciada pelos adolescentes, na qual a baixa auto-estima é marcante, a criminalidade é colocada como um destino inevitável e o envolvimento com a violência e seus instrumentos será entendido como um caminho sem volta, para o qual o desfecho mais provável é a morte, os adolescentes por vezes, por sentir as conseqüências de tudo isso e refletir suas escolhas, reconhecendo os erros:

*“Via os sonhos se transformando em pesadelo
Marionete das drogas, persistia nos erros.*

Até pensava que era lucro abandonei os estudos

Meti a cara no mundo e só atirei no escuro”

(ROB)

Percebem que o aquilo que buscavam não trouxe o resultado que desejavam:

“Uma alegria falsa mas que eu acreditava

Na ilusão do estatus e respeito na quebrada”

(ROB)

E o crime, ao invés da satisfação ilusoriamente prometida, trás o arrependimento e a frustração:

“Não sinto nenhum orgulho por ter fama de

bandido”

(ROB)

O código de valores sociais se transforma, aproximando-se daquele que é mais amplamente aceito, valorizando, por exemplo, a formação educacional:

“Ficou só em sonhos os planos pro futuro

Pular o muro é só atraso, o quê dá lucro é os estudos

Vantagem de verdade é liberdade, livre arbítrio”

(ROB)

Um discurso que valoriza a liberdade, por sinal, deve advir de alguém que tenha passado pela experiência de não tê-la, indicando aí um possível efeito da medida socioeducativa de privação de liberdade. Essa experiência traz aos adolescentes a necessidade de quebrar o círculo vicioso no qual se encontravam, e a necessidade de

estabelecer novas dinâmicas em suas vidas. Essas novas dinâmicas simbolizam, muitas vezes, um verdadeiro renascimento:

*“Disse também que sua família tinha laço com o
diabo
Mas a partir daquele instante estava quebrado
E o seu coração estava purificado
E todo o ódio e rancor que estavam guardados
Ele tinha tirado pra ter uma nova vida”*

(TAI)

Que permitirá ao jovem desencantar-se do crime e buscar uma vida menos marginal para a concretização de seus sonhos de consumo e de elevação de sua auto-estima:

*“E em pouco tempo tudo em sua vida tinha
mudado
Estava trabalhando e até comprou um carro”*

(TAI)

CAPÍTULO VII – Considerações Finais

Esta pesquisa foi um dos desdobramentos do Projeto Fênix – Promoção Psicossocial de Adolescentes envolvidos com drogas no contexto de medidas socioeducativas – resultante da parceria entre a Universidade de Brasília, a Vara da Infância e da Juventude do DF e a Secretaria de Ação Social do GDF, ocorrido nos anos de 2002 e 2003 – e do qual surgiu a idéia embrionária da criação de uma metodologia alternativa de atendimento psicológico a adolescentes em conflito com a lei: as oficinas de rap. A idéia das oficinas foi, então, transposta do contexto no qual ocorriam no Projeto Fênix (Medidas Protetiva) para o de Medidas Socioeducativas, mais especificamente, a medida de internação. Os sujeitos da pesquisa, portanto, eram adolescentes que cumpriam medida sócio-educativa em instituição de internação do Distrito Federal e que aceitaram o convite de participar das atividades da oficina e da pesquisa. Tais atividades consistiam na produção, por parte de cada um dos adolescentes, de letras de rap na qual relatariam suas trajetórias de vida passada, presente e futura.

Ao longo dos atendimentos ocorridos durante as atividades das oficinas procurava-se oportunizar as reflexões sobre aspectos relacionados à visão de mundo do adolescente, como ele se compreende em relação a este mundo, em relação a si mesmo e como imagina que o mundo o vê. Também buscou-se refletir o projeto de vida destes jovens, tendo como meta principal, flexibilizar e reverter epílogos muito comuns entre eles, que, em princípio, centralizavam-se fatalmente nos irrevogáveis quatro C's, por eles descritos como: Cadeia, Cemitério, Cadeira de rodas ou Clínica.

Resumidamente, a análise dos resultados produzidos nessas oficinas permite uma categorização derivada de alguns indicadores, dos quais destacamos as seguintes zonas de sentido:

- A inexorabilidade do crime
- A transgeracionalidade do crime
- A precocidade no envolvimento com a criminalidade
- A banalização da violência

De forma sintética, percebe-se que vários dos indicadores apontam para zonas de sentido presentes nas falas dos adolescentes que justificariam suas ações, apoiadas nas evidências de violência estrutural, e que se pautam em discursos orientados por suas necessidades vitais e básicas: alimento, abrigo, bens de consumo básico. Outros indicadores referem-se às necessidades de maior proteção, denunciando os altos níveis de risco nos contextos sociais e comunitários nos quais estes adolescentes estão inseridos. O fascínio que determinados modelos do mundo do crime exercem sobre estes adolescentes se reflete em indicadores que valorizam o pertencimento a estes grupos e a posse de determinados ícones de *status* social para o referido grupo, tais como, as armas-de-fogo, as drogas e o uso de determinadas marcas de roupas. A droga parece exercer uma dupla função: a de garantia de renda/*status* e a de obtenção de prazer/ausência de sentir. Da família, a ausência do pai e a supervalorização da mãe são uma constatação presente no discurso destes adolescentes. Por sua vez, a solução para as tragédias de suas vidas se coloca de forma muito radical: as opções que se apresentam são as mudanças drásticas decorrentes da conversão religiosa ou o rompimento com a família de origem (a negação de suas raízes) e formação de uma nova família, através de um relacionamento amoroso idealizado. Em ambas as opções os jovens

seriam meros objetos das transformações, ficando à mercê de uma intervenção externa, não demonstrando capacidade de assumirem papéis mais ativos em suas próprias histórias.

Outros fatores de destaque nos resultados são os vários níveis nos quais se interconectam os fenômenos narrados pelos participantes. A profundidade da relação existente entre os diversos itens desta trama, revela que a tentativa de se entender a mesma a partir de uma lógica linear não daria conta da complexidade que lhe é particular, pois levaria a compreensões rasas e estanques, bem como, conduziriam a tentativas de solução ineficientes, como as que os próprios adolescentes tem tentado, e que, longe de solucionar seus problemas, aumentam suas dificuldades. Assim, não se pode afirmar diretamente, que a pobreza produz criminalidade. Se desta forma fosse não encontraríamos adolescentes das classes média e alta também envolvidos em crimes. Ainda, bastaria construir muros ao redor das comunidades periféricas e pobres, segregando ali toda a massa criminoso que lá habita, e o restante da sociedade viveria um estado paradisíaco. Sabemos que isso não é possível, principalmente por questões éticas. Podemos até encontrar pessoas que concordem com essas idéias, mas uma mentalidade pautada em um pouco mais de bom-senso reconhece que este não é o caminho. Pobreza e criminalidade estão de alguma forma alinhavadas, sim. Mas esta costura passa por outros retalhos, que vão além de questões meramente econômicas, que se retro-alimentam, se conjugam, formam novos elementos e assim se intensificam, como nos apontaram os adolescentes participantes deste estudo.

Conforme pontuado na discussão, os resultados obtidos neste estudo encontram-se consonantes com os de diversos outros autores, mostrando que a metodologia aqui experimentada cumpriu com o objetivo de fornecer informações sobre a realidade vivenciada pelos adolescentes em seu cotidiano.

Em suma, as oficinas de rap se mostraram uma ferramenta clínica alternativa no atendimento a adolescentes em conflito com a lei e revelaram dados clínicos que permitem a manifestação de subjetividades e de produções de novas perspectivas, abrindo caminho à intervenções que potencializam os fatores de proteção e minimizam os fatores de risco presentes na história e no contexto dos adolescentes; bem como, possibilitaram a obtenção de dados que levam à compreensão sobre a dinâmica social na qual os jovens estão inseridos, segundo a descrição deles próprios. Estas informações servem de suporte para futuras intervenções que intentem efetivo alcance dos objetivos socioeducativos das medidas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

Quanto à veracidade dos fatos contidos nas letras do rap, se elas correspondem ou não à realidade, não importa. Muito do que essas letras traduzem dizem respeito à realidade suplementar. Nas palavras de Moreno (citado por Cukier, 2002, p.250) *“Pode-se dizer que o psicodrama enriquece o paciente com uma experiência nova e alargada da realidade, uma ‘realidade suplementar’ pluridimensional, um ganho que ressarce, pelo menos em parte, o sacrifício que ele teve que fazer durante o trabalho de produção psicodramática”*.

Possibilitar a construção de espaços nos quais essa realidade psicodramática pudesse suplantar a rigidez conservada do destino trágico foi o foco da intervenção psicológica nas oficinas, material empírico deste estudo. O trabalho desenvolvido apoiou-se na hipótese de que a reversão construtiva, espontânea e criativa dos epílogos contidos nas letras de rap operam nesses adolescentes de forma a lhes restituir autoria e autonomia. Isto por sua vez, promove um rompimento com a conserva cultural de passividade diante da complementariedade de papéis ditados pelos contextos social e grupal e que motiva o adolescente a assumir um papel mais ativo em seu próprio projeto dramático.

Em linhas gerais, compreende-se que o papel de “adolescente em conflito com a lei” é uma construção complexa e dinâmica da qual participam diversos atores do cenário social que se revezam e se complementam nos diversos papéis de protagonistas, autores, coadjuvantes, egos auxiliares e platéia. Quando o adolescente canta seu próprio rap – reflexo de sua trajetória de vida – produto de seu ato espontâneo e criativo, ele é o ator principal, o protagonista de sua própria história.

Cabe aqui pontuar as dificuldades e limitações encontradas na realização deste estudo. A maior delas foi a impossibilidade de registro das sessões em áudio e/ou vídeo. Tais registros enriqueceriam ainda mais as discussões, pois era na realização das oficinas, quando os participantes encontravam-se mais aquecidos, que se alcançava as melhores reflexões sobre dos temas abordados. Era nesses momentos que se atingia verdadeiramente o propósito terapêutico do trabalho. A impossibilidade do registro se deu em função de os próprios adolescentes serem extremamente contrários à gravação de suas falas e imagens. Esta aversão decorre, principalmente, do fato de o trabalho ter sido realizado em uma instituição de internação, que apesar de estar vinculada ao poder executivo local e, de acordo com o ECA, ter uma função educativa e ao mesmo tempo protetora, para os jovens funciona mais pela dimensão coercitiva, o que não está muito longe da realidade. Consequentemente, eles temiam que seus depoimentos funcionassem como provas contra si próprios. Insistir no registro poderia comprometer a espontaneidade dos participantes, bem como, colocar em risco o vínculo estabelecido. Não proceder a tais registros, foi a forma encontrada para fazê-los sentirem-se à vontade e podermos ir a fundo nas discussões, obtendo o maior alcance possível em nossos propósitos. Acreditamos que o mesmo estudo realizado fora deste contexto, ou então, por pessoas desvinculadas da instituição, poderia

facilitar o trâmite de tal procedimento, desde que se conseguisse desvincular o trabalho à execução de uma medida determinada pelo juiz. Não entendemos, porém, que a ausência desses registros tenha comprometido o estudo e inviabilizado nossas conclusões. O acesso a outros dados, como por exemplo as letras de rap, os registros escritos das sessões e os históricos dos jovens levantados por seus técnicos de referência, mostraram-se suficientes para fornecer as informações de que precisávamos.

Acreditamos ainda que esta metodologia não se limita ao trabalho com adolescentes comprometidos com a lei e, conseqüentemente, envolvidos com a justiça. A tecnologia aqui desenvolvida se aplicaria muito bem a outros contextos nos quais a intervenção junto aos jovens demande conhecer esses jovens, acessar suas subjetividades, bem como, funcionar como espaço dialógico de compartilhamento e de construção de entendimento acerca da realidade em que vivem, além de elaboração de formas mais saudáveis de se inserirem nessa realidade, e elaborarem projetos para o futuro. Como exemplo podemos citar um trabalho comunitário preventivo ao envolvimento infracional, que será o foco de continuidade deste trabalho; ou ainda, no contexto escolar com diferentes demandas: alunos com histórico de evasão, reprovação, pré-vestibulandos, etc.

Entretanto, não estamos aqui afirmando a oficina rap como uma panacéia. A linguagem do rap funcionou muito bem dentro do contexto no qual foi aplicada. Para diferentes contextos, caberia a adaptação a linguagens alternativas que funcionem como atrativo para os jovens ali inseridos. O mais importante é viabilizar aos participantes a possibilidade de sentirem-se acolhidos e se reconhecerem como sujeitos de seu próprio destino. Para concluirmos, fazemos nossas as palavras de Guareschi (1999, p. 141), com o intuito de manifestar nosso sentimento em relação à este trabalho: “*Gostaríamos de poder*

iluminar essas facetas obscurecidas, propositalmente ou não, e dar voz e vez a muitos atores que não conseguem fazer ouvir seu clamor, manifestar seu pensamento, expressar sua opinião”.

Referências Bibliográficas:

Aberastury, A. & Knobel, M., A. (1981). *Adolescência Normal*. (S.M.G Ballve, Trad.) Porto Alegre: Ed. Artes Médicas.

Abramovay, M. & Cols. (1999). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Unesco/Garamond.

Abramovay, M. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para as Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

Barbosa, P. O. (2005). *Rap e identidade social: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília.

Castel, R., (1998). Os marginais da história. *Ser Social*, 3, 55-66.

Conceição, M. I. G., Tomasello, F. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Oficinas temáticas para adolescentes em medida socioeducativa: construindo um projeto de vida. Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. da Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.203-214), Brasília: Plano. 2003.

Conceição, M. I. G., Tomasello, F. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Prender ou proteger? Caminhos e descaminhos da assistência à infância e à juventude no Brasil, Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. da Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp. 81-96). Brasília: Plano. 2003.

Cukier, R. (2005). *Palavras de Jacob Levy Moreno*. São Paulo: Agora.

Demo, P. (1998). Exclusão Social – Categorias novas para realidades velhas. *Ser Social*, 3, 09-54

- Demo, P. (2000). *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas.
- Durkheim, E. (1981). *Suicídio*. Lisboa: Editorial Presença.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar
- Fairclough, N. (1992). *Critical Language Awareness*. Londres: Ed. Longman.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gomide, P. (1990). *Menor infrator: a caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá, 1990.
- Gonçalves, C.S.; Wolff, J. R. & Almeida, W. C. (1988). *Lições de Psicodrama. Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno*. São Paulo: Agora.
- González-Rey, L. F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- Guareschi, P. A. (1999). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em B. Sawaia (Org), *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.141-153). Petrópolis: Vozes.
- Guedes, T. S. (2003). *O sujeito rapper: um olhar sobre a Papuda*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Jodelet, D. (1999). *Os processos Psicossociais da Exclusão*. Em B. Sawaia (Orgs), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.53-66) Petrópolis: Vozes.
- Marques, W. E. U. (2000). *Infâncias (pré)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Mello, S. L.(1999). A violência Urbana e a exclusão dos jovens. Em B. Sawaia (Orgs), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.129-140) Petrópolis: Vozes.

Menegazzo, C. M.; Tomasini, M. A. & Zuretti, M. M. (1995). *Dicionário de Psicodrama e Sociodrama*. São Paulo: Agora.

Moreno, J. L. (1972). *Fundamentos de la sociometria*. Buenos Aires: Paidós.

Moreno, J. L. (1974). *Psicoterapia de Grupo e Psicodrama*. São Paulo: Mestre Jou.

Moreno, J. L. (1975). *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix.

Moreno, J. L. (1983). *Fundamentos do Psicodrama*. São Paulo: Summus.

Morin, E. (1986). *O Método III – O Conhecimento do Conhecimento*. Portugal: Ed. Biblioteca Universitária.

Morin, E. (1991). *O Método IV – As Idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização*. Portugal: Ed. Biblioteca Universitária.

Njaine, K. & Minayo, M. C. (2002). *Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2), 285-297.

Oliveira, M. C. S. (2003). *Inserção escolar no contexto das medidas socioeducativas: "sem escola, a gente não é nada"*. Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. da Silva, *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.293-308). Brasília: Plano.

Oliveira, M. C. S. (2004). *Conhecendo o adolescente. Curso de Formação em Prevenção do Uso Indevido de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, 1*. MEC/SENAD/CEAD/UnB.

Paugam, S. (1999). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Em B. Sawaia (Orgs), *As artimanhas da exclusiva: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.67-86) Petrópolis: Vozes.

Penso, M. A.; Gusmão, M. M. & Ramos, M. E. C.. (2003). *Oficina de idéias: uma experiência precursora com adolescentes em conflito com a lei pelo envolvimento com drogas*. Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. da Silva, *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.191-202). Brasília: Plano.

Penso, M. A. (2003). *Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Pereira, S. E. F. N. (2003). *Drogadição e atos infracionais entre jovens na voz do adolescente em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, Brasília.

Póvoa, M. L. S. (2003). *Significação das famílias e dos técnicos das instituições sociojurídicas em relação às medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Sawaia, B. (1999). Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. Sawaia (Orgs), *As artimanhas da exclusiva: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.119-128) Petrópolis: Vozes.

Sawaia, B. (2004). Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? Em L. de Souza & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp.21-42) São Paulo: Casa do Psicólogo.

Schelb, G. Z. (2005). *Estatuto da criança e do adolescente (lei n.º. 8.069/90) – Índice dos principais temas de segurança pública*. Brasília: Do Autor.

Sellosse, J. (1997). L'évolution des marginalités et des déviations des adolescents dans l'articulation du psychisme et du social. Em J. Pain & M. V. Loick (Orgs.) *Adolescence, Violences et Déviations*. (pp. 217-227). Vigneux: Éditions Matrice.

Silva, A. P. S da, Rosseti-Ferreira, M. C. Continuidade e descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*. [Online]. 2002, vol. 158, nº3. [citado 27 setembro 2004], p. 573-585. Disponível na World Wide Web:<http://scwelo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000300012&ing=en&nrm=iso>. ISSN0102-7972.

Silva, H. O., Silva, J. S., (2005). *Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil*. São Paulo: Unicef/Global/Brasília.

Silva, V.G.B. da, e Soares, C.B. *As Mensagens sobre drogas no rap: Como sobreviver na periferia*. *Cienias da Saúde Coletiva*. [Online]. Out/Dez. 2004, Vol.9, Nº4, [citado 11 maio 2005], p. 975-985. Disponível na World Wide Web:<http://scwelo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pik=S1413-Z1232004000400018&Ing=pt&nrm=iso>. ISSN1413-8123

Sudbrack, M. F. O. & Conceição, M. I. G. C. (2005). Jovens e violência: vítimas e/ou algozes? Em L. F. Costa & T. M. C. de Almeida. (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 185-198). Brasília: Universa.

Sudbrack, M.F. O. (1992a). Da falta do Pai à Busca da Lei - O significado da Passagem ao Ato delinqüente no Contexto Familiar e Institucional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, Suplemento, 8*, 447-457.

Sudbrack, M.F.O.(1992b). O enfoque sistêmico da delinqüência aplicado ao contexto jurídico. *Revista Terapia Familiar, 1*, 7-15.

Terra, S. H. (1999). Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a inimputabilidade penal. Adolescência, Ato Infracional & Cidadania. Brasília: ABONG & Fórum DCA Nacional

Tomasello, F., Conceição, M. I. G e Pereira, S. E. F. N. (2003). Oficina R.A.P. (Resgatando a Auto-estima e a Proteção): A linguagem do Rap como instrumento de comunicação dos adolescentes envolvidos com as drogas Em M. F. O. Sudbrack; M. I. G. Conceição; E. M. F. Seidl & M. T. da Silva, *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.237-258). Brasília: Plano.

Unesco (2004). *Mapa da Violência IV*. Obtido em 07/11/2004 no site <http://www.unesco.org.br>

Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus.

Waiselfisz, J.J.(1998). *Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez/Unesco.

Werthein, J.(2000). Juventude, violência e cidadania. Em A. M. O. Almeida e L. H. C. Z. Pulino (Orgs.), *Projeto: Bem-me-quer: Fórum de combate à violência* Brasília: Prática.

